



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**INTELECTUAIS ENTRINCHEIRADOS: O BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA
MUNDIAL (1914-1918).**

**ORIENTANDO: VALTERIAN BRAGA MENDONÇA
ORIENTADOR: PROF. DR. EURICO DE LIMA FIGUEIREDO**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal Fluminense como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de Doutor em Ciência Política.**

Niterói / 2017

Mendonça, Valterian Braga.
/ Valterian Braga Mendonça. 2017

161f.

Orientador: Eurico de Lima Figueiredo

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Bibliografia: f. 145-161.

1. Ciência Política 2. Estudos Estratégicos 3. Primeira Guerra Mundial 4. Imprensa e Intelectuais. Mendonça, Valterian Braga. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Intelectuais Entrincheirados: o Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

CDD

**INTELECTUAIS ENTRINCHEIRADOS: O BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA
MUNDIAL (1914-1918).**

ORIENTANDO: VALTERIAN BRAGA MENDONÇA

ORIENTADOR: PROF. DR. EURICO DE LIMA FIGUEIREDO

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título
de Doutor em Ciência Política.**

Data de aprovação: 15 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo - Presidente da Banca Examinadora
- PPGCP - UFF

Titular Interno: Prof. Dr. Vagner Camilo Alves- PPGCP - UFF

Titular Interno: Prof. Dr. Márcio Rocha- PPGCP - UFF

Titular externo: Prof. Dr. Eduardo Vasconcellos Raposo (PUC-RJ)

Titular externo: Prof. Dr. Fabrício de Jesus Teixeira Neves (UFRRJ)

SUPLENTE:

Suplente externo: Prof. Dr. Wellington Amorim (Unilassale)

Suplente interno: Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye - PPGCP - UFF

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo, por sua sabedoria, compreensão, ajuda, companheirismo e imensa bondade, o amigo sem o qual este projeto teria sido apenas mais um sonho convertido em desilusão.

Ao General de Exército José de Lima Figueiredo (*in memoriam*), cujo olhar sereno, bondoso e austero acompanhou o cumprimento dessa missão prestando todo o apoio necessário.

Ao Coronel do Exército Geraldo Lesbat Cavagnari Filho (*in memoriam*), professor da Unicamp, por sua atenção e cortesia ao me estimular a enveredar pelo campo dos Estudos Estratégicos, da Ciência Política e das Relações Internacionais.

A Valter de Lima Mendonça (*in memoriam*), meu pai, trabalhador braçal da construção de estradas, que depositou em mim grandes expectativas e confiança.

A Fenelon Almeida (*in memoriam*), jornalista do *O Povo*, de Fortaleza, que somente a mim, ainda adolescente, confiava o uso de sua biblioteca para estudos com direito à leitura de seus periódicos, em meados dos anos 1970.

A João Gomes Damasceno (*in memoriam*), estudante de Direito já na maturidade, com quem eu trocava ideias a respeito do noticiário político.

A André Victor Valavicius (*in memoriam*) que, em princípios dos anos 1980, dentre tantas provas de companheirismo, me estimulou a com ele participar de um grupo de estudantes no rateio da assinatura de um jornal.

Aos meus familiares que, com paciência, ansiedade e esperança, torceram pela conclusão dessa empreitada.

Aos Professores e colegas do INEST e da UFF, pela camaradagem e pelo profissionalismo.

A todos aqueles que, das mais diversas formas possíveis, me ajudaram nesta caminhada.

Aos que crêem no poder de um sonho, lutam por seus ideais e trabalham por um Brasil melhor.

"Na guerra, a primeira vítima é a verdade."
(Autor desconhecido)

"Aos civis, portanto, cabe estudar o mecanismo complexo do que é uma frota de combate e seus anexos, o que são as divisões e os exércitos; sem serem técnicos, conhecerem da técnica o bastante para formarem juízo e cooperarem na criação e manutenção inflexível e progressista da defesa nossa. (...) E enquanto não se vulgarizarem conhecimentos militares nos homens públicos capazes de serem membros dos gabinetes, tal penúria de competências civis será uma fraqueza para nós."

(CALÓGERAS, João Pandiá. *Problemas de governo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 237, 238).

RESUMO

MENDONÇA, Valterian Braga. *Intelectuais entrincheirados: o Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense.

Esta pesquisa tem como foco a história política do clima de opiniões que prevaleceu na grande mídia impressa e entre os intelectuais brasileiros no contexto da Primeira Guerra Mundial. Reconstitui os debates e os posicionamentos dos principais jornais do então Distrito Federal e do estado de São Paulo, notadamente o *Jornal do Commercio* (RJ) e o jornal *O Estado de São Paulo* (SP), e faz especial referência às posições de Rui Barbosa e de Olavo Bilac, ambos pertencentes à Academia Brasileira de Letras, além de conhecidos e influentes na vida intelectual e política do país. Conclui que a maioria dos intelectuais brasileiros se colocou a favor dos aliados na Grande Guerra, principalmente da França, que Rui Barbosa foi o mais destacado propugnador da entrada do Brasil naquele conflito, e que Olavo Bilac foi o porta-voz da importância da defesa nacional como instrumento do soerguimento cívico e moral do povo brasileiro.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial. Imprensa. Intelectuais. Rui Barbosa. Olavo Bilac.

ABSTRACT

This research analysis the political history of the climate of opinions in the press and amongst Brazilians intellectuals in the context of the First World War. Reconstitutes the debates and positions of the main newspapers in the Federal District and in the state of São Paulo, notably the *Jornal do Commercio* and *O Estado de São Paulo*, with special reference to Rui Barbosa and Olavo Bilac of the Brazilian Academy of Arts and Letters, influents and well known in the intellectual and political life of the country. It concludes that the majority of the Brazilian intellectuals favored the allies in the Great War, specially France, and that Rui Barbosa defended the Brazilian entry into the war while Olavo Bilac was the spoken man of the National Defense as an instrument of the civil and moral uplift of the Brazilian people.

Keywords: First World War. Press. Intellectuals. Rui Barbosa. Olavo Bilac

SUMÁRIO

Resumo	v
Abstract	vi
Sumário	vii
Introdução	8
Capítulo I- O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: Os intelectuais entrincheirados	11
A Primeira Grande Guerra no Brasil: clima, jornais e intelectuais	16
Clima	16
Os Jornais	28
Os Intelectuais	45
Capítulo II- Os Intelectuais Entrincheirados: prós e contra à entrada do Brasil na Grande Guerra.	56
A Liga Brasileira pelos Aliados	58
O Brasil rumo à Guerra	65
O Brasil em estado de guerra	82
Rui Barbosa e o caminho para a Guerra	89
Capítulo III- O Brasil na Guerra	102
A Imprensa ocupa suas trincheiras	104
Os Debates no Congresso	121
Olavo Bilac e a Defesa Nacional	130
Conclusão	143
Bibliografia	150

INTRODUÇÃO

A guerra, desde os primórdios da humanidade, continua sendo um dos mais complexos fenômenos da nossa História. Conflitos armados constituem temas ricos e inexauríveis para estudos e pesquisas. Sob o impacto das grandes convulsões, as sociedades e suas instituições se vêem forçadas à busca frenética por alternativas e soluções. Guerra e paz se alternam no movimento do pêndulo histórico. E o estudo do fenômeno histórico se torna mais rico na medida em que seu distanciamento cronológico favorece a serenidade das análises e a acuidade das sínteses. Quando os fatos pretéritos não mais despertam cegas paixões, uma vez incorporados ao cotidiano da vida contemporânea, possibilitam aos pesquisadores, sob diferentes perspectivas, sua melhor compreensão crítica.

Depois de um século de sua ocorrência, a Primeira Guerra Mundial (1914/1918) começa a ser vista como o marco inicial de um novo período na História da Humanidade. Segundo uma dada perspectiva, a Segunda Guerra Mundial (1939- 1945) foi consequência dos Acordos de Paz firmados após o término da inicialmente chamada Guerra da Europa, depois denominada de Grande Guerra. Esta só passou a ser conhecida como Primeira Guerra Mundial com a ocorrência daquela outra, ainda mais letal e complexa, iniciada um quarto de século depois da eclosão da anterior. Para alguns historiadores, o intervalo entre elas teria sido apenas uma fase de recuperação e de preparação para um novo embate, numa Guerra dos Trinta Anos do século XX, que só pode ser melhor compreendida e analisada como um processo contínuo cujo desfecho se deu em 1945, gerando uma nova ordem mundial.¹ Considerada em si mesma, entretanto, a Primeira Guerra Mundial provocou significativas mudanças econômicas, sociais, políticas, ideológicas, técnico-científicas e militares, que continuam sendo reavaliadas em muitos países nos vários continentes até os dias atuais.

Salta aos olhos o fato de a Primeira Guerra Mundial, contrariamente ao percebido com relação à Segunda Grande Guerra, não ter merecido ainda a devida atenção do meio acadêmico brasileiro, tal a carência de estudos específicos sobre este tema e seus reflexos na vida nacional. Este trabalho pretende contribuir originalmente para o preenchimento de uma das lacunas na literatura sobre a história política do Brasil, quando, naquela época, os meios

¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Prefácio". In: GARAMBONE, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*, Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 14.

de comunicação de massa (basicamente a imprensa escrita e o cinema) e os intelectuais (com seus textos e discursos) se posicionaram nas trincheiras que lhes cabiam: o confronto de ideias. Por outro lado, reveste-se o tema de importância pela pretensão de legar um registro dos debates travados por intelectuais brasileiros em um período marcante da história universal (as primeiras décadas do século XX) caracterizado por acontecimentos determinantes dos destinos dos povos e, em particular, da sociedade brasileira.

A questão a que se propôs o presente trabalho é a reconstituição, no contexto global da Primeira Guerra Mundial, do clima de opiniões que se formou no Brasil, segundo retratado na grande imprensa e no posicionamento de dois dos principais intelectuais brasileiros daquela época: Rui Barbosa (1849-1923) e Olavo Bilac (1865-1918).

Rui Barbosa foi homem de notória atividade intelectual contribuindo, com suas idéias, sua retórica e sua pena, para o desenlace de diversas situações marcantes da política nacional, inclusive discorrendo sobre a estrutura e o papel das forças armadas nos destinos do país. Sua obra *A Grande Guerra* reúne seus pensamentos, discursos e conferências relativos à situação do Brasil frente à Primeira Guerra Mundial. Destacaremos, neste trabalho, suas opiniões expressas no *Jornal do Commercio*.

O poeta e jornalista Olavo Bilac, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (criada em 1897), empenhou-se numa “cruzada” por todo o território nacional e na imprensa em favor da valorização social das Forças Armadas brasileiras. Sua defesa do serviço militar obrigatório, como elemento fulcral da revitalização desta instituição e, principalmente, da própria República, aproximou as diversas classes sociais desenvolvendo um verdadeiro espírito de nacionalidade. Para ele, na linguagem de então, o material humano deveria ser a substância que dava vida às instituições nacionais. Não se teria uma nação forte se suas forças armadas se constituíssem apenas de homens originários das classes menos favorecidas da sociedade.²

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa seguiu os seguintes passos principais: primeiro, a revisão bibliográfica geral das fontes secundárias para seleção e coleta de dados e informações; em seguida, a consulta a fontes primárias nos principais jornais do Distrito Federal (aproximadamente o que seria hoje o município do Rio de Janeiro) e da cidade de

² CAVALCANTI, Pedro. *A Presidência Wenceslau Braz (1914-1918)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 91-93.

São Paulo para obter a visão particular propagada pelo *Jornal do Commercio* e pelo jornal *O Estado de São Paulo*, principais periódicos da época. Em terceiro, a leitura sistemática da contribuição, sobre o assunto em tela, de dois dos mais destacados intelectuais da cena nacional naqueles tempos: Rui Barbosa e Olavo Bilac.

A tese comporta cinco sessões: esta introdução, três capítulos e uma conclusão.

CAPÍTULO I

O BRASIL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: INTELECTUAIS ENTRINCHEIRADOS

A Segunda Revolução Industrial impulsionou o desenvolvimento científico-tecnológico nos diversos campos do conhecimento.³ O progresso alcançado pelas engenharias, refletidos em suas obras fantásticas, induziu à crença de que os problemas da humanidade seriam em breve solucionados, mormente diante da confiança depositada em novos campos de conhecimento como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. A pretensa superioridade do homem branco e sua missão civilizadora eram pretextos para que se levassem novos padrões sociais aos ditos “povos selvagens” do planeta, o que justificaria sua expansão e hegemonia sobre territórios da Ásia e da África. Enebriados por estas vertentes, alguns intelectuais brasileiros adotaram a explicação de que o atraso em que se encontrava o Brasil devia-se, em parte, à nossa miscigenação. Outros, mais ao gosto de grupos oligárquicos, aventaram a hipótese de que as causas do nosso atraso repousavam no modelo político aqui vigente.⁴

No primeiro caso, estimulou-se a imigração europeia para o Brasil, preferencialmente destinada a povos de origem latina, ibérica e católica para facilitar a adaptação ao ambiente sociocultural que aqui haveriam de encontrar. No segundo, depôs-se o regime monárquico nacional alegando-se a necessidade de entrar em sintonia política com os demais povos do continente. O Brasil republicano reconheceu como modelo de desenvolvimento e de progresso os Estados Unidos da América e, lentamente, mas com algum vigor, dentro das reduzidas possibilidades do País na época, buscou-se a modernidade.

O chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), prestigiado pelo presidente da República Rodrigues Alves (1848- 1919), e bafejado

³ Não há pleno consenso sobre os períodos que marcaram o advento da Revolução Industrial, mas fortes opiniões assinalam sua importância e suas fases. A primeira revolução teria ocorrido, aproximadamente, entre 1750 e 1850 com o progresso registrado nos transportes, na indústria e na agricultura devido ao emprego da máquina a vapor. A Segunda, entre 1850 e 1870, ocorreu quando o progresso tecnológico e econômico ganhou força com novos métodos na construção de navios e locomotivas, com o emprego em larga escala de máquinas que se valiam de combustíveis fósseis e de eletricidade, o que fez crescer o número de fábricas e aumentar a produção e a circulação de mercadorias. No plano militar, isso resultou em forte impacto no que dizia respeito à organização, à mobilidade, à logística, às comunicações, ao poder de fogo, às técnicas e às táticas do Exército e da Marinha.

⁴ KEITH, Henry Hunt. *Soldados Salvadores*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989, p. 39.

por um momento favorável da econômica nacional, carecia de respaldo da expressão militar para levar adiante sua política de demarcação de fronteiras do Brasil. Na busca desses desígnios, o chanceler contemplou as iniciativas de reorganização e de reaparelhamento militar idealizadas pelo almirante Júlio de Noronha (1845-1923) e pelo general Hermes da Fonseca (1855-1923). O reaparelhamento naval foi defendido pelo deputado federal fluminense Laurindo Pitta (1854-1904) no plenário da Câmara e na imprensa resultando na aquisição de novos meios flutuantes e na ida de suas respectivas tripulações para treinamento na Inglaterra.⁵ As iniciativas de Hermes da Fonseca para a reestruturação do Exército Nacional foram contempladas com a construção da Vila Militar e do Campo de Instrução de Gericinó, com a aquisição de armas e equipamentos na Alemanha e com o envio de jovens oficiais brasileiros para intercâmbio junto ao exército prussiano, então considerado a melhor força terrestre mundial.⁶ Em favor das Forças Armadas como um todo se expressou o deputado Alcindo Guanabara (1865-1918). Sua proposta, visando a renovação da instituição militar a partir do seu material humano, resultou na aprovação da lei que se propunha a implantar o serviço militar obrigatório no país.⁷ Estávamos inseridos no contexto da corrida armamentista mundial, prenúncio da Grande Guerra que se avizinhava.

O mundo se abalaria com a eclosão da Guerra da Europa, em 1914, depois denominada de Grande Guerra, em razão das proporções que o conflito foi tomando em extensão territorial, em duração, povos afetados e transformações causadas. Esta conflagração conteve e sintetizou significativas mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas e tecnológicas. Trouxe ainda em seu bojo novas e profundas transformações militares. Estas últimas, de imediato e diretamente, impactaram os principais

⁵A atuação do deputado defendendo a necessidade de o País revitalizar seus meios navais foi marcante a ponto de a Marinha o homenagear, dando a um rebocador construído na Inglaterra, em 1910, o seu nome. Essa embarcação (hoje pertencente ao acervo do Espaço Cultural da Marinha, na cidade do Rio de Janeiro) participou da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) que atuou na Primeira Grande Guerra. Serviço de Documentação da Marinha – *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 2006.

⁶ MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 319, 321, 324. A desapropriação de fazendas para a construção da Vila Militar e do Campo de Instrução de Gericinó ocorreu na presidência Rodrigues Alves (1902-1906). A construção dos primeiros aquartelamentos na região se iniciou na gestão seguinte, de Afonso Pena (1906-1909). Mas as primeiras inaugurações ocorreram na presidência do próprio Hermes da Fonseca (1910-1914). Durante a Grande Guerra houve expansão das instalações e a construção da estrada de ferro ligando a região ao Centro da cidade do Rio de Janeiro.

⁷ Depois de longo debate, o projeto foi finalmente aprovado em 04 de janeiro de 1908, como Lei nº1860/1908, mas não teve aplicação efetiva. O primeiro sorteio para o preenchimento de vagas no serviço militar só ocorreu em 10 dezembro de 1916, em pleno transcurso da Primeira Guerra Mundial.

países que participaram do conflito, mas também acabaram por influenciar todas as organizações castrenses ao redor do mundo, com abrangência maior ou menor, em função da situação particular de cada país.

No caso específico do Brasil, o tenente do Exército Mário Hermes (1880- 1955), então deputado federal, em plena Primeira Guerra Mundial, moveu campanha no plenário da Câmara e na imprensa alertando para o despreparo da defesa nacional, razão pela qual clamava para que a lei do serviço militar tivesse aplicação imediata no Brasil, a exemplo do que ocorria em todos os países do mundo. No contexto de grandes manifestações promovidas pela Liga Brasileira pelos Aliados⁸, iniciou-se a campanha pelo soerguimento dos valores cívicos (“patrióticos”, como era usual dizer à época) na voz de Olavo Bilac. Criou-se formalmente, na data magna de 07 de setembro de 1916, a Liga de Defesa Nacional⁹, sob a presidência de honra do Presidente da República, contando com personalidades de vulto como membros. Três meses depois, a 10 de dezembro de 1916, no Quartel-General do Exército, na Capital Federal, ocorria o primeiro sorteio para a seleção de novos soldados.¹⁰

A importância da primeira conflagração em escala global alargou-se na mesma proporção em que vem ocorrendo o seu distanciamento do tempo presente, pois seu debate não mais acirra os ânimos nem desperta cegas paixões. As mudanças que provocou não parecem mais tão impactantes, pois as sociedades se afastam de seu próprio passado, gradual e progressivamente se entregando ao presente e voltam os olhos para o porvir. Tal distanciamento beneficia o analista, aumentando o *detachment* e a obtenção de maior objetividade. Com isso, ficam mais claras a percepção e a compreensão de que o mundo de

⁸ Associação fundada no Rio de Janeiro a 7 de março de 1915 a fim de consolidar as simpatias pelos países Aliados na Primeira Guerra Mundial. Foi extinta com o término da Guerra, em 1919. A liga agiu no sentido de desenvolver, entre os brasileiros, simpatia pela causa dos Aliados, estreitar os laços culturais com a França e ajudar as vítimas de guerra dos Aliados. A Liga levantou fundos para a Cruz Vermelha belga, para a inglesa e a francesa, organizou manifestações públicas, redigiu petições para o Congresso e protestou contra as alegadas “atrocidades alemãs” e contra a violação, atribuída à Alemanha, das leis internacionais. SETEMY, Adrianna. *Liga Brasileira pelos Aliados*. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/.pdf>. Acesso em: 25/10/2017

⁹ Associação civil que atestou a identidade de interesse entre civis e militares cujo objetivo central, desde sua fundação, é de “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”. Sua criação foi um desdobramento da campanha, promovida entre 1915 e 1916, pelo poeta Olavo Bilac em prol da implantação do serviço militar obrigatório no Brasil, durante a presidência de Venceslau Brás (1914-1918), em plena Grande Guerra. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>. > Acesso em: 25/10/2017.

¹⁰ MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Americana, 1974, p. 398.

hoje, com seu complexo xadrez geopolítico, estratégico e militar, decorre, em grande parte, do desenlace daquela conflagração ocorrida há um século.

Decorridos cem anos de sua eclosão, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) começa a ser vista como o marco inicial de um novo século na História, se não medida cronologicamente, mas demarcada por acontecimentos significativos para a Humanidade¹¹. Entre outras importantes motivações, a Segunda Guerra Mundial foi consequência dos Acordos de Paz daquela Grande Guerra (de 1914 a 1918), que só passou a ser conhecida como Primeira depois da ocorrência desta, duas décadas mais tarde (de 1939 a 1945). Ambas (a Primeira e a Segunda) comporiam a Guerra dos Trinta Anos do século XX (1914-1945), na visão do Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva.¹² Para alguns autores, o intervalo entre elas teria sido apenas uma fase de recuperação e de preparação na qual os contendores se recompusessem dos danos sofridos no primeiro confronto para que pudessem se organizar com vistas a um novo embate, ainda mais mortal e devastador do que o anterior.

Salta aos olhos o fato de a Primeira Guerra Mundial, em comparação ao que se vê no meio acadêmico europeu, e contrariamente ao percebido em relação à Segunda Guerra, não ter ainda despertado a devida atenção do meio acadêmico brasileiro, tal a carência de estudos específicos sobre este tema e seus reflexos na vida nacional, seja do ponto de vista histórico, econômico, político, social, diplomático ou militar. O principal e mais abrangente trabalho a este respeito continua sendo, entre nós, o do professor Francisco Luiz Teixeira Vinhosa (1990).¹³

O envolvimento e a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, a despeito de pouco explorado ainda hoje, não foram assuntos que passaram à margem dos interesses dos jornais e dos intelectuais brasileiros na época. Aquela conflagração haveria de estabelecer uma nova ordem mundial na qual nossas lideranças desejavam reposicionar o Brasil, não mais como ator coadjuvante, mas sim como país detentor de papel protagonista.¹⁴ Ganharam, então, destaque os debates nos círculos intelectuais sobre o assunto na forma de artigos, conferências, discursos e pronunciamentos por parte dos mais destacados brasileiros da época. Nesse acervo de troca e de confronto de ideias, aflorou a necessidade de se questionar

¹¹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Schwarcz, 1995, p. 15.

¹² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Prefácio". In: GARAMBONE, 2003, p. 14-15.

¹³ Uma revisão da literatura foi proposta em MENDONÇA (2008).

¹⁴ GARCIA, Eugênio V. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. 2ªed. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 28.

o fortalecimento e o preparo das instituições militares, instrumento indispensável para respaldar as medidas diplomáticas e as pretensões em política externa de nosso governo, mormente num contexto em que a nova ordem mundial seria estabelecida na mesa de negociações pelos vencedores nos campos de batalha da Grande Guerra.

O tema sensibilizou a imprensa da época, mas outras temáticas, também de ordem militar, ganhavam notável espaço nos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, notadamente a chamada Guerra do Contestado (1912-1916)¹⁵, na região limítrofe aos Estados do Paraná e de Santa Catarina, assim como, no Ceará, a *Seca do Quinze* (1915), vitimando milhares de brasileiros¹⁶ e chamando a atenção para os graves problemas políticos e sociais do Brasil. Em relação à Guerra da Europa, na Capital Federal homens notáveis e políticos influentes tomaram partido de um ou outro dos beligerantes, fundando ligas, clubes e associações onde se faziam discursos, cantavam-se hinos, declamavam-se poesias e promoviam-se campanhas para arrecadação de contribuições em favor deste ou daquele país, em sua grande maioria em prol da França, Bélgica e Inglaterra. As senhoras de famílias abastadas se voluntariavam para a adoção dos órfãos de combatentes franceses e belgas. O bloqueio submarino adotado pelo governo alemão, em resposta ao bloqueio naval contra a Alemanha protagonizado pelas marinhas aliadas, culminou com o afundamento de navios mercantes brasileiros nos mares da Europa, fator que se mostrou determinante para a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados.¹⁷

O conflito europeu alteraria irremediavelmente a ordem internacional e o Brasil desejava ocupar posição de protagonista nos acordos de paz a serem firmados. Para tanto era indispensável que se pagasse o “tributo de dor e de luto”, como dizia Pandiá Calógeras, sem o que seria ofensivo e vexaminoso ao país, aos olhos do mundo, lançar dúvida quanto ao

¹⁵ Em Irani (hoje chamada de Concórdia), região à época contestada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, cresceu a insatisfação de moradores e trabalhadores braçais devido ao abandono a que eles se viram relegados com o desemprego e a desapropriação de terras para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. As desavenças se agravavam desde 1912, o que levou ao envio sucessivo de uma força da Polícia do Paraná e de três expedições do Exército Brasileiro para apaziguar o conflito que crescia. A Campanha do Contestado, também chamada de Guerra dos Fanáticos, chegou ao fim em 12 de outubro de 1916. DONATO, Hernani. *Dicionário de Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do EXército, 2001, p. 147, 148.

¹⁶ VILLA, Marco Antônio. *Vida e Morte no Sertão: história das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ática, 2001, p. 116.

¹⁷ O Brasil sofreu afundamento dos seguintes navios mercantes: vapor *Paraná*, no litoral da França (em 04/04/1917), quando o Brasil declarou o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha (em 11/04/1917); vapor *Tijuca*, também no litoral francês (20/05/1917); vapor *Lapa*, no litoral da Inglaterra (22/05/1917), motivo alegado para o rompimento da neutralidade na guerra; vapor *Macau*, no litoral da Espanha (18/10/1917), ocasião em que o Brasil declarou guerra ao Império Alemão (28/10/1917).

“valor moral e militar de seus filhos”, que se eximiam de contribuir com os sacrifícios nos campos de batalha, mas sentavam-se à mesa para partilhar os benefícios da paz.¹⁸ Esta possibilidade levou ao debate quanto à real condição de nossas Forças Armadas, ocasião em que ficaram evidentes suas fragilidades e suas prementes necessidades.

Este capítulo pretende, em linhas gerais, reconstituir o clima intelectual dominante no espaço de tempo que corresponde ao período da Primeira Guerra Mundial, no contexto de uma sociedade com altos desníveis sociais, de população predominantemente rural, pautada numa economia monocultora, com baixa índice de industrialização, dominada por oligarquias políticas que se revezavam no poder. O recorte considerará o clima de opiniões prevalecente, conforme refletido, principalmente, nos mais reconhecidos jornais a partir do posicionamento dos mais expressivos intelectuais naquele período.

A Primeira Grande Guerra no Brasil: clima, jornais e intelectuais

Clima

Carolina Nabuco¹⁹ relata que teve contato com a obra de Paul Claudel por indicação de Graça Aranha²⁰. O escritor Claudel e o jovem músico Darius Milhaud haviam sido enviados ao Brasil em missão diplomática para estreitar e intensificar as relações franco-brasileiras no tocante aos interesses envolvidos na Guerra da Europa. Logo Carolina veio a conhecê-lo pessoalmente tendo com ele desenvolvido estreita relação cultural e de amizade em contatos frequentes na residência do casal Raymond e Audrey Parr, em Petrópolis. Audrey era francesa de nascimento e Raymond, diplomata da legação britânica no Rio de Janeiro.²¹

Àquela época, registra Carolina, a temporada anual de ópera trazia ao Rio de Janeiro famosas companhias europeias que lotavam o Teatro Lírico. Peças consagradas em Paris

¹⁸ VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990, p. 157, 158.

¹⁹ Maria **Carolina Nabuco** de Araújo (1890-1981), escritora, era filha de Joaquim Nabuco (1849-1910), político, diplomata, historiador, jurista e jornalista, figura de destaque no movimento abolicionista brasileiro.

²⁰ José Pereira **Graça Aranha** (1848-1931), jurista, romancista, ensaísta e diplomata foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Influenciado por suas relações culturais e de amizade em Paris, trouxe ao Brasil as sementes do Movimento Modernista.

²¹ NABUCO, Carolina. *Oito Décadas. Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 88.

eram aqui exibidas quase mensalmente por companhias francesas com presença “em peso” da elite carioca, que conhecia o francês como se fora “sua própria língua”.²² No Rio de Janeiro, as casas de espetáculo mais famosas eram o Teatro Municipal, o Teatro Lírico, e os teatros Carlos Gomes, Recreio, São Pedro, República, Trianon, Phenix. Na capital paulista destacavam-se, além do Teatro Municipal, o São José, o São Paulo, o Apollo e o Variedades. Teatros mais modestos se prestavam também à exibição de filmes.

O cinema já era um lazer apreciável com exhibições sucessivas de fitas “de pouca metragem”, geralmente em duas partes, com “cópias muito arranhadas e sujeitas a se romperem”. Os *westerns* e filmes de aventura eram explorados por companhias norte-americanas; os filmes policiais e as comédias eram de companhias francesas, “da fábrica Gaumont ou da Pathé”.²³ Eram as principais salas de projeção do Rio de Janeiro: Odeon, Pathé, Palais, Maison Moderne, Parisiense, Rio Branco, Pão de Açúcar. Em São Paulo os “cinematógraphos” mais conhecidos eram: Iris, Pathé, Rio Branco, High-Life, Guarany, Royal, Eldorado, Congresso, Bijou, Campos Elyseos. Logo este veículo de comunicação seria utilizado como meio de propaganda durante a Grande Guerra, mas Olavo Bilac já advertira que o cinema, “que se dizia destinado a apanhar em flagrante e a reproduzir fielmente a vida em toda a sua nudez e verdade”, não passava de “uma fábrica de pulhas”. As fitas que traziam cenas de batalhas da guerra russo-japonesa, por exemplo, haviam sido filmadas nos arredores de Paris, “de onde saíam prontas para correr o mundo e embasbacar as gentes”, provocando admiração, espanto, arrepios e enternecimento às “almas sensíveis” sem que ninguém suspeitasse que tudo era “uma farsa”.²⁴

Carolina Nabuco lembra do desenvolvimento do gosto pelas atividades desportivas, que contribuíram para “modificar visivelmente o aspecto da nossa gente”: os rapazes, antes franzinos, passaram a ter “aspecto sadio e musculoso”. As corridas de cavalos e as regatas a remo tinham boa audiência. “O futebol já despertava entusiasmo, mas era ainda apenas de amadores, principalmente grã-finos”.²⁵ Olavo Bilac, por sua vez, enalteceu a mudança de hábitos que os clubes de regatas vinham empreendendo nos jovens brasileiros. Os rapazes,

²² NABUCO, 2000, p. 80.

²³ NABUCO, 2000, p. 79.

²⁴ BILAC, Olavo. “Ilusões cinematográficas”. Crônica de 17 de agosto de 1904, publicada no jornal *A Notícia*. In: SIMÕES JR, Álvaro Santos (Org.). *Registro: crônicas de Belle Époque carioca*. Campinas: Unicamp, 2011, p. 281.

²⁵ NABUCO, 2000, p. 81, 82.

antes, “quando saíam da vida debilitante do internato”, envenenavam o sangue e apressavam a morte entregando-se aos prazeres fáceis. “Não havia o amor aos exercícios físicos”, nem a convicção de que sem boa saúde não poderia haver alma equilibrada. Agora, com a prática de esportes, nossos moços, mais esbeltos e fortes, “com o ágil corpo exposto à tonificante frescura da brisa marinha”, faziam educação física e adquiriam educação moral.²⁶

A prática de esportes e a educação física eram também hábitos importados da Europa e, portanto, apenas acessíveis às classes abastadas no Brasil. O remo, o cricket, a esgrima, o tênis e a natação eram praticados em clubes e a educação física (mais comumente a ginástica) era praticada com regularidade em escolas de padrão elevado. O turfe era um esporte que competia com o remo em termos de número de espectadores. Os grandes páreos ocorriam no Jockey Club e as corridas de pequenas apostas se davam nos prados, nos subúrbios. Mas surgiu, então, o futebol. A princípio esporte de ricos, porque o material utilizado era importado, o futebol logo caiu no gosto popular por ser lúdico, divertido, dinâmico, interativo, emocionante e possibilitar ampla variedade de jogadas. Os clubes sociais montaram suas equipes; mas as fábricas também.

Ginástica e a prática de esportes, comum nas forças armadas europeias, vieram a ser também adotadas no Brasil, até mesmo como instrumento de propaganda para atrair jovens às fileiras. Dentre as inúmeras fragilidades de nossas forças armadas, tema cujo debate se intensificou no contexto da Guerra Europeia, a necessidade de renovação do elemento humano para a prestação do serviço militar era a mais premente. A ideia básica de que a defesa de um país se faz com a participação de toda a sociedade apelava para o chamamento de todos os seus homens válidos para o treinamento militar. E estes deveriam ser fortes, dispostos, ágeis, fisicamente aptos e preparados para os rigores que as atividades deste ofício podiam exigir. No caso brasileiro, constatava-se que apenas os jovens mais necessitados ou desamparados acorriam aos quarteis em busca de uma ocupação que lhes garantisse o sustento. Era uma parcela da população geralmente subnutrida, quando não doente.

A prática de esportes e de ginástica passou a ser percebida, pela sociedade, como atividade saudável e tonificante, gozando de boa reputação e de admiração. Mas era hábito restrito às classes privilegiadas. Para pertencer a uma equipe de remo ou de futebol, por

²⁶ BILAC, Olavo. “Clubs de regatas”. Crônica de 14 de junho de 1901, publicada no jornal *A Notícia*. In: SIMÕES JR, 2011, p. 92.

exemplo, era necessário se afiliar a um clube ou trabalhar numa grande fábrica. A proposta das lideranças militares era de melhorar o aspecto físico de seu pessoal, o bem-estar, a saúde, o nível disciplinar e o desempenho laboral de seus elementos a partir da prática regular da ginástica e do estímulo às atividades desportivas. Seu poder de atração era significativo pois, compondo uma das equipes desportivas do Exército ou da Marinha, um jovem de origem humilde poderia participar de competições disputando troféus e medalhas nas dependências dos grandes clubes da cidade, sob a audiência de um público seletivo, com cobertura jornalística, como no “dia dos esportes terrestres”, que a Marinha promoveu no Clube Botafogo, e a Taça Flamengo, nas dependências do clube de igual nome.²⁷

Entrementes, o número de voluntários para o serviço militar era insuficiente para atender a demanda de mão de obra requerida pela caserna. Muitas vagas permaneciam ociosas. Outra alternativa para melhorar as reservas das forças armadas, já prevista em lei desde 1908, cujo êxito inicial perdera ímpeto devido à não aplicação do sorteio militar, foi a criação das linhas de tiro. No contexto da Grande Guerra, as linhas de tiro se revitalizaram com a iniciativa do Exército de criar a Confederação de Tiro Brasileiro. Por meio desta entidade, o Exército controlava e fiscalizava as sociedades de tiro do país e propunha melhorar a formação e o treinamento de seus membros fornecendo uma equipe de instrutores capazes de, em tempo reduzido e em horários flexíveis, ministrar os rudimentos da formação militar. Com isso, a linha de tiro passava do simples lazer e da prática desportiva para abranger também às atividades de formação militar básica. A Marinha, de forma mais modesta, adotou medida nesta mesma direção com vistas à constituição de suas reservas: considerou como reservistas os atletas das equipes de remo, de natação e dos esportes náuticos. Nas localidades afastadas, por meio de convênio com as prefeituras, alguns militares seriam destacados para orientar a formação de reservistas *in loco*. Eram os Tiros de Guerra, até hoje em uso.

No clima da Guerra da Europa, as linhas de tiro e os tiros de guerra ganharam destaque na imprensa e prestígio popular. Passaram a dispor de mais meios (armas, munições, stands de tiro), ter melhor treinamento e a fazer exercícios militares. Ganharam prestígio junto à população, exibiam suas habilidades com movimentos sincronizados de armas nas praças

²⁷ CANCELLA, Karina. *O esporte e as forças armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014, p. 156, 167.

públicas, faziam demonstrações de manobras táticas nos arrabaldes, evoluções de ordem unida em parques, desfilavam marchando garbosamente uniformizados pelas ruas e avenidas acompanhados por bandas ou fanfarras, participavam de cerimônias cívicas e de competições contra equipes de atiradores de diferentes localidades, de outros municípios e até de outros estados. Admirados e aplaudidos pelas multidões, eram ainda mencionados ou exibidos em fotos nas páginas dos jornais.

O escotismo foi outro movimento muito em voga no Brasil, principalmente durante a Primeira Grande Guerra. Criado na Inglaterra pelo oficial de cavalaria do Exército britânico Robert S. Smith Baden-Powell (1857- 1941), o escotismo tinha por propósito contribuir para a educação dos jovens melhorando o condicionamento físico, estimulando o intelecto, desenvolvendo o sentimento de fraternidade, a camaradagem e a cidadania, forjando o caráter e reavivando os valores cívicos por meio de atividades ao ar livre, em contato com a natureza. Baden-Powell estruturou os *Boys Scouts* com base em valores e práticas organizacionais militares: uniformes, distintivos, gestos, formaturas, trabalho em equipe (“patrulhas”), hierarquia, cerimoniais, culto a valores e símbolos pátrios, solidariedade. O primeiro acampamento do escotismo deu-se em 09 de agosto de 1907, com 20 jovens voluntários. A repercussão foi notável e já em 1911 o rei Jorge V, numa cerimônia em Windsor (na Inglaterra, a 35km de Londres), passou em inspeção 13.000 escoteiros formados. Dois anos mais tarde repetiu-se a cerimônia, desta feita com 180.000 adeptos.²⁸ O movimento logo espalhou-se com a fundação de grupos de escoteiros na Europa (Inglaterra, França, Alemanha, Suécia, Itália) e na América (Estados Unidos, Argentina e Chile).

Em 14 de junho de 1910 alguns militares brasileiros que haviam tomado parte do grupo destinado a receber e operar o Encouraçado Minas Gerais, construído na Inglaterra, tendo ficado impressionados com a repercussão do escotismo naquele país, decidiram introduzir o referido movimento no Brasil. Organizaram o primeiro grupo dos *Brazilian Boys Scouts* no Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro. Outros grupos surgiram na Tijuca e em Realengo, quase sempre por iniciativa e sob liderança de militares. Mas as ocupações profissionais, viagens e transferências destes chefes escoteiros interferiram na regularidade das atividades destes grupos e o movimento entrou em declínio estando quase extinto em

²⁸ BLOWER, Berbard David. *História do Escotismo Brasileiro: os primórdios do escotismo no Brasil*. Vol. I. Tomo I (1910- 1924). Rio de Janeiro: CCME, 1994, p. 9, 13, 16.

1912. Em 13 dezembro do ano seguinte, o advogado e jornalista Mário Sérgio Cardim (1879-1952), de retorno ao Brasil vindo da Europa, contagiado pelo dinamismo do movimento escoteiro na França, reativou o escotismo em São Paulo. Com apoio do empresário Júlio César Ferreira de Mesquita (1862-1927), diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, a iniciativa de Cardim teve repercussão, ocasião em que se realizaram 18 conferências sobre escotismo pelas cidades do interior paulista. Também por esta época a senhora Jeronyma de Mesquita (1880-1972), enfermeira brasileira a serviço da Cruz Vermelha da França, passou a enviar, para o movimento escoteiro de São Paulo, manuais e artigos sobre escotismo, traduzidos por ela mesma para o português. Em novembro daquele ano (1913), na cidade de São Paulo, em cerimônia a que compareceram políticos, autoridades civis e militares, jornalistas e professores, formaram-se 600 jovens escoteiros. No ano seguinte registrava-se a existência de grupos de escoteiros em quase todos os Estados da federação.²⁹

A repercussão que a Guerra da Europa teve no Brasil fez reavivar o escotismo. Em 1917, ano em que o Brasil declararia guerra à Alemanha, os movimentos escoteiros já haviam adquirido prestígio que lhes possibilitava realizar cerimônias nos teatros municipais das principais cidades do país. Neste ano, o Cardeal Arcoverde, membro da Liga de Defesa Nacional, introduziu o escotismo em sua Paróquia, na Zona Sul da Capital Federal. Também os clubes desportivos, organizações e empresas passaram a formar seus grupos de escoteiros, ao mesmo tempo em que solicitavam instrutores militares para suas linhas de tiro. Nota-se o estreitamento das relações entre civis e militares a partir da confluência de interesses e de objetivos comuns às diversas instituições (organizações militares, clubes desportivos, Igreja, imprensa, linhas de tiro, escotismo, Liga de Defesa Nacional) e seus membros e representantes.

No regime republicano recém-implantado no Brasil, a ordem era o progresso. E o país tinha que se modernizar às pressas. Belo Horizonte, a nova capital planejada para o Estado de Minas Gerais, por exemplo, foi construída em dois anos. Sua inauguração deu-se em 1897, com muitas obras ainda por iniciar, algumas em andamento e outras que permaneceram inconclusas. Rodrigues Alves, como presidente do Estado de São Paulo (cargo atualmente denominado de governador), modernizou a capital paulista. Com esse

²⁹ BLOWER, 1994, p. 35, 36, 38.

dinamismo, Olavo Bilac cobrava mudanças para a cidade do Rio de Janeiro. Dizia ele:

São Paulo, sem barulho, já está quase transformada de todo: enquanto nos contentamos com projetos, a capital do café só se satisfaz com obras; e não há carioca que, visitando essa formosa cidade do interior, não sinta as faces acesas de vergonha lembrando-se da fealdade da capital da República.³⁰

Mas eis que Rodrigues Alves se fez presidente da República e, numa época de estabilidade econômica e de situação financeira confortável, empreendeu a modernização da Capital Federal. O prefeito Pereira Passos³¹ foi a Paris estudar as mudanças urbanísticas pelas quais passara a capital francesa para adaptá-las à cidade do Rio de Janeiro. Bilac exultaria com o artigo que um jornalista visitante publicou no *The Sun*, onde dizia que o Rio de Janeiro era “uma das cidades mais limpas do mundo” e a Avenida Central [atual Avenida Rio Branco] rivalizava “com tudo quanto Paris pode mostrar”.³² As demais capitais brasileiras procuraram seguir o modelo destes grandes centros urbanos afrancesando-se ao abandonar a arquitetura dos antigos edifícios e casarões portugueses do período Colonial e do Império para erguerem construções em estilo eclético e neoclássico, bem ao gosto parisiense. As ruas, antes estreitas e curvas, foram dando lugar a avenidas largas, retas, extensas, arborizadas: os *boulevards*. Neles se instalaram lojas de vestuário e de artigos da moda, cinemas e teatros. Seus nomes lembravam as casas comerciais e casas de espetáculos de Paris. Exibiam-se produtos de luxo, principalmente de origem francesa.

A inauguração da avenida Central³³, na cidade do Rio de Janeiro, à época bastante semelhante à avenida Champs Elisées, de Paris,³⁴ deu-se na data simbólica de 15 de novembro de 1905, aniversário da Proclamação da República no Brasil. Olavo Bilac, presente ao evento, disse que o “bom povo” da sua “linda e amada cidade” estava exultante, “estatelado de júbilo e de espanto”, demorando a tornar “a si da surpresa” diante de uma

³⁰ BILAC, Olavo. “As avenidas do Rio”. Crônica de 03 de janeiro de 1902. In: SIMÕES JR., 2011, p. 125.

³¹ Francisco Franco **Pereira Passos** (1836-1913) foi engenheiro e político. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1902 a 1906, por indicação do presidente Rodrigues Alves, empreendeu a reforma urbana conhecida como “O Bota Abaixo”, devido ao número de demolições que promoveu.

³² BILAC, Olavo. “Elogios ao Rio”. Crônica de 09 de abril de 1908. In: SIMÕES JR., 2011, p. 463.

³³ A avenida Central foi inaugurada em 7 de setembro de 1904 (aniversário do Dia da Independência do Brasil) e aberta ao tráfego em 15 de novembro de 1905 (aniversário da Proclamação da República no Brasil). Foi rebatizada como avenida Rio Branco em 21 de fevereiro de 1912, em homenagem ao chanceler Barão do Rio Branco, falecido dez dias antes.

³⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. “Cultura e Sociedade”. In: PINHEIRO, Paulo S. M. S.; VILLALOBO, André M. P.; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *História do Século 20: 1914/ 1919*. São Paulo: Abril Cultural, 1988, p. 692.

“obra de encantamento e feitiço”. “Os olhares, mergulhando na Avenida, pasmavam diante da sua prodigiosa amplitude”, escreveu ele. E o povo, mesmo sob intensa chuva, “debaixo das cordas de água que caíam”, durante “todo aquele dia e toda aquela noite”, ali permaneceu, “indo e vindo, de boca aberta, olhando os prédios, sem acreditar no que via”. Otimista, Bilac ficou-se pensando “na revolução moral e intelectual” que se iria “operar na população, em virtude da reforma material da cidade”. Absorto, o cronista comparava, “com os olhos e o coração”, o que fomos ao que já éramos e ao que haveríamos de ser.³⁵ Nicolau Sevcenko, quanto à repercussão que as obras de urbanismo da gestão Pereira Passos causara sobre o sentimento popular no Rio de Janeiro, destaca que:

A atmosfera cosmopolita que desceu sobre a cidade renovada era tal que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, as pessoas ao se cruzarem no grande *boulevard* [antiga avenida Central, hoje avenida Rio Branco] não se cumprimentavam mais à brasileira, mas repetiam uns aos outros: ‘Vive la France!’³⁶

Entretanto, saindo da avenida Central, tomando qualquer das vias paralelas ou transversais ou ainda indo aos subúrbios, a realidade era outra. Tomemos como exemplo um curto trecho em que Lima Barreto³⁷ descreve a caminhada de um de seus personagens pelo Centro da cidade, “atravessando aqueles velhos becos imundos” que se originavam na rua da Misericórdia e iam morrer “na rua Dom Manuel e Largo do Moura” (próximo à atual Praça XV de Novembro, antigo Largo do Paço Imperial):

Aqueles becos escuros, guarnecidos, de um e de outro lado, por altos sobrados de cujas janelas pendiam peças de roupas a enxugar, mal varridos, pouco transitados, formavam uma estranha cidade à parte, onde se iam refugiar homens e mulheres que haviam caído na mais baixa degradação e jaziam no último degrau da sociedade. Escondiam, na sombra daquelas betesgas coloniais, nas alcovas sem luz daqueles sobrados, nos fundos caliginosos das sórdidas tavernas daquele tristonho quarteirão, a sua miséria, o seu opróbio, a sua infinita infelicidade de deserdados de tudo deste mundo.³⁸

A aristocracia e a burguesia nascente seguiam a moda do *dernier bateau*, quando

³⁵ BILAC, Olavo. “Inauguração da Avenida”. Crônica publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, de 19 de novembro de 1905. In: DIMAS, Antônio (org.). *Vossa Insolência: Crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 260, 263-265.

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 26.

³⁷ Afonso Henrique de **Lima Barreto** (1881-1922), escritor e jornalista brasileiro. Produziu romances, crônicas, sátira política e sátira literária.

³⁸ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. 2 ed. São Paulo: Escala, s.d., p. 124.

acorririam às lojas para admirar e adquirir as últimas tendências de vestuário vindas de Paris. Os jornais eram pródigos em anúncios que revelam este hábito. O *Jornal do Commercio* chegava a conter anúncios em francês, tais como: “*Madame, vous voulez être heureuse, soyer jolie. Les produits de beauté A. Doret font adorer celles qui les adoptent. Pour le visage, pour le decolleter, aucun produit n’egale les produits A. Doret. 147, Avenue Rio Branco, 147*”³⁹; ou “*Reçu de Paris. Nouve assortiment de robes, manteux, cotumes, chapeaux, blouses, jupons, etc. 51, Rue Carvalho Monteiro, n°51- Catete*”; ou ainda “*Robes Nouvelles. Grand assortiment des dernieres nouveatés en manteaux, chapeaux, blouses, lingerie, etc. Mme Aline Strars. 24, Rua Carvalho Monteiro, 24- Catete.*”⁴⁰ Os fornecedores destes artigos, na cidade do Rio de Janeiro, situavam-se, em sua maioria, na Rua do Ouvidor, na Avenida Rio Branco e nas proximidades do Palácio do Catete, sede do governo em cujas cercanias procurava residir, se estabelecer comercialmente ou se hospedar quem desejava estabelecer estreitas relações com o poder político. A influência cultural francesa sobre nossa intelectualidade e sobre nossas elites dirigentes foi um dos fatores determinantes para a franca simpatia pela causa aliada no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial. Enquanto aqui prevalecia o culto à França, a Alemanha era desconhecida e sua cultura, praticamente ignorada.

A cidade de São Paulo, por seu turno, do final do século XIX para as primeiras décadas do século XX, cresceu de forma vertiginosa. Com apenas 31.385 habitantes em 1872, São Paulo ficava atrás não só da cidade do Rio de Janeiro (Corte do Império), mas também de Salvador, Recife, Belém, Niterói, Porto Alegre, Fortaleza e Cuiabá. Mas eis que o cultivo extensivo de café para exportação chegou às terras paulistas e em menos de três décadas sua população cresceu quase oito vezes contabilizando 239.820 habitantes em 1900, o que a tornava a segunda maior cidade brasileira, atrás apenas do Rio de Janeiro, então Capital Federal.⁴¹ Se já era a mais operosa, produtiva e rica, dentro de mais duas décadas se tornaria também a maior e mais populosa cidade do País.

³⁹ “Senhora, se quiser ser feliz, seja bonita. Para o rosto, para o busto, nenhum produto se iguala aos produtos A. Doret” (tradução nossa). *Jornal do Commercio*, de 07 de setembro de 1916 (quinta-feira), p.20.

⁴⁰ “Vindos de Paris. Novo sortimento de robes, casacos, paletós, sobretudos, chapeús, blusas, lingerie, anáguas, etc”. “Vestidos novos, grande sortimento das últimas novidades em casacos, chapéus, blusas, lingerie, etc” (tradução nossa). *Jornal do Commercio* (RJ), de 10 de setembro de 1916 (domingo), p.24.

⁴¹ TOLEDO, Roberto P. *A capital de vertigem: uma história da cidade de São Paulo de 1900 a 1954*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 16, 17, 27.

A demanda de café no exterior estimulou a expansão do cultivo desta herbácea nas terras férteis de São Paulo, o que exigia a construção de ferrovias para viabilizar o escoamento da produção ao porto de Santos. O rentável comércio do café trouxe à capital do Estado investimentos estrangeiros e financiamentos bancários, estimulou outros ramos de negócios desenvolvendo a infraestrutura e atraiu mão de obra de outras regiões do Brasil e do exterior, o que favoreceu a instalação de indústrias. Ao mesmo tempo em que surgiam bairros populares nas periferias da cidade, na área urbana abriam-se ruas e avenidas, construía-se praças e parques, erguiam-se mansões e palacetes.

Um exemplo do estilo de vida dos novos ricos da portentosa cidade era o promotor de artes, poeta e político José de Freitas Valle, que construiu seu palacete, a Villa Kyrial, no então bucólico bairro de Vila Mariana. Ali, Freitas Valle estabeleceu uma programação de periódicas reuniões socioculturais que acolhiam pintores, escultores, poetas, prosadores, músicos e políticos onde tudo era “muito francês”. “Freitas Valle escrevia em francês, pensava em francês, comia em francês, respirava em francês e cheirava em francês”. Dizia-se, entre outras qualificações, *maître de cuisine*, *maître parfumeur* e *sommelier*. Durante os anos da Grande Guerra, adotou-se ali mais um novo hábito parisiense: as conferências. Os escritores Coelho Neto e Olavo Bilac, quando iam a São Paulo, hospedavam-se na Villa Kyrial.⁴²

Enquanto as grandes potências presumidamente vencedoras da Grande Guerra Mundial vinham há algum tempo discutindo os termos do armistício, a criação de uma sociedade internacional (a futura Liga das Nações) para lidar com as crises político-diplomáticas e militares vindouras no mundo, vislumbravam os desdobramentos geopolíticos da criação de novos países e da delimitação de novas fronteiras na Europa, as indenizações e reparações de guerra, dentre outras grandes questões do momento, na sessão da Câmara dos Deputados, no Brasil, o senhor Pires Rabelo usava da palavra, esgotando o tempo do plenário, para desferir “violento ataque” ao senhor Cunha Vasconcellos, ex-prefeito da cidade de Tarauacá, no Acre, distante cerca de 400km da capital Rio Branco. Apresentou, para encerrar o expediente da Casa, um “longo requerimento sobre o assunto”.⁴³ Já no dia 11 (segunda-feira), quando se daria a assinatura do armistício para por fim à

⁴² TOLEDO, 2015, p. 151- 153.

⁴³ Jornal *O Estado de São Paulo*, de 05 de novembro de 1918 (terça-feira), p.2.

Grande Guerra e ter início às conversações de paz, não houve sessão no Congresso Nacional Brasileiro por falta de quórum. Dos 104 deputados, apenas 26 compareceram, quando a média de presença era de 50 parlamentares. Dentre os senadores, registrou-se apenas um comparecimento.⁴⁴ Estes exemplos, tornados públicos num dos jornais de maior circulação do país, não exibem uma imagem muito favorável quanto ao compromisso e envolvimento de nossos parlamentares com as questões de grande interesse da nação.

O Senhor Mário Pinto Serva, em artigo intitulado “O quadriênio a findar”, fazia um balanço da gestão Venceslau Brás. Dizia que o referido governo “merecia o acatamento e a atenção a que fazem jus os governos honestos e bem intencionados. No seu chefe a nação reconhecia a honestidade pessoal e a ilibada conduta privada”. Coubera-lhe “restituir à administração pública a compostura, a honorabilidade e o respeito de que o governo federal se disporia no Brasil”. Lembrava, porém, que aquele governo deixara seu trabalho incompleto, “não quis cumprir integralmente o dever que lhe incumbia por lhe faltar energia inteiriça, necessária para romper a sedução tentadora da popularidade, a gratidão e a simpatia do presente em vez do nome à posteridade”. Fora um governo de acomodação, procurando agradar a todo mundo. Fraquejara ao ceder “às conveniências da situação pessoal na política”. Traira o dever patriótico ao querer “fazer jus às solicitações de agrupamentos políticos, obedecendo a seus caprichos absurdos e ilegais”. Deixou ao desamparo a liberdade de imprensa e cometera “a prepotência e a inconstitucionalidade nunca ousadas por nenhum governo militar”. Seu governo batia recordes em decretar estado de sítio e em emissões de moedas. “Houve muita despesa absolutamente desnecessária e adiável”. Sua tibiez o fazia desmerecer toda a simpatia que o povo brasileiro lhe devotara, como jamais havia antes sido confiada a qualquer outro.⁴⁵

A impressão que Isabel Lustosa capta e transmite a respeito de Venceslau Brás é outra. Retraído e prudente como uma ostra, silencioso e firme como um rochedo, Venceslau era também um homem de sorte, filho das circunstâncias. Em meio ao governo tumultuado de Hermes da Fonseca, de quem fora vice-presidente, Venceslau manteve-se “longe dos holofotes”. Quando surgia uma crise (e foram várias), refugiava-se em sua terra natal, no interior de Minas Gerais, onde passava o tempo a pescar. Ficou, por isso, conhecido como

⁴⁴ Jornal *O Estado de São Paulo*, de 12 de novembro de 1918 (terça-feira), p.2.

⁴⁵ Jornal *O Estado de São Paulo*, de 26 de setembro de 1918 (quinta-feira), p. 2.

“o Solitário de Itajubá”, tido jocosamente como caso único de funcionário público promovido (de vice-presidente a presidente da República, no quadriênio seguinte) por faltar ao serviço. Governou, como prometera, “acima dos partidos”, não se deixando conduzir por intrigas e ingerências. Mas Venceslau era também consciencioso e comedido. Abriu o Palácio da Guanabara (residência presidencial) para festa uma única vez: em atividade filantrópica, para arrecadar doações em benefício dos flagelados da seca do Nordeste do país. Fez uma administração austera e, em meio à crise financeira pela qual passava o Brasil, solicitou ao Congresso Nacional redução à metade do próprio salário. Foi aprovada a redução de um quinto dos seus vencimentos. Concluído seu mandato, tendo alcançado o cargo máximo da nação, abandonou a política.⁴⁶

Vivia-se uma época em que se fundavam ligas e associações que, a partir das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, estimulavam a criação de filiais em outras capitais e outros municípios do País. São exemplos desse fenômeno a Liga Brasileira pelos Aliados e a Liga de Defesa Nacional, já mencionadas e que serão examinadas com mais detalhes nos capítulos seguintes. Outros exemplos são as ligas ditas “patrióticas”, destinadas a mitigar as graves mazelas do Brasil, como a Liga Nacionalista contra o Analfabetismo, a Liga pela Instrução Pública. Surgiram ainda aquelas destinadas à higiene e saneamento, à saúde pública, à formação profissional, dentre outras. Um caso emblemático foi a fundação da “associação patriótica e tradicionalista União Brasileira” que seguia “princípios cristãos da Igreja Católica” com a finalidade de engrandecer a nação empregando como meios “o trabalho e o devotamento em prol dos problemas nacionais, das exigências de uma sociedade bem constituída, de uma pátria grande e organizada”. Os objetivos a que visava eram ambiciosos:

a unidade nacional, o fortalecimento do principio da autoridade, o robustecimento dos liames da família, a difusão e o aperfeiçoamento da instrução em todos os graus e modalidades, a obrigatoriedade da instrução militar, a educação política do povo e a verdade eleitoral, a solução dos problemas econômicos e financeiros tendentes ao bem-estar geral pela satisfação das necessidades de todas as classes e profissões.⁴⁷

⁴⁶ LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: A República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 115, 117, 120, 122, 123.

⁴⁷ *Jornal do Commercio* (RJ), 27 de maio de 1917 (domingo), p.4.

A referida União usaria os métodos de ação aconselhados pelas circunstâncias, tais como a ação coletiva e individual, a propaganda pela imprensa e pela tribuna, as comemorações cívicas, a difusão da história e da geografia pátrias, o estudo dos problemas nacionais. Listando os membros da diretoria e do conselho superior, divulgava as condições necessárias para ingresso como sócio.

As atividades das ligas, associações e grupos de escoteiros, as cerimônias, palestras e conferências, os eventos desportivos e as atrações diversas, notícias e curiosidades, novos produtos e ofertas de serviços, tudo era divulgado pelo único meio de comunicação disponível à época: os jornais. E é sobre eles que falaremos a seguir.

Os Jornais

Um documento, fonte de estudo de um pesquisador, é portador de um discurso que não pode ser prontamente aceito como dotado de absoluta transparência. Deve-se atentar “para o modo como se apresenta o conteúdo histórico” que se deseja examinar, o qual depende da forma e das circunstâncias de produção da narrativa que ele contém. Ou seja, faz-se necessário adotar uma perspectiva histórica relacionando texto e contexto. Dito de outra forma, a interpretação das narrativas dos fenômenos sociais precisa levar em conta a condição ideológica de sua produção e as condições políticas para sua aceitação na sociedade. Neste trabalho, optamos por não adotar procedimentos quantitativos de análise em razão da suspeita de que os resultados obtidos ao final poderiam não levar muito além do que a subjetividade do pesquisador em suas leituras e interpretações seria capaz de produzir antecipadamente, conforme advertem *Ciro Flamarion* e *Ronaldo Vainfas*.⁴⁸ É este o desafio a ser enfrentado neste estudo: prestar uma contribuição aos estudos da História do Brasil, como base para sua Ciência Política, suas Relações Internacionais e seus Estudos Estratégicos a partir da análise de textos jornalísticos escritos durante a Primeira Guerra Mundial. Para tanto, é necessário situar-me como indivíduo do tempo presente que se remete

⁴⁸CARDOSO, *Ciro Flamarion*; VAINFAS, *Ronaldo*. “História e Análise de Textos”. In: CARDOSO, *Ciro Flamarion*; VAINFAS, *Ronaldo*. *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. 12ª Tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 377, 378, 383.

ao passado para resgatá-lo, desta feita com maior distanciamento emocional, trazendo à lume aspectos até então desconsiderados pela historiografia, e analisar suas influências com vistas à melhor compreensão dos eventos pretéritos, para identificar seus diversos vínculos com o presente e possíveis contribuições para o futuro.

A opinião pública, segundo Jean-Jacques Becker, consiste num sistema de ideias próprio de um povo ou coletividade, em certo país, região ou localidade, numa determinada época. Este sistema de ideias, formado a partir dos costumes, dos hábitos e dos usos, surge das tradições, das estruturas da sociedade, de sua formação moral e intelectual. O comportamento da opinião pública resulta, a cada momento, de uma complexa combinação entre o estado das mentalidades e o contexto. O estudo da opinião pública, buscando compreender comportamentos e atitudes da massa da população, permite desmistificar narrativas históricas, não raro revestidas “de um manto de lendas”. A este respeito, salientou Jean-Baptiste Duroselle que há discursos que “vão de encontro à mentalidade majoritária”. Para seu autor, politicamente, não importa muito se existe uma maioria hostil, se esta não se fizer visivelmente expressiva, “fanática”, pois “minorias atuantes” podem influir mais que “maiorias silenciosas”. De maneira geral, a opinião pública, se manipulada com sucesso, condiciona as tendências no longo prazo, como possivelmente aconteceu em 1914, na deflagração da Primeira Guerra Mundial, quando o povo francês foi levado a acreditar na agressão alemã.⁴⁹

Neste processo, os jornais podem se constituir em valiosa fonte de pesquisa ao retratar as pretensões do grupo que os financiava porque neles se introduzem e deles se abstraem aspectos qualitativos da opinião pública. O desafio a ser enfrentado com este trabalho consiste em, por meio dos jornais, lançar luz sobre aspectos das narrativas jornalísticas relacionadas aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial e sua época, como estas

⁴⁹ BECKER, Jean-Baptiste. “Opinião pública”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996, p. 186, 188, 191-193. Quanto à culpa pelo início das agressões na Primeira Guerra Mundial, prepondera a versão imposta pelo Tratado de Versalhes que atribuiu total responsabilidade à Alemanha, como advogam Fritz Fischer e John Keegan. Décadas mais tarde, começaram a surgir outras versões. Gerhard Ritter e Gian Enrico Rusconi, por exemplo, atribuem a todas as potências (e não exclusivamente à Alemanha) idênticos pensamentos e comportamentos no tocante à preparação para a guerra. Para outros autores a guerra foi urdida pela diplomacia da Entente Cordiale (França e Inglaterra). Sidney Garambone (2003, p. 73) especula quanto à possibilidade de que as hostilidades entre as Grandes Potências tenham sido desencadeadas pela Rússia. Mais recentemente, Sean McMeekin (2011) asseverou que a chave para o início das agressões da Grande Guerra repousa em São Petersburgo, ou seja, as provocações da Rússia teriam desencadeado a beligerância.

versões recepcionadas pela coletividade, como impactaram na opinião pública e como esta influenciou na condução dos acontecimentos subsequentes dando rumos à história do país.

Em razão da censura e das distorções nas narrativas (intencionais ou não) devidas a fatores diversos, não se pode esperar pela verdade no estudo de uma guerra por meio dos jornais. Estes, contudo, se mostram como testemunho de época, produzidos no momento dos acontecimentos, com a intenção não de retratar a realidade dos fatos, mas a expor, como se verdade fora, a percepção que se desejava que os leitores tivessem naquela ocasião ou a impressão que se pretendia que permanecesse para a posteridade. Portanto, busca-se, aqui, cumprir o papel do historiador: “ir o mais longe possível na via do conhecimento do passado”. E, nesse sentido, a História, como explicação do passado, estará incompleta sem que se busque elucidar “o papel desempenhado pela opinião pública” na construção de uma nova realidade, a partir do que se lhe era apresentado.⁵⁰

A opinião pública influencia as tomadas de decisão, ou para conduzir as ações e discursos de um político atento à sua popularidade com vistas às próximas eleições, ou para ser contrariada pelo estadista convicto de estar fazendo o melhor pela sociedade. Seja como for, ela não poderá ser ignorada, pois tem o poder de influir nas decisões políticas. Inexiste política que possa se desenvolver de maneira duradoura sem a permanência dos “vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública”.⁵¹ No caso brasileiro, no tocante à Primeira Guerra Mundial, a opinião pública foi manipulada para coincidir com as ideias dos intelectuais em corroboração às decisões da classe política e aos interesses do empresariado brasileiro quanto aos rumos desejados para a política externa e para o comércio exterior do país. O veículo de que se valeram foi a mídia disponível àquela época: os jornais.

Pelos meios de comunicação pode-se captar “a representação que uma sociedade política faz de si mesma apreciando os efeitos da ideia que ela faz da influência dessa representação sobre os rumos de seu destino, constando enfim os esforços que os atores fazem para modificá-la”. Ou seja, pela forma e conteúdo das comunicações de uma sociedade, pode-se inferir a imagem que ela faz de si própria. Esta percepção ou auto-imagem influi nas decisões que a sociedade toma e nas escolhas que faz quanto ao seu

⁵⁰ BECKER, Jean-Baptiste. “Opinião pública”. In: RÉMOND, 1996, p. 201, 202.

⁵¹ BECKER, Jean-Baptiste. “Opinião pública”. In: RÉMOND, 1996. 204, 205.

futuro. Por esta razão, determinados agentes (Estado, governantes, partidos políticos, grupos de pressão) atuam, por meio da mídia, para modificar esta percepção ou auto-imagem com vistas aos rumos que se pretende sejam seguidos por esta sociedade. Daí ser importante perscrutar as relações entre a imprensa e os grupos de poder para se ter uma ideia quanto às fontes e volume de financiamento, vínculos pessoais, ligações cotidianas, métodos de recrutamento, interesses em jogo.⁵²

Certamente a imprensa desempenha papel de destaque na evolução dos comportamentos políticos e sociais. A tentativa de exercer esta influência se tornou mais notória durante a Primeira Guerra Mundial, quando um dos lados procurou comprar empresas jornalísticas no lado oposto. Nisso são fundamentais os recursos financeiros (necessários à aquisição e manutenção dos equipamentos e matérias, à seleção e contratação dos recursos humanos, à obtenção de informações e à produção e divulgação de notícias) bem como o acompanhamento da relação entre os custos do investimento e o retorno em benefícios com a geração de um produto jornalístico.⁵³

No caso do envolvimento do Brasil na Primeira Grande Guerra, foi notória a tendência adotada pelos jornais e intelectuais em favor de um ou outro dos lados em contenda. É muito provável que tenha havido financiamento de campanhas na imprensa e de movimentos, ligas e associações assim como na promoção de seus eventos e manifestações. Jornalistas foram enviados a Paris. Alguns intelectuais escreveram, da Europa, por curto tempo, poucos artigos cujos conteúdos fugiam aos padrões aceitos pelos aliados, mas logo seus textos perderam espaço na imprensa. O mesmo se pode dizer quanto aos cidadãos comuns que eventualmente enviavam cartas às redações de jornais cujo teor não correspondia à opinião dominante. Não há registro de jornalistas brasileiros enviados a Berlim, a Viena, a Sofia ou Istambul, porque, por um lado, suas mensagens teriam dificuldades para chegar ao Brasil; por outro lado, seus conteúdos despertariam pouco interesse no público leitor. Ademais, é plausível duvidar que certas manifestações e festividades, determinadas viagens, e o intenso trabalho de intelectuais (devotados à redação de textos e à elaboração de obras, às apresentações e discursos em público, relegando a plano inferior outras ocupações regidamente remuneradas) tenham sido realizados por mera generosidade, simplesmente por

⁵² JEANNENEY, Jean-Nöel. "A mídia". In: RÉMOND, 1996, p. 213- 215.

⁵³ JEANNENEY, Jean-Nöel. "A mídia". In: RÉMOND, 1996, p. 216, 219, 220.

simpatia a uma causa supostamente nobre ou por sentimentalismo em virtude da afeição à cultura de um determinado país. Provavelmente havia interesses particulares subjacentes a todo esse processo.

Jean-Nöel Jeanneney (1990) lembra que “a representação das coisas acaba tendo dificuldade de se distinguir da própria realidade” e que o desafio permanente no tocante ao papel da mídia sobre a sociedade consiste em fazer “tudo para não deixar se obscurecer no afetivo a clareza da razão”.⁵⁴ Durante a Primeira Guerra Mundial, no Brasil, observamos a ocorrência da primeira assertiva: a repetição de um discurso criou na sociedade uma percepção ou imagem mais expressiva que a própria realidade. Tornou-se difícil discernir o que seriam os fatos concretos do que era a imagem ou percepção que deles se tinha. Nesse sentido, a segunda assertiva, como veremos, ficou prejudicada: a exaltação das emoções afetou o processo racional para a escolha quanto ao envolvimento ou não do Brasil numa conflagração entre potências europeias.

Os meios de comunicação àquela época eram o telégrafo, o texto impresso, além do tradicional trânsito de mensagens pelo método “de boca em boca”. Apesar do elevado índice de analfabetismo no Brasil (estimado em 60% da população), o número de jornais era elevado. “Mas há jornais demais no Rio de Janeiro”, destacava Olavo Bilac a declaração que ouvia amiúde. Acrescia, contudo, que “todas as nossas folhas diárias reunidas” não chegavam a 120 mil exemplares diários, considerando-se que parte desta tiragem destinava-se a outros Estados da federação. Calculava ele que numa cidade como o Rio de Janeiro poderiam “folgadoamente viver e prosperar” umas cinquenta empresas jornalísticas e outras dezenas de editores de livros, não fosse “o analfabetismo da população adulta”. “No Rio de Janeiro, a grande massa dos trabalhadores braçais é composta de homens que não sabem ler”, asseverava o poeta.⁵⁵

Também o analfabetismo imperava na cidade de São Paulo, o que não impedia, igualmente, o número alto de periódicos, apesar ainda de todo o maquinário e implementos serem importados. No Rio, os principais periódicos eram o *Jornal do Commercio*, o *Jornal do Brasil*, *O País*, *O Imparcial*, *A Tribuna*, *A Notícia*, o *Correio da Manhã*, *A Noite*, *Gazeta de Notícias*. Na capital paulista destacavam-se *O Estado de São*

⁵⁴JEANNENEY, Jean-Nöel. “A mídia”. In: RÉMOND, 1996, p. 225.

⁵⁵BILAC, Olavo. “Jornais sem leitores” (crônica). São Paulo: *Jornal Correio Paulistano*, de 14 de dezembro de 1907. In: DIMAS, 1996, p. 176, 177.

Paulo, A Rua, A Liberdade, o Correio Paulistano, A Capital, A Gazeta, A Plateia, O Bandeirante.⁵⁶ Jornais menores, de pequena tiragem ou para público específico, como os panfletários e aqueles ligados à causa operária, surgiam com frequência, mas a maioria tinha vida efêmera.

Impresso na Tipografia Émille Seignoto Plancher, de acionistas majoritários franceses, o *Jornal do Commercio* apresentava riqueza de dados, prolixidade de detalhes, pouca objetividade e pobreza de análise. As notícias sobre a Guerra na Europa ocupavam a primeira página com destaque para as ações táticas dos diversos beligerantes e consequências políticas nos grandes países. Provinham de fontes jornalísticas de Paris, Londres, Roma, Nova York, Buenos Aires. Na segunda página constava miscelânea de notícias nacionais como: notas de falecimento de alguém com presumível destaque político ou social em alguma capital ou grande cidade do país; vendas para o exterior; navios que partiam dos portos nacionais levando gêneros para Nova York e Londres; partida em viagem ou chegada de autoridades políticas; etc. A quantidade e a pouca importância da maioria das notícias evidenciam a intensão de avolumar o periódico ficando em segundo plano a preocupação com a qualidade do conteúdo.

O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, na época, era volumoso, variando de 12 páginas, em dias normais, para 20 páginas, em média, nas edições dominicais. Seus textos eram longos, com ilustrações esparsas reservadas, geralmente, à seção comercial. Estava organizado nas seguintes seções: “Avisos especiais”; coluna “Hontem” (contendo notícias de destaque do dia anterior); “Folhetim” (que consistia na publicação de um capítulo de romance e crônicas); “Publicamos hoje” (que trazia o índice das publicações do dia); a “Gazetilha” (uma miscelânea com notícias gerais do Congresso Nacional, do Conselho Municipal, da Justiça, viagens de autoridades, Comércio, Indústria e Exportação, informações sobre obras públicas, notas criminais, dentre outras variedades); a coluna “Lazer” (que trazia informações sobre teatros, cinematógrafos, música e esportes); a “Revista dos estados” (apresentando notícias dos diversos Estados da União); e a coluna “Atos oficiais” (que publicava os documentos emitidos pelos vários ministérios e órgãos do Estado e do Município do Rio de Janeiro).

⁵⁶ A *Folha de São Paulo* viria a surgir em 1921 e o jornal *O Globo*, sediado na cidade do Rio de Janeiro, surgiu em 1925, ambos após a Grande Guerra.

O jornal *O Estado de São Paulo* era mais leve na estrutura, em volume e em conteúdo. Suas edições tinham, em média, de dez a quinze páginas, conforme se referisse a dias de semana ou aos domingos. Além de gravuras, já trazia, eventualmente, fotografias. Estava organizado nas seguintes seções: “A Situação Europeia: A Conflagração” (em que tratava da Grande Guerra priorizando os países europeus, depois abordava o que se passava a este respeito nos Estados Unidos da América, seguindo-se países da América do Sul e, por fim, o Brasil); “Telegramas” (contendo notícias dos Estados brasileiros); “Notícias do Interior” (sobre destaques havidos nas cidades paulistas); notícias de economia com as seções “O Café”, “O Câmbio”; notícias da Capital Federal na seção “Jornais do Rio” e notícias do poder judiciário na seção “Tribunais”. Seguiam-se notícias do Poder Legislativo e da Agropecuária. A seção “Telegramas” apresentava matéria sobre Interior e Exterior. Depois vinha a parte comercial, com anúncios diversos, e, por fim, a seção de lazer, que compreendia notícias sobre esportes, teatro e cinema, não raro mescladas a comerciais diversos sobre veículos, autopeças, máquinas e motores, vestuário, medicamentos. Em ambos os jornais, ao longo dos anos de guerra, as edições foram se tornando mais volumosas.

Havia também diferenças acentuadas entre os dois jornais, tanto no tocante ao estilo do texto quanto no que dizia respeito à abordagem. Ambos, alimentados por fontes aliadas, favoreciam à causa da Tríplice Entente, mas a linguagem do *O Estado de São Paulo* era mais sóbria. Sua abordagem se voltava mais para os interesses locais e nacionais. Transparece no *Jornal do Commercio* a preocupação maior com os assuntos europeus e com o volume de dados apresentados, dos quais havia pouca ou nenhuma análise. Enquanto, na política interna, o jornal *O Estado de São Paulo* focava a administração vigente (Venceslau Brás), o *Jornal do Commercio* criticava a gestão anterior para despertar interesse dos leitores pela administração federal a ser definida no próximo pleito eleitoral. Da mesma forma que, por vezes, um mesmo articulista contribuía com seus escritos para mais de uma folha, não raro os jornais replicavam matérias de destaque de outros periódicos.

Veja-se o exemplo ilustrativo da edição de 19 de outubro de 1914, do jornal *O Estado de São Paulo*. A coluna “Jornais do Rio” deu destaque à matéria publicada no *Jornal O Imparcial*, do dia anterior, ressaltando o êxito da reação aliada, a barbárie dos alemães cuja destruição se comparava àquela causada pela presidência Hermes da Fonseca (1910- 1914),

além de elogiar Rui Barbosa. “Repelidas pelo horror do mundo cristão, que reforça o vigor das armas aliadas, as hostes do Kaiser vão marcando a sua retirada com a destruição das grandes obras do pensamento, da arte e da civilização”, dizia o texto. Citava a destruição de escolas, bibliotecas e catedrais na França como “devastação sem exemplo”, em proporções menos temerosas que a praticada pelas “hordes de Átila”, cenário comparável ao deixado no Brasil, onde “o castigo que nos visitou, enviado pelos altos desígnios da Providência”, ameaçava arrasar “o solo moral deste país”. Segundo a matéria, no Brasil, assim como na França invadida pelos alemães, pouco restara de pé. Devido ao militarismo do governo Hermes da Fonseca, em situação de ruínas se encontravam nossas liberdades. Assim dizia: “Do edifício das nossas liberdades, argamassado com o sangue dos antepassados, e que se erguia dominando a nossa história, em meio a um continente atormentado pela praga do militarismo, já não restam senão ruínas”. No Brasil, a justiça, “a última religião que abandona os povos antes do aniquilamento”, já se encontrava “nos paroxismos da agonia” por ser “espesinhada sob o despotismo” e ter seus tribunais “arrastados pelos criminosos nos bancos dos réus”. Eis que, para lutar contra este estado de coisas, “fazendo das fraquezas forças”, com sua “courageira moral”, levantava-se “a grandeza inexpugnável de Rui Barbosa”, “o grande nome brasileiro, em cujo pedestal, por um consenso unânime da nação”, devia ser vedado depositar qualquer profanação. De acordo com o articulista, era Rui Barbosa “o vulto” que mantinha “quase que só sobre seus ombros, a dignidade nacional”. Em nosso País, “gigante paralisado”, “o militarismo se teria implantado definitivamente”, se a Providência Divina não tivesse suscitado em Rui Barbosa o nosso “poderoso defensor [...] nessa luta desigual da Justiça contra o despotismo, do direito contra a força”.⁵⁷

E nestes termos prosseguia, enaltecendo o papel de Rui Barbosa e sua contribuição para a História:

Amanhã, quando a funda da morte abater esse Golias [Rui Barbosa], não vemos quem possa herdar a coragem cívica, sem desfalecimentos, quem seja capaz de empunhar e brandir a rama formidável com que lhe tem protegido e defendido o seu país nos períodos mais desalentadores, nos tranSES mais difíceis. O seu lugar na História está fixado. [...] Amanhã, quando se apagar essa vida que a Providência acendeu e mantém acesa para iluminar esse período tenebroso, quando se dobrar sobre o túmulo essa indomável energia a que Deus designou uma morada tão frágil [...], quando contra ele se houverem extintas as paixões que hoje explodem com impotente ruído contra a sua couraça moral, amanhã, sobre a sua

⁵⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, 19 de outubro de 1914 (segunda-feira), p. 3.

figura, o seu valor e o seu papel, reinará um juízo unânime. Rui Barbosa será então proclamado o maior orador de todos os tempos, cuja eloquência se libra em alturas nunca antes atingidas, cuja dialética não foi igualada pelo grego ou romano nem pelos modernos tribunos. Ser-lhe-á reconhecido o título incontestado de primeiro escritor da sua língua, sem nenhum que se lhe aproxime no vigor, a não ser Vieira e Herculano, e nenhum que o iguale no brilho.⁵⁸

Trata-se, notoriamente, de peça laudatória em que o autor (em estilo que faz lembrar José Veríssimo, editor do *Jornal do Commercio*, e até mesmo o próprio Rui Barbosa), a partir da devastação causado em solo europeu pelo conflito, traça um paralelo com a destruição institucional do Brasil. E exagera nos elogios a Rui Barbosa referindo-se a ele como “o maior orador de todos os tempos”, “o primeiro escritor de sua língua”, cujo poder de argumentação não seria igualado por nenhum outro tribuno da Grécia Clássica ou da Roma Antiga, nem mesmo da atualidade.

Na coluna “A situação europeia: A repercussão no Brasil”, na p.2 desta mesma edição do *O Estado de São Paulo*, constavam notícias alusivas a obras de caridade promovidas pelas sociedades das cidades do interior paulista em benefício da Cruz Vermelha dos países em conflito, sem distinção das partes, distribuindo de maneira equitativa os recursos arrecadados, contrariamente ao que se passava no Rio de Janeiro, onde iniciativas desta ordem eram realizadas apenas em prol da causa aliada. Outra diferença marcante entre estas iniciativas era que as obras de caridade das cidades paulistas, em sua maioria, visavam auxiliar as famílias necessitadas dos trabalhadores, atingidos pela crise em que se encontrava o país devido à Guerra na Europa. As obras de caridade em destaque na imprensa do Rio de Janeiro se devotavam, em sua quase totalidade, a ajudar as vítimas de guerra da França e da Bélgica. Na cidade de Santos, por exemplo, o *City Club* tinha uma comissão destinada a arrecadar contribuições em auxílio aos paulistas que sofriam com a crise pela qual passava o Brasil (desemprego, desabastecimento, inflação, carestia). Já a *Sociedade Portuguesa de Beneficência*, ali, oferecia almoço diário e jantar para 10 pessoas atestadas como pobres, enquanto a firma *Souza Santos & Cia* distribuía, aos domingos, gêneros alimentícios para 150 pessoas em idêntica condição. Iniciativa semelhante se dava em Campinas, onde se estabelecera uma comissão de socorros aos necessitados, em sua maioria operários e congêneres desempregados, que estavam desamparados e sem recursos. À página 6 consta nota da comissão da filial da Cruz Vermelha Brasileira em São Paulo

⁵⁸Jornal *O Estado de São Paulo*, 19 de outubro de 1914 (segunda-feira), p. 3.

solicitando contribuição para idêntico fim humanitário: atender “as famílias cujos chefes se acham sem emprego”.

O *Jornal do Commercio* apresentava ainda, além da intenção de conquistar simpatias para a causa aliada, a aparência de azáfama na confecção da folha, talvez em razão dos poucos recursos técnicos da época, que o obrigavam a “fechar a edição no calor da hora”, para não perder a oportunidade de publicar a notícia recém-chegada pelo telégrafo. Nota-se a irregularidade na disposição das notícias como na Seção *Commercio e Indústria*, do dia 02 de janeiro de 1915. Esta seção, destinada, segundo o próprio jornal, a “Descrições, notícias, reportagens, indicações sobre estabelecimentos comerciais e industriaes, empresas cinematographicas, companhias de seguros, sociedades mutuas, etc” (*sic*), continha também, além de um drama particular, notícias esparsas sobre a guerra, como a movimentação das tropas austro-húngaras, sérvias e montenegrinas. A página reportava a tentativa do general austríaco Edler Von Appler em cercar Sarajevo (capital da Bósnia), o surpreendente e “rápido avanço” com “uma audácia verdadeiramente notável” dos sérvios sob comando do General Doianovich. Tratava ainda do carisma do Príncipe Pedro (filho mais jovem do Rei Nicolau) no comando dos montenegrinos que combatiam a Áustria, “seu inimigo secular”, e relatava a adoção de crianças órfãs da Bélgica. O jornal comentava que, no tocante ao general austríaco, as notícias da guerra demonstravam que a sorte não vinha favorecendo os seus intentos. Quanto ao Príncipe Pedro, este demonstrara, na guerra, “maravilhosas qualidades militares dignas da sua casta e da sua pátria”. Com o “*Árduo encargo de Comandante*”, o Príncipe comprovava as suas “raras qualidades”. Segundo o texto, era sintomática “a unidade dos sentimentos dos soldados do Príncipe por seu Chefe”. Concluía a matéria com exageros dizendo: “O mais novo dos filhos do Rei Nicolau é adorado por seus homens”. E sob o canhoneio incessante dos austríacos, seus subordinados o cercavam e atendiam, “prontos para a execução das manobras” que o Príncipe pessoalmente dirigia para manter à distância as tropas inimigas. Estas, “prudentemente”, se conservavam “escondidas em Cattaro e Polla”. Ao público brasileiro em geral não havia interesse algum quanto ao que se passava entre a sérvios e a áustro-húngaros na guerra, tão pouco interessava saber quanto às qualidades dos príncipes de qualquer destes países. Só à Família Imperial brasileira, exilada na França, descendente de uma nobre austríaca, talvez a matéria dissesse

algum respeito. No mais, seu propósito era dar volume ao periódico e tecer loas a um dos Aliados.

Já a matéria “*Um pequeno drama*”, na mesma página, era a reprodução de uma notícia do jornal britânico *Daily Mall* segundo a qual uma inglesa, desejando adotar órfãos belgas, se dirigira para Swansea, região que acolhera refugiados. Ali encontrara duas crianças que haviam perdido pai e mãe na guerra. “A senhora inglesa não podia exercer com mais felicidade a sua beneficência do que em favor daqueles pequenos entes desgraçados”, dizia o jornal. Chegando em sua casa, em Albercynon, “notou, com grande surpresa e emoção, ao examinar a menina, que esta trazia um medalhão com o retrato de sua irmã” [da senhora inglesa], que alguns anos antes havia seguido para a Bélgica onde trabalharia como governanta. Concluía a notícia dizendo que a caridosa mulher inglesa havia adotado os seus próprios sobrinhos e “a sua boa ação se transformava, de repente, em epílogo de dois dramas”.⁵⁹ Percebe-se que, mesmo os acontecimentos da guerra pouco significativos ou de nenhuma expressão para os interesses do Brasil, como aqueles supostamente envolvendo as tropas sérvias e montenegrinas bem como os supostos casos de generosidade ou atrocidades, cuja veracidade se mostra duvidosa, eram reportadas com tom propagandístico e melodramático ao longo das várias edições dos diversos periódicos numa campanha intensa que causava comoção e despertava simpatias pela causa aliada.

Na primeira página do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro tem destaque a seção “*Telegramas- A GUERRA- Comunicados oficiais*”, cuja subseção “Na Legação da Alemanha” (cabeçalho em maiúsculas e negrito, subtítulos em diferentes fontes e tamanhos), trazia notícias com atraso de três dias. O jornal *O Estado de São Paulo* apresentava melhor *lay-out*. Inicia a primeira página com a coluna “*CONFLAGRAÇÃO*”, seguida do subtítulo “*A Situação Européia*”, mostrando notícias da Guerra por país, seguindo uma hierarquia ou prioridade entre as potências. As primeiras notas se referiam à França, seguidas pelas informações relativas à Inglaterra, à Itália, à Rússia, encerrando com as relativas a Espanha e Portugal. Depois vinham os países da América, dentro de idêntico critério sequencial (dos Estados Unidos aos países sul-americanos). Havia uma coluna específica sobre o Brasil.

⁵⁹*Jornal do Commercio* (RJ), edição de 02 de janeiro de 1915 (sábado), p. 7.

Já em 1915, estes jornais não apresentavam notícias oriundas dos países da Tríplice Aliança, mas apenas aquelas relativas a eles, produzidas pelas agências aliadas e transmitidas aos correspondentes dos jornais de outros países. As agências mais creditadas junto à imprensa brasileira eram a *Havas* (de Paris), a *Reuters* (de Londres), a *United Press* (de Nova York) e o *El País* (de Buenos Aires), sendo que as duas últimas recebiam e retransmitiam, depois de reelaborados, os conteúdos oriundos das duas primeiras fontes. Como se vê, havia o risco de a notícia já vir contaminada na origem e de sofrer distorções (intencionais ou não) durante as retransmissões. O jornal *O Estado de São Paulo* mantinha ainda a coluna “*Brasil-Alemanha*”, dedicada especialmente às notícias de interesse a ambos os países. O *Jornal do Commercio* logo teria o ex-capitão do Exército Eliseu Montarroyos como seu correspondente em Paris, em estreita ligação com o escritor Graça Aranha, recém-aposentado, designado para retornar à vida diplomática ocupando função na Legação Brasileira de Paris. Também em Paris o jornal *O Estado de São Paulo* mantinha como correspondente Júlio de Mesquita Filho recebendo ainda, por certo tempo, colaborações do ex-diplomata Manuel de Oliveira Lima, residente em Londres.

Em meio ao progresso técnico-científico e ao esplendor da *Belle Époque*, vivia presságios da aproximação de uma conflagração de grandes proporções entre as potências mundiais. Sucediavam-se as crises políticas, diplomáticas e militares por disputas de mercados e áreas de influência na Ásia, na África, no Oriente Médio. Movimentos nacionalistas violentos reivindicavam autonomia nos Bálcãs, onde confluíam interesses de grandes potências rivais (Áustria-Hungria, Império Turco-Otomano, Alemanha, Inglaterra, Rússia e França) que, aliado à corrida armamentista, negociavam entre si sistemas de alianças secretas de proteção recíproca. A qualquer momento, um incidente mal conduzido poderia desencadear reações que levariam a um conflito de grandes proporções, de consequências incertas e catastróficas. Foi o que se deu com o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do Trono do Império Austro-Húngaro, em Sarajevo (capital da Bósnia), no dia 28 de junho de 1914. Não nos cabe, neste estudo, esmiuçar as causas e o desenrolar da crise diplomática que levou à Grande Guerra, mas tão somente avaliar suas consequências para o Brasil, motivo pelo qual a influência de duas potências em particular nos interessa mais de perto: França e Alemanha.

As informações aqui divulgadas pela imprensa eram extensas, prolixas, não raro desencontradas e contraditórias. Relatos apontam que Paris viveu dias de medo e de incertezas. A coluna “Correio da Europa”, com subtítulo “A sua causa secreta e as suas causas próximas e remotas”, relatou o “enervamento que ia quase ao desespero” com que “toda a gente” na França havia recebido “a surpresa da agressão alemã”. Todavia, parece razoável questionar essa suposta “surpresa”, pois já no parágrafo seguinte deste mesmo artigo consta que o senhor Jules Cambon, embaixador francês em Berlim, teria comunicado, em 1913, ao *Quai d’Orsay* (Ministério das Relações Exteriores da França) “a certeza de um ataque por parte da Alemanha, onde já não havia, se quer, para conter a onda de agitação pela guerra, a vontade de paz, antes sincera, do Imperador” [Kaiser]. Com isso, “os partidos políticos menos extremados e toda a imprensa digna de consideração, na França,” teriam se impressionado e “tratado de preparar o país para a resistência”, fazendo aprovar a chamada “lei dos três anos”, que não só aumentava o tempo de serviço militar, mas triplicava o número de reservistas em atividade. Desta forma, ao eclodir a guerra, a França já contava, em suas fileiras, não só com a classe de conscritos de 1914, mas também com as de 1913 e 1912 contabilizando 300 mil novos soldados.⁶⁰ Diante do aviso do embaixador no ano anterior e com o número de conscritos triplicado imediatamente, pode-se suspeitar que o conflito já fosse esperado e que, pelo menos para as lideranças francesas, não teria sido surpresa a “agressão alemã”, como alega o articulista no início do texto.

O contato frequente com a cultura francesa tornava Paris, de certa forma, se não bastante conhecida, pelo menos muito familiar. Quanto a Berlim, as impressões ou opiniões vigentes no Brasil eram vagas. Primeiro porque poucos, aqui, se aventuravam a aprender o idioma alemão. Em segundo lugar, o idioma estudado nas escolas e a cultura valorizada na sociedade brasileira eram de origem francesa, secundados pela língua e cultura inglesas. Durante a guerra a situação piorou. Diante da simpatia da grande maioria da população pela causa aliada, era desmotivador, se não um desafio, iniciar um debate em defesa do contraditório falando em prol da causa alemã. Os ânimos estavam exaltados a ponto de serem aplicadas alcunhas desabonadoras: eram “germanófilos” aqueles que tinham preferência pela Alemanha ou por qualquer dos membros da Tríplice Aliança, bem como aqueles que questionassem os excessos ou contraditassem os argumentos dos que apoiavam

⁶⁰*Jornal do Commercio* (RJ), de 02 de janeiro de 1916 (domingo), p. 3.

a causa aliada (chamados de “aliadófilos” ou, pejortivamente, de “galomaníacos”). Depois, porque provavelmente faltariam aos “germanófilos” argumentos que sustentassem suas colocações num longo e profundo debate, pois desde o início da guerra os ingleses haviam conseguido bloquear os cabos submarinos de transmissões telegráficas entre a Alemanha e o continente americano e a imprensa internacional passou a ser controlada pelas agências de notícias aliadas a partir de Londres e Paris.⁶¹

Interessantes contrapontos às notícias sobre a Guerra da Europa veiculadas no Brasil pela imprensa partiram da lavra do médico brasileiro Henrique da Rocha Lima (1879- 1956). Tendo se especializado na Alemanha entre 1901 e 1903 e trabalhando no Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo desde 1909, Rocha Lima se posicionava como testemunha do que se passava na sociedade alemã reportando ao povo brasileiro sua percepção no tocante àquela Guerra. São desconhecidas as circunstâncias de produção, transporte e divulgação destas cartas. Não se sabe precisamente como tais cartas chegavam ao Brasil, os reais motivos de sua publicação no *Jornal do Commercio*, nem por qual razão elas deixaram de ser publicadas.⁶² Uma das hipóteses é que o referido periódico, a princípio neutro, em virtude de dívidas com as agências de notícias estrangeiras, assumiu, mais tarde, postura claramente pró-aliada. Outra possibilidade é a de que as condições de trabalho e a disponibilidade de tempo de Rocha Lima tenham sofrido mudanças e restrições: com o agravamento da guerra, o médico brasileiro foi removido de suas funções de pesquisador em Hamburgo para atender doentes e feridos em hospitais de campanha e em campos de prisioneiros na Alemanha. Tem-se que levar em consideração que suas opiniões, apesar de apresentar importantes aspectos dialéticos, chegavam às páginas do referido jornal, no Brasil, somente cinco ou seis semanas após escritas, o que tornava seus argumentos, de certo modo, ultrapassados por perda de oportunidade. Assim, os assuntos que debatia, em grande parte, já eram pontos pacíficos, superados ou consolidados perante a opinião pública brasileira. Outrossim, a despeito da intenção de se mostrar neutro ou isento na questão, seu posicionamento e suas colocações certamente sofriam influências dos sentimentos vividos pela sociedade alemã, na qual estava inserido e junto a qual convivia por tempo considerável estando já, possivelmente, se não assimilado, pelo menos bem adaptado.

⁶¹ *Reuters*, em Londres, e *Havas*, em Paris, eram as principais agências controladoras de notícias.

⁶² SILVA, André F. Cândido da. *Nas trincheiras do front intelectual: Henrique da Rocha Lima e a Primeira Guerra Mundial no Jornal do Commercio*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 637.

Eram frequentes notícias de apelo à solidariedade brasileira em favor das vítimas aliadas da guerra. Veja-se, por exemplo, esta, oriunda de São Paulo, publicada página 2 do *Jornal do Commercio* de domingo, dia 10 de setembro de 1916: “Promete grande concorrência a próxima conferência da Senhora Eva Van Euden, que se realizará no Royal Theatro, versando sobre o tema ‘*O martírio da Bélgica*’.” Já no dia seguinte, o mesmo periódico publicava nota relativa a evento realizado no domingo, em Petrópolis, onde a elite fluminense, líderes políticos nacionais e representantes diplomáticos no Brasil tinham residências. Constava da matéria o seguinte:

Diante de numeroso auditório, o deputado belga Mellot fez hoje no Palácio de Cristal uma conferência sobre a invasão dos alemães na Bélgica, relatando fatos por ele presenciados. O cônego Tomás de Aquino apresentou o parlamentar belga ao auditório, recitando então uma poesia francesa de sua lavra, dedicada à Bélgica. O festival terminou com um concerto.⁶³

Por esta ocasião, o jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição noturna, advertia que, enquanto enaltecíamos o que se passava na Europa, esquecíamos de nossa história deixando de render as devidas homenagens a D. Pedro I e a José Bonifácio “durante as comemorações da nossa Independência”.⁶⁴

O *Jornal do Commercio* noticiou, com o título “As caminhas brancas”, o apelo que o escritor francês Henri Lavedan havia endereçado ao ministro brasileiro Olyntho de Magalhães. Por carta, Lavedan pedia que as mães do Brasil, em sua generosidade, acorressem em socorro dos órfãos franceses. A mulher do ministro, de Paris, endereçou correspondência à senhora Passos de Castro, representante no Brasil da “*L’oeuvre des petits lits blancs*”⁶⁵. A senhora Passos de Castro, por sua vez, “em continuação e como medida prática”, redigiu uma circular às senhoras e moças de seu círculo de amizades pedindo ajuda financeira e solicitando a estas que repassassem o apelo às pessoas de suas amizades num modelo de “corrente” ou “pirâmide” de contribuições.

A senhora Passos de Castro fez publicar no *Jornal do Commercio* a seguinte nota:

Uma das mais simpáticas fundações da piedade francesa para minorar as desgraças resultantes da guerra é, sem dúvida alguma, “*L’oeuvre des petits lits blancs*”, a qual o eminente Henri Lavedan tem consagrado o melhor de seus esforços nos últimos tempos. “*L’oeuvre des petits lits*

⁶³*Jornal do Commercio* (RJ), de 11 de setembro de 1916 (segunda-feira), p. 1.

⁶⁴*Jornal do Commercio* (RJ), de 10 de setembro de 1916 (domingo), p. 2.

⁶⁵“Obra das caminhas brancas” (tradução nossa).

blancs” é a proteção aos órfãos dos soldados mortos gloriosamente no campo de batalha, sacrificando-se pela liberdade do mundo.

Dizia a carta de Henri Lavedan: “Dirijo-me ao espírito de bondade patriótica e fraternal, ao ministro desse grande e generoso Brasil que tanto amamos e a que estamos tão ligados”. Tratava-se, dizia ele, de “uma obra de caridade, de piedade e de necessidade para arrancar à morte as criancinhas”.⁶⁶

Mas como não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe, a Primeira Grande Guerra chegava ao fim. O jornal *O Estado de São Paulo* retratou os festejos do armistício na cidade do Rio de Janeiro logo na primeira página e só na página 5 fez menção ao clima do referido evento na capital paulista, mostrando o contraste entre as recepções da boa nova por parte do público numa e noutra capital ao mesmo tempo em que evidenciava a percepção de maior importância política à Capital Federal. Segundo o jornal, na terça-feira, dia 12 de novembro, a Avenida Rio Branco havia amanhecido literalmente em festa, não havendo uma sacada em que não estivessem hasteados “os pavilhões dos países aliados entre renques de folhagens, grupos de bandeiras, festões, galhardetes e flores. Todos os automóveis de praça, bondes e caminhões trafegavam embandeirados”. O público presente ao Palace Theatre, entusiasmado com a notícia da assinatura do armistício entre a Alemanha e a “Entente”, pediu que a orquestra tocasse os hinos dos aliados, “que foram aclamados com delírio”.⁶⁷

Vejamos, em maiores detalhes, como o jornal descreveu o clima festivo da Capital Federal, durante as comemorações pela assinatura do Armistício:

Desde o começo do dia que grupos de manifestantes principiaram a entrar na avenida Rio Branco, que percorrem entre grandes aclamações. Antes das 14 horas já as calçadas da avenida estavam intransitáveis. A multidão, de momento a momento, mais se avolumava, sendo pouco depois feito com dificuldade o tráfego de automóveis.

A primeira explosão de entusiasmo foi motivada pela aparição de um grupo de marinheiros franceses empunhando bandeiras e cantando a “Marselhesa”. Logo após, as 15 horas, começou o “corso” de automóveis ornamentados. Bandas militares dos corpos do Exército e da Marinha vieram postar-se em vários pontos da cidade, onde tocam a cada momento o Hino Nacional e os hinos dos países aliados, sendo nos intervalos levantados delirantes vivas. O entusiasmo é geral.⁶⁸

⁶⁶*Jornal do Commercio* (RJ), de 05 de maio de 1918 (domingo), p. 8.

⁶⁷*Jornal O Estado de São Paulo*, 12 de novembro de 1918 (terça-feira), p.1.

⁶⁸*Jornal O Estado de São Paulo*, 13 de novembro de 1918 (quarta-feira), p.1.

Ainda na mesma página, o periódico prossegue em seu empolgante relato quanto às comemorações pelo armistício da Grande Guerra e compara o clima reinante no Centro da cidade do Rio de Janeiro àquele predominante durante os festejos de Carnaval. Eis suas palavras:

A impressão que se tem da avenida é de uma terça-feira de Carnaval. A grande artéria está completamente repleta de povo, que canta numa alegria eletrizante, agitando bandeiras, erguendo a todo momento vivas e mais vivas, gritando incessantemente.

À tarde, o Batalhão Naval atravessou a avenida num passeio triunfante, sendo coberto de flores. O aspecto da avenida à noite é deslumbrante: milhares de vozes, sons e rumores de toda natureza sobem para o ar. De espaços a espaços soam os acordes vibrantes do Hino Nacional, da Maselhesa e da Marcha Real Italiana. O movimento é constante não havendo um popular que não empunhe uma bandeira. As casas de chás estão apinhadas de uma multidão elegante que canta entusiasmadamente os hinos das nações aliadas, bate palmas, aplaude, grita.

Em São Paulo as comemorações pelo armistício foram bem mais comedidas. Assim dizia o jornal, na coluna *Coisas da Cidade*:

Como se despertasse de um letargo de muitos dias, a cidade reanimou-se e movimentou-se ontem extraordinariamente. Por volta das três horas da tarde, havia quase uma multidão a encher e a passear a rua 15 de Novembro e as outras do Triângulo. E como eram muitos os estabelecimentos fechados, como em todos eles tremulavam pavilhões nacionais, podia dizer-se que a cidade tinha um ar de festa [...].

Tinha chegado a notícia de que fora afinal assinado o armistício entre os aliados e a Alemanha: era o fim da guerra, dessa horrível chacina, que dura há mais de quatro anos, ensanguentando toda a Europa e aniquilando milhões de vidas.

Como não manifestar júbilo intenso, se há tanto tempo não alimentamos anseio mais ardente do que esse, agora realizado pelo armistício? É muito notável, pois, a alegria da população.⁶⁹

Referindo-se à gripe espanhola, lembrava que havia motivos para apreensão na cidade: “Sim, a epidemia ainda não se foi. Continua a matar centenas de pessoas diariamente, muitas das quais nos são caras”. Acrescentava, contudo, que a cidade havia esquecido um pouco a epidemia e comparecia às ruas para manifestar a sua satisfação pelo fim da guerra. O clima mais frio e chuvoso, o fato de ainda haver receios quanto à gripe espanhola e de ser uma cidade tipicamente empresarial, cujos profissionais se devotavam, em sua maioria, à iniciativa privada, fosse em atividades liberais, no ramo financeiro, no comércio ou na indústria, explica, pelo menos em parte, o comportamento mais reservado

⁶⁹Jornal *O Estado de São Paulo*, 13 de novembro de 1918 (quarta-feira), p.5.

dos paulistanos, a despeito da já acentuada presença de imigrantes e seus descendentes entre os habitantes da cidade. Por seu turno, a cidade do Rio de Janeiro, litorânea e de temperaturas mais elevadas, era sede do Governo Federal e sede de representações diplomáticas dos vários governos estrangeiros com os quais o Brasil mantinha relações, onde significativa parcela de sua mão de obra se constituía de servidores públicos, de empresários e de empregados cujas atividades giravam em torno de órgãos do governo. Estes fatores podem ajudar a explicar as demonstrações efusivas por parte dos cariocas e contidas da parte dos paulistanos.

Mas e quanto aos intelectuais? Como se portaram nesse período, frente ao desenrolar dos fatos relacionados à Grande Guerra? É o que veremos a seguir.

Os Intelectuais

Segundo Alberto Dines, o substantivo intelectual teve sua origem como termo pejorativo empregado para se referir aos sábios, escritores e artistas franceses que, liderados por Émile Zola (1840-1902), pautando suas palavras e atos pelo Saber e pela Razão, tomaram parte nos manifestos, petições e abaixo-assinados em favor da revisão do famoso “caso Dreyfus”.⁷⁰ Contudo, ainda que pretensamente parametrizado pelo Saber e pela Razão, Jean-François Sirinelli adverte que o intelectual, enquanto ator do seu tempo, engajado na vida da cidade e na gênese, produção e circulação de textos, está inserido num ambiente de conexões e implicações políticas, sociais, econômicas e ideológicas.⁷¹ Nestas condições, o intelectual se encontra, também, susceptível às emoções e sentimentos. Neste trabalho, tendo em vista o contexto e as circunstâncias de época, consideramos intelectual o indivíduo cujos escritos e observações sobre fatos dignos de nota eram publicados principalmente em jornais, como registro dos dias correntes com relação aos quais assumia publicamente

⁷⁰ DINES, Alberto (org.). *Diários Completos do Capitão Dreyfus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 9. Chama-se “Caso Dreyfus” o processo tendencioso que resultou na condenação do capitão Alfred Dreyfus, do Exército francês, acusado de espionagem em favor da Alemanha e de traição à França, em 1894. A iniciativa do escritor Émile Zola levou à reabertura do caso, em 1898. Dreyfus foi finalmente reconhecido como inocente, absolvido e reincorporado ao Exército da França em 1906, quatro anos após a morte de Zola.

⁷¹ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, 1996, p. 234, 243, 245.

posicionamento e tentava, de certa forma e durante certo tempo, influir na opinião dos demais e na sociedade.

Sendo os textos jornalísticos nossa principal fonte de pesquisa, numa época em que era elevado o índice de analfabetismo no Brasil, pode-se questionar como se daria a produção e a reprodução social das opiniões. Vale lembrar que, naquela época, quando não havia o uso de aparelhos de rádio no Brasil, as comunicações se faziam por via oral e visual. As elites tinham acesso a material impresso, inclusive em língua estrangeira (principalmente em francês, mas também em inglês). Era esse grupo reduzido de pessoas que debatia e fomentava as ideias por meio da leitura, da produção de textos, de conferências e de espetáculos teatrais. Ao homem comum do povo chamava a atenção as aglomerações nas portas dos jornais para saberem das últimas notícias, os grupos de conversa nos parques, os discursos em praças públicas, as manifestações com bandas e retretas, as passeatas em ruas com palavras de ordem, entoação de hinos e canções (como a Marselhesa) e as bandeiras coloridas agitadas ao vento. Estes eventos lhes despertavam o interesse e lhes atraíam a participar compondo a massa. Evidentemente havia o risco de falseamento da realidade, de interpretações ou entendimentos equivocados, distorções de conteúdos e de sentidos, mas o propósito era alcançado: difundir opiniões, emocionar, despertar sentimentos, obter adesão a uma causa.

Intelectuais de grande prestígio na época como João Pandiá Calógeras, João Dunshee de Abranches Moura, Manoel de Oliveira Lima ganharam destaque. O historiador e político João Pandiá Calógeras (1870-1934), atendendo a pedido de Rodrigues Alves⁷², eleito para um segundo mandato presidencial, produziu relatório contendo observações sobre as forças armadas nacionais.⁷³ Para tanto, Calógeras visitou instalações e unidades militares, entrevistou funcionários, chefes de departamentos e encarregados de setores do Ministério da Marinha e do Ministério da Guerra, que ficaria sob sua administração na presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922). Seus comentários e propostas se encontram no livro *Problemas de Administração*.⁷⁴

⁷² O paulista Francisco de Paula **Rodrigues Alves** (1848-1919) foi eleito duas vezes Presidente do Brasil. Cumpriu integralmente o primeiro mandato (de 1902 a 1906), mas faleceu antes de assumir o segundo mandato (que deveria se estender de 1918 a 1922). O mineiro **Delfim Moreira** da Costa Ribeiro (1869-1920), vice-presidente, assumiu interinamente o cargo, de 15 de novembro de 1918 até julho de 1919.

⁷³ VINHOSA, 1990, p. 122, 123, 157.

⁷⁴ São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

João Dunshee de Abranches Moura (1877-1941), promotor público, romancista e jornalista, também publicou textos sobre o Brasil e a Guerra na Europa. Sua discordância quanto às colocações de Rui Barbosa merece ser melhor analisada.⁷⁵ Sua crítica à visão de intelectuais brasileiros aparece em sua obra “*A Ilusão Brasileira*”.⁷⁶ Já Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), historiador e diplomata aposentado, residente em Londres, fez coro com Dunshee de Abranches ao escrever a coluna “*Ecoss da Guerra*” para o jornal *O Estado de São Paulo*. Sua vasta biblioteca, infelizmente, foi doada à Universidade de Washington, o que dificulta sua consulta. Contudo, no mesmo jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita (1862-1927) produziu uma série de artigos que retratam os diferentes estados de emoção do povo paulistano durante a Grande Guerra.⁷⁷ Nesse período, suas matérias foram semanalmente publicadas e hoje perfazem quatro volumes, um para cada ano do referido conflito europeu.

Lima Barreto criticava a qualidade da imprensa nacional apontando a necessidade de mudanças profundas. Eis sua opinião:

Os nossos jornais diários têm de mais e têm de menos; têm lacunas e demasias. Uma grande parte deles é ocupada com insignificantes notícias oficiais. [...] Além disso, [...] ainda dão muita importância aos fatos policiais. [...] A não ser isso, [...] desprezam tudo o mais que forma a base da grande imprensa estrangeira. Não há as informações internacionais, não há os furos sensacionais na política, nas letras e na administração. [...] São tão baldos de informações que, por eles, nenhum de nós tem a mais ligeira notícia da vida dos Estados. [...] Coisas da própria vida da cidade não são tratadas convenientemente. [...] Há muito que suprimir nos nossos jornais e há muito que criar.⁷⁸

Sua incredulidade e a má reputação atribuídas à imprensa eram notórias. Escreveu ele:

A imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora [...], só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o

⁷⁵ Por restrições de tempo e de espaço, por delimitações de objeto de estudo e de fontes de consulta, não nos aprofundaremos nessa análise.

⁷⁶ Rio de Janeiro: D. de Abranches, 1934.

⁷⁷ Os Editores d’*O Estado de São Paulo*. “Duas palavras: apresentação à edição de 1920”. In: MESQUITA, Júlio. *A Guerra (1914-1918): o primeiro ano*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002, p. 34.

⁷⁸ BARRETO, Lima. “Os nossos jornais” (crônica). Rio de Janeiro: *Jornal Gazeta da Tarde*, de 20 de outubro de 1911. In: *Vida Urbana*, p. 3, 4, 5. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2171>. Acesso em 26/04/2016.

jornalista moderno: [...] uma coragem de salteador, [...] um faro para achar a presa e [...] uma ausência de senso moral a toda prova...⁷⁹

Quanto ao poder da imprensa, acrescia: “[...] dominam tudo, aterraram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do seu assentimento e da sua aprovação...”. Acusava os jornais de tirarem proveito da “fatal estupidez das multidões” ao trabalharem “para a seleção das mediocridades” fazendo os imbecis parecerem gênios e os gênios serem tidos por tolos. Tinha o jornal como “a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também”. Seu poder era “sutil, impessoal”. Só poucas inteligências poderiam “colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade!”. Os jornais haviam se tornado grandes empresas, “propriedades de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas”, falando a linguagem destas, indo ao encontro de sua inferioridade mental. Com isso, conduziam os governos e as pessoas “para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses...”. Concluía dizendo que, por detrás da imprensa, estavam os estrangeiros que, se não eram inimigos nossos, eram “quase sempre indiferentes às nossas aspirações”.⁸⁰

As conferências foram outro modismo que o Brasil importou da França. Lima Barreto criticou essa prática ao dizer que, aqui, todos faziam conferências sobre tudo, em todos os lugares, a toda hora. Havia conferências na Biblioteca Nacional, na Academia Brasileira de Letras, na Associação Brasileira de Imprensa, na Associação Cristã de Moços, na Escola Normal, nos quartéis. Os palestrantes iam de políticos famosos, intelectuais ilustres, passando por jornalistas, professores e militares chegando até a cidadãos comuns, incógnitos. Falava-se da instrução básica (educação pública), do saneamento das cidades, da higiene corporal, dos valores cívicos, de patriotismo, do culto à bandeira nacional, das forças armadas, da defesa nacional, do serviço militar, da importância de se pagar impostos, para não mencionar a própria Guerra, que se irradiava por todo o mundo.

O médico e cientista brasileiro Henrique da Rocha Lima (1879-1956)⁸¹ é intelectual digno de destaque. Por vários anos viveu e pesquisou na Alemanha, tendo sido convocado

⁷⁹ AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969, p. 210, 211. *Apud*: BARRETO, Lima. “Recordações do escrivão Isaías Caminha”.

⁸⁰ AMARAL, 1969, p. 211. *Apud*: BARRETO, Lima. “Recordações do escrivão Isaías Caminha”.

⁸¹ Seus estudos sobre microbiologia, imunologia e doenças infecciosas na Alemanha o levaram a descobrir o microorganismo causador do tifo epidêmico.

para prestar serviços em campos de prisioneiros durante a Guerra. Com a interrupção das comunicações entre a Alemanha e o continente americano feita pelos ingleses, logo no início da Guerra, praticamente as únicas notícias vindas de fontes da Alemanha para o Brasil foram as poucas cartas que Rocha Lima conseguiu enviar para o *Jornal do Commercio*. Contudo, dentro em breve, o referido periódico se posicionaria pró-aliado e, por razões ignoradas, as cartas de Rocha Lima deixaram de ser publicadas. As poucas notícias publicadas como oriundas de Berlim eram produzidas, filtradas ou adulteradas pelas agências aliadas da Europa que as distribuía para que os demais jornais do Mundo as replicassem. Segundo Rocha Lima, o povo alemão tinha “a firme esperança de que a diplomacia encontraria um meio de evitar um conflito entre as grandes potências”, sentimento que foi se esvaindo “à medida que chegavam cada vez mais positivas as notícias de grandes preparativos militares da Rússia”. Na Alemanha, as pessoas se apegavam “aos menores vestígios de paz” na certeza de que o Governo empregaria todos os esforços compatíveis com a dignidade do país para evitar a guerra”. Esperava-se que a troca de telegramas entre o Kaiser (da Alemanha) e seu primo Czar (da Rússia) fosse capaz de afastar o perigo iminente de guerra. Ademais, confiava-se que a intermediação do Governo da Inglaterra na crise fosse de boa-fé, com o propósito de evitar o possível choque entre França e Alemanha, assegurando a neutralidade francesa na crise russo-germânica. Na Rússia, por seu turno, predominava a opinião de não retroceder no apoio à Sérvia enquanto “a mobilização prosseguia cada vez mais intensa” de modo que, ao iniciar a guerra, já se encontravam na frente de batalha do oeste russo tropas oriundas do extremo leste do país. Ficou a impressão de que a ação inglesa visara retardar as precauções alemãs contra a França, que “já tratava de iniciar as hostilidades” adentrando o território belga em direção à Alemanha ao mesmo tempo em que seus aviões sobrevoavam as fronteiras alemãs em operações de reconhecimento militar,⁸² iniciativas ameaçadoras e preparatórias para as ações bélicas a serem desencadeadas dentro de curto prazo. A despeito da questionável neutralidade belga, a Alemanha teria solicitado tratamento idêntico ao concedido às tropas francesas e, para sua defesa, requeria o direito de evitar a invasão de seu território lutando em terreno neutro, na Bélgica. Reconhecia a violência da atitude que se via obrigada a praticar, mas se comprometia solenemente a indenizar a Bélgica e a reparar os

⁸²*Jornal do Commercio* (RJ), do dia 18 de outubro de 1914 (domingo), p. 4.

danos que viesse a causar.⁸³

Rocha Lima relata que, na Alemanha, a ordem de mobilização, “sinal certo de guerra”, obteve do povo reação diferente daquela registrada em Paris. Aos alemães, a certeza da guerra causou “tristeza profunda, no primeiro momento, principalmente entre as mulheres, com seus rostos pálidos de terror e muitas lágrimas”. Existia “a sensação de que a Alemanha corria o risco de ser humilhada e destruída” fazendo-se necessário esquecer os interesses particulares para “correr a defendê-la a todo transe”. O desejo da Alemanha, justamente na época de seu maior crescimento econômico e de pleno progresso tecnológico, era conservar a paz e ampliar suas relações diplomáticas e comerciais. O povo alemão via-se forçado a entrar em guerra sob condições de absoluta desvantagem: cercado por potências adversárias que se aliaram, tendo que distribuir suas forças em várias frentes, com inferioridade numérica, sob bloqueio naval e sofrendo campanha propagandística repleta de inverdades das quais não podia se defender. Em sua ótica, os aliados buscavam satisfazer ódios e ambições alquebrando pela força um país ao qual não conseguiram sobrepujar em concorrência pacífica.⁸⁴

A partir da declaração de guerra, a vida urbana na Alemanha mudara radicalmente, com ordem e serenidade: as ruas, antes tomadas por jovens transitando em seus afazeres diários, eram agora vistas repletas de rapazes uniformizados. Dizia perceber na sociedade um misto de tristeza, em ver a mocidade do país sendo conduzida à morte, e de ódio, em saber que se desencadeava uma guerra horrenda instigada pelos governantes aliados.⁸⁵

Rocha Lima lembrava que os brasileiros, quando muito, “conheciam de vista a Alemanha”. Alguns até já tinham feito cursos e ali permanecido por certo tempo, mas a dificuldade da língua fazia com que poucos mantivessem contato íntimo o bastante para lhes permitir “avaliar o caráter e o modo de pensar do povo alemão”. Isto tornava compreensível o fato de nossa imprensa diária, igualmente ignorante acerca da Alemanha, dirigir a opinião pública segundo os ditames das ideias apregoadas na Inglaterra e na França. Daí advinha a conjuntura em que se vivia no Brasil, onde parecia impossível o triunfo da verdade e se

⁸³Carta enviada de Hamburgo, datada de 12 de setembro de 1914, publicada no *Jornal do Commercio* (RJ), do dia 25 de outubro de 1914 (domingo), p.3.

⁸⁴*Jornal do Commercio* (RJ), do dia 01 de novembro de 1914 (domingo), p. 4.

⁸⁵*Jornal do Commercio* (RJ), do dia 18 de outubro de 1914 (domingo), p. 4.

consolidava a campanha difamatória e caluniosa contra os alemães, a qual havia recrudescido durante a guerra, mas cujo início tinha se dado bem antes.⁸⁶

Afirmava Rocha Lima que o sentimento de revanche pela derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) vinha sendo cultuada, durante décadas, de maneira doentia na memória dos franceses a ponto deles esquecerem as humilhações históricas e até recentes sofridas diante da Inglaterra, que agora se posicionava a seu lado como amiga e protetora.⁸⁷ De fato, por volta de 1880, passou-se a ensinar às crianças francesas, desde as escolas primárias, como preparativos para uma guerra contra a Alemanha, o manuseio de armas usando-se réplicas de madeira. O “revanchismo” tonou-se uma “religião da pátria” inculcada pela escola laica e ensinada também em instituições religiosas. O alemão, chamado pejorativamente de “boche”, passou a ser estigmatizado de malvado, invasor injusto, assassino. Por outro lado, o soldado francês, chamado de “poilu” (peludo), era louvado como bravo, corajoso, herói, salvador da pátria e defensor do povo.⁸⁸ Este padrão de comportamento teria desaguado em episódios como o “caso Boulanger”⁸⁹ e o “caso Dreyfus”⁹⁰, capazes de escandalizar o mundo e levar à revisão os parâmetros nos quais se pautavam a política e a sociedade da França. Porém, o sentimentalismo e a propaganda em torno da cultura francesa reverteram esta tendência: em vez de envergonhada e humilhada, a França se fortalecia como defensora dos princípios humanitários e dos elevados valores civilizacionais de igualdade, liberdade e fraternidade.

Um indício de que prevalecia no Brasil desconhecimento quanto à Alemanha em oposição à aproximação cultural com relação à França pode ser percebido em algumas passagens que o então jovem tenente Estêvão Leitão de Carvalho (1881-1970) deixou registradas quando de seu intercâmbio junto ao Exército alemão, entre 1910 e 1912.

⁸⁶ Carta enviada de Hamburgo, datada de 07 de setembro de 1914, publicada no *Jornal do Commercio* (RJ), do dia 10 de outubro de 1914 (domingo), p.4.

⁸⁷ *Jornal do Commercio* (RJ), do dia 18 de outubro de 1914 (domingo), p. 4.

⁸⁸ PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. *História da vida privada: da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. Vol. 5. São Paulo: Schwarcz, 2009, p. 206, 208.

⁸⁹ Georges Ernest Jean-Marie **Boulanger** (1837- 1891), militar e político francês, ficou conhecido como “General Revanche” por liderar um movimento nacionalista contra a Alemanha. Perseguido, Boulanger se refugiou em Bruxelas, onde cometeu suicídio em 30 de setembro de 1891.

⁹⁰ Um dos mais escandalosos erros judiciários da História no qual altas autoridades militares da França condenaram o capitão Alfred Dreyfus (1859-1935), sob acusação de espionagem em favor da Alemanha, em 1894. A imprensa explorou o caso acerbando os ânimos populares e Dreyfus foi expulso do Exército amargando cinco anos de prisão na Guiana Francesa. Inconformado, o escritor Émile Zola (1840-1902) moveu campanha pela reabertura do caso que, elucidado, levou à absolvição e reintegração de Dreyfus ao Exército francês, em 1906.

Residindo nesse período em pequenas localidades próximas às unidades militares em que estagiava e preocupado em anotar suas experiências profissionais, Leitão de Carvalho pouco se refere à sociedade e à cultura alemãs. Disse ele:

Nós ficamos, minha mulher e eu, a desfrutar aquele primeiro contato com a vida da grande nação, onde iríamos passar mais de dois anos e conhecer de perto sua organização social e os padrões de sua invejável cultura, difundida não só entre as classes elevadas, mas no seio do próprio povo.⁹¹

Só mais tarde, rememorando “as impressões trazidas daqueles dois anos inesquecíveis” vividos na Alemanha, reconhecia que tivera “o privilégio de conhecer de perto a culta e ordeira Germânia, sem dúvida o país de mais apurada civilização da Europa daquela época”.⁹² Por outro lado, naquele período, quando teve a oportunidade de ir à França, comentou:

[...] fizemos, minha mulher e eu, uma visita a Paris- centro de atração irresistível a todo brasileiro culto naquela época. Vimos, ali, com inefável prazer, os lugares e monumentos que falavam da gloriosa história da França, nossa conhecida, por leitura, desde a nossa juventude e nos entregamos, depois de dois anos de austeridade germânica, aos divertimentos estonteantes oferecidos ao turista pela Cidade Luz.⁹³

Leitão de Carvalho lembra que, no Brasil, por estarem ele e seus colegas militares em serviço ativo, não lhes era dado o direito de se expressarem publicamente sobre temas políticos ou relacionados à sua profissão. Porém, devotados à causa do soerguimento da defesa nacional, escreviam para os jornais sob pseudônimo. Nas páginas do *Jornal do Commercio*, membros da Liga Brasileira pelos Aliados “procuravam atemorizar, em seus escritos, os que ousavam discordar de seus conceitos”. Um deles, o combativo José Veríssimo, “criticou a disciplina alemã, a que atribuiu processos cruéis, que anulavam a dignidade humana”. Carvalho aproveitou a ocasião para “restabelecer a verdade acerca das regras de obediência em vigor nas instituições armadas prussianas, invocando, para defendê-las, o fato de ter estado a elas submetido durante dois anos”, o que emprestava à sua opinião base mais sólida e confiável do que aquela de que se valia o articulista, pautado em afirmações de uma revista inglesa, “pouco habilitada a falar com isenção sobre o assunto”.⁹⁴

⁹¹ CARVALHO, Estêvão L. *Memórias de um soldado legalista*. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016, p. 93.

⁹²CARVALHO, 2016p. 192.

⁹³ CARVALHO, 2016, p. 142.

⁹⁴ CARVALHO, 2016, p. 190, 191.

A exemplo de outros tantos escritores e intelectuais, Machado de Assis (1839- 1908), o mais consagrado romancista brasileiro, também evidenciou a influência cultural francesa sobre sua formação e em sua vida. Em suas mais famosas obras, particularmente nos romances *Quincas Borba* (1891), *Esau e Jacó* (1904), *Memorial de Aires* (1908), Machado retrata a sociedade fluminense na transição de fins do século XIX para o começo do século XX exibindo diversas passagens demonstrativas da influência da cultura francesa sobre a elite da sociedade brasileira. A “galomania” a que se referia Bilac não foi eterna, mas duradoura. Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco (1849- 1910), declarou que gostava de recitar poemas em francês. Sua mãe, “para quem o francês era uma segunda língua materna” (ela fora aluna do Colégio *des Oiseux*, de Paris), não se cansava de ouvir o *Notre Dame Auxiliatrice*, que Carolina dizia recitar “a toda hora, pela casa, com grande sentimento”.⁹⁵

Assis Chateaubriand (1892-1968), bacharel em Direito, jornalista, empresário e político), por exemplo, em conferência com o título “O Estado como fator de organização nacional”, na Biblioteca Nacional, em janeiro de 1918, abordou assuntos como o nacionalismo, a opinião pública, a elite brasileira, a crise europeia, a nova ordem internacional e o papel do Estado, dentre outros. Para ele, era inconcebível pensar que a Europa tornaria a ocupar o espaço político e o prestígio internacional que detinha antes daquela guerra, que a levava ao ocaso. Numa referência indireta a Rui Barbosa e à Liga Brasileira pelos Aliados, observava que nossa sociedade havia sido tomada por problemas políticos sob rótulos jurídicos envolvendo questões que não nos diziam respeito diretamente. Enquanto isso, esquecíamos nossos problemas mais importantes e urgentes. As pessoas, submetidas a padrões estabelecidos ou impostos, estavam perdendo suas individualidades diante da pressão da opinião pública, à qual ele qualificava como “déspota mais cruel que os monstros da maldade que fosforeiam na História”. Nossas instituições políticas, inconsistentes e desarticuladas, não tomavam decisões seguras concernentes ao nosso futuro; contentavam-se em adotar medidas espúrias, improvisadas, “surgidas no choque dos interesses subalternos, imitadas arbitrariamente de outras sociedades” e que não correspondiam à nossa realidade orgânica e social. Isso ocorria, em parte, porque a nossa classe dirigente só excepcionalmente sentia e compreendia a nação brasileira e os seus

⁹⁵ NABUCO, 2000, p. 87.

problemas vitais. Lembrava que nosso povo confiava em prerrogativas e liberalidades democráticas e admirava aqueles que as defendiam em discursos, mas que não tinham o nível intelectual e moral para executá-las em benefício da coletividade. Segundo ele, “não foram os analfabetos os causadores dos nossos desacertos, nem os responsáveis pelo que deixamos de fazer. Eles não legislaram nem administraram”. Sua culpa repousava na cortesia excessiva “de não se incomodarem com os despropósitos das elites”. Encerrava sua mensagem com esperança na organização, no planejamento e na ação do governo como instrumento do Estado destinado a proporcionar à sociedade segurança, bem-estar, condições de prosperidade e de realização para o que se exigia, naquele momento “o máximo de coesão, de organização e de atividade”.⁹⁶

Lima Barreto, em habitual tom irônico, criticava a generosidade que as moças e as “nossas senhoras” (numa alusão à mãe de Jesus Cristo) do Brasil devotavam aos sofrimentos dos aliados na Guerra da Europa esquecendo, todavia, a caridade devida aos necessitados brasileiros. Dizia ele: “Sei bem que essas senhoras - que eu ia dizer nossas - não têm absolutamente noção de que haja, entre nós, pequenos necessitados. [...] O Brasil é uma terra de selvagens e de negros e essa gente, quando tem filhos, não merecem eles a piedade de ninguém”. Igualmente condenava a ostentação daquelas supostas virtudes nestes termos: “Essas senhoras, para dar um óbulo em favor de feridos ou coisa que valha da Grande Guerra, não tinham necessidade de tanto alarde para mostrar que têm bom coração. Não era preciso que os jornais soubessem”.⁹⁷

No contexto que aqui se reconstituiu sumariamente, Lima Barreto, Dunshee de Abranches e Assis Chateaubriand contrastavam com o clima de dependência cultural predominante no Brasil naquela época. Muitos outros interessantes aspectos da sociedade, da economia e da política nacional afetados pela Grande Guerra vieram à baila nos jornais da época, alguns com pensamentos exaltados, distorcidos da realidade, eivados de sentimentalismo; outros com argumentos ponderados. Alguns dos polemistas eram funcionários do governo em defesa dos interesses do país; outros eram cidadãos comuns falando em nome do futuro da humanidade. Vários escreviam sob pseudônimo. Nomes

⁹⁶*Jornal do Commercio* (RJ), 13 de janeiro de 1918 (domingo), p.4.

⁹⁷BARRETO, Lima. “A nossa filantropia”. Crônica publicada no *Jornal A.B.C.*, de 24 de agosto de 1918. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. *Toda a Crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p.381, 382.

como Afonso Bandeira de Mello, Otávio Bonfim, Alberto Torres e Mário Pinto Serva produziram textos ricos cujo estudo merecem maior atenção, mas que as limitações deste trabalho não permitem explorar. Nesse panorama traçado, como se verá a seguir, Olavo Bilac e Rui Barbosa tomaram suas posições do mesmo lado, em relação ao Brasil e aos acontecimentos que se desenrolavam na Europa, mas em trincheiras diferentes, com distintas posições a defender, sob diferentes perspectivas.

CAPÍTULO II

OS INTELLECTUAIS ENTRINCHEIRADOS: PRÓS E CONTRA À ENTRADA DO BRASIL NA GRANDE GUERRA.

A guerra na Europa eclodiu a 28 de julho de 1914, entre o Império Áustro-Húngaro e a Sérvia, e se alastrou a partir do dia 04 de agosto, quando a Alemanha declarou guerra à França. Logo a marcha dos eventos se precipitou, colocando em oposição dois grandes blocos de potências. De um lado, estavam a França, a Inglaterra e a Rússia, formando a Tríplice Entente. Eram os “Aliados”. De outro, a Tríplice Aliança, constituída pelo Império Alemão, a Áustria-Hungria e, por um breve período, o Reino da Itália. No decorrer dos eventos, esse país se retirou do âmbito da Tríplice Aliança e passou a compor seus objetivos e interesses no campo da Tríplice Entente. À Tríplice Aliança aderiram, mais tarde, o Império Turco e a Bulgária. Ficaram conhecidos como “Impérios Centrais”. À Tríplice Aliança aderiram a grande maioria dos países que se tornaram beligerantes.

As hostilidades logo se alastraram por quase toda a Europa e, a partir daí, devido à posição central deste continente no sistema político mundial, expandiu-se por todo o mundo. Mais de setenta milhões de militares foram mobilizados na maior guerra da história até então. Entre nove e dez milhões de combatentes foram mortos em uma carnificina potencializada pelos avanços tecnológicos, que conferiram enorme poder de letalidade às armas, mudando a história do século XX de maneira até hoje não compreendida em toda sua extensão. O Brasil só entraria na conflagração no dia 26 de outubro de 1917, quando declarou guerra à Alemanha. Não o fez, entretanto, sem que no país ocorressem acirrados debates entre alguns dos principais intelectuais brasileiros na imprensa da época gerando eventos sociais de projeção que atraíram o apoio popular à causa aliada.

Em relação ao conflito, três posições se destacavam entre os principais intelectuais brasileiros na imprensa da época. A primeira esposava a causa dos Aliados, favorável principalmente à França, à Bélgica, à Inglaterra e, só eventualmente citada, à Rússia. A segunda defendia a neutralidade do País. A terceira colocava-se ao lado do bloco liderado pela Alemanha. Esta teve alguma relevância nos primeiros anos da conflagração, mas logo ocupou papel subalterno em relação àquelas duas que se fizeram cada vez mais destacadas, notadamente a partir de 1916, com a crescente atuação da Liga Brasileira pelos Aliados. A

partir de 1917 a primeira corrente de pensamento tornou-se dominante. A opinião pública foi cada vez mais influenciada por meio da imprensa com propagandas, promovendo campanhas de assistência aos Aliados, manifestações de rua, eventos sociais, festas públicas, culminando com a entrada do Brasil na conflagração, no final de 1917, alegadamente devido aos afundamentos de mercantes nacionais.

A maior parte dos intelectuais brasileiros defendia com fervor a primeira corrente de pensamento, discriminando pejorativamente de “germanófilos” os defensores das outras duas. Estes, em resposta, passaram a denominar aqueles de “aliadófilos” ou “galomaníacos”, conforme apoiassem a causa aliada em geral ou a causa francesa, em particular. Dentre os aliadófilos encontravam-se figuras de destaque como Rui Barbosa (político, escritor e orador), Antônio Azeredo (presidente do Senado Federal), Pedro Lessa (ministro do Supremo Tribunal Federal), Graça Aranha (diplomata), José Veríssimo (jornalista e crítico literário), Coelho Neto (escritor), Olavo Bilac (poeta e escritor) e muitos outros. Os neutros, em sua maioria, diante da exaltação dos aliadófilos, preferiam conservar-se em silêncio. Notadamente neutros, mas críticos dos excessos aliadófilos, eram o diplomata Oliviera Lima, o escritor Monteiro Lobato, o jornalista Assis Chateaubriand, o professor e poeta Carlos de Laet, o político e escritor Alberto Torres e outros. Por “inclinações intelectuais e políticas de antes da guerra”, mostraram-se favoráveis à causa dos Impérios Centrais o historiador Capistrano de Abreu, o filólogo Said Ali (cuja mãe era alemã), o poeta João Barreto de Menezes e, principalmente, o político e escritor Dunshee de Abranches.⁹⁸

As notícias corriam, em grande parte, nas conversas de rua, nas praças, nos pátios das fábricas, nos salões, nos bares e restaurantes. Fora isto, havia poucos aparelhos telefônicos no país e linhas telegráficas precárias interligando as principais cidades. Eram os jornais o único meio de comunicação de massa.⁹⁹ E estes logo adotaram posições com relação aos blocos de poder em luta. No Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), o *Jornal do Commercio* e o *A Noite* eram pró-aliados. O *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* tentavam mostrar neutralidade e equilíbrio. O jornal *A Tribuna* era pró-Alemanha.¹⁰⁰ Na capital paulistana, o jornal *O Estado de São Paulo* era pró-aliado. Em ambas as cidades, a

⁹⁸ VINHOSA, 1990, p. 24, 31, 32.

⁹⁹ GARAMBONE, 2003, p. 37.

¹⁰⁰ VINHOSA, 1990, p. 30.

imprensa operária se mostrava neutra em relação às potências em luta, mas fervorosamente contrária à guerra.

Este capítulo organiza-se em quatro seções. A primeira delas reconstitui a posição dos defensores da causa da Tríplice Entente, liderada, principalmente, pela França e pela Inglaterra. A seguinte se detém nos debates anteriores à entrada do Brasil na Guerra. A terceira aborda o período em que o Brasil, tendo declarado Guerra à Alemanha, entrou ativamente no conflito ao lado dos Aliados. A quarta destaca as mutantes posições de Rui Barbosa, naquela época o mais influente e conhecido brasileiro, que decidiu “ocupar trincheira” a favor dos Aliados.

A Liga Brasileira pelos Aliados

De acordo com relato do funcionário público Antônio dos Reis Carvalho, a ideia da criação da Liga Brasileira pelos Aliados partira do professor e ex-tenente da Marinha Augusto de Araújo Gonçalves, que a compartilhara com o capitão do Exército Elyseu Fonseca Montarroyos. Este, para dar prosseguimento e notoriedade à iniciativa, procurou Reis Carvalho, que tinha proximidade com José Veríssimo, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, crítico literário influente com bom trânsito no meio jornalístico. Reis Carvalho estendeu o convite a Graça Aranha, que servira como diplomata na Europa. Este, para trazer prestígio à Liga, lembrou do nome de Rui Barbosa, com quem havia trabalhado na Conferência de Haia (Holanda). A reunião para discutir a criação da Liga, entre Araújo Gonçalves, Montarroyos, José Veríssimo e Graça Aranha, se deu na Livraria Garnier, tradicional ponto de encontro de intelectuais da época, situada na movimentada Rua do Ouvidor.¹⁰¹ Fundada a Liga, de sua organização constavam a presidência, o secretariado e a comissão executiva, que contava, naquela data, com 37 membros.¹⁰²

¹⁰¹*Jornal do Commercio* (RJ), 17 de março de 1916 (sábado), p. 5. Observe-se que do quarteto fundador da Liga constavam dois militares (um da ativa, do Exército, e outro da reserva, da Marinha), um jornalista e um diplomata aposentado.

¹⁰²Dentre estes sobressaíam-se personalidades como os senadores Antônio Azeredo, Alcindo Guanabara e Lauro Sodré, o deputado e médico Nabuco de Gouveia, o escritor e diplomata Graça Aranha, o poeta Coelho Neto, o engenheiro Paulo de Frontin, o médico Miguel Couto, o empresário Cândido Gaffré, os escritores Afrânio Peixoto e Irineu Marinho, além de funcionários públicos, advogados, professores e militares.

O *Jornal do Commercio*, onde José Veríssimo era redator, tornou-se o principal veículo de divulgação e de apoio às iniciativas da Liga. Jornais diversos, para os quais escreviam outros membros da Liga, também prestaram sua colaboração replicando (ainda que com menor destaque, menor intensidade ou menor frequência) as matérias relativas àquela organização. José Veríssimo, que era também articulista do jornal *O Imparcial* e contava com ampla rede de amizades, atraía personalidades influentes para a associação com a finalidade de lhe dar projeção e notoriedade. Veríssimo adotou, em favor da Liga Brasileira pelos Aliados, a prática que tanto criticara na Academia Brasileira de Letras e que o levava a dela se afastar em protesto.

Apenas três semanas após sua fundação, a Liga já mostrava resultados alvissareiros: em evento festivo de caridade promovido com apoio do jornal *A Noite*, no Teatro Recreio Dramático, no dia 08 de abril, foram arrecadados certa quantia não declarada e 20 mil maços de cigarros em favor da Cruz Vermelha da Bélgica e, para a semana seguinte, anunciava-se uma programação festiva com idêntica finalidade no Teatro Lírico, desta feita em homenagem à Cruz Vermelha da França.¹⁰³ Os eventos desta natureza constavam, geralmente, de cântico dos hinos dos países aliados, execução de música ao piano, discursos, declamação de poesias e encenações teatrais que ridicularizavam a cultura alemã e realçavam a barbárie dos alemães na guerra, ao mesmo tempo em que enalteciam o heroísmo e as virtudes dos aliados, notadamente da Bélgica e da França.

Com pouco mais de um mês de criação da Liga, um de seus fundadores, o capitão Eliseu Fonseca Montarroyos, deixou as fileiras do Exército Brasileiro para residir em Paris, onde atuaria como jornalista, inicialmente a serviço do *Jornal do Commercio*. A Liga ofereceu um almoço em homenagem ao seu consorte que partia para a França levando as contribuições e os donativos arrecadados nas festividades em favor da causa aliada. Autoridades francesas no Brasil prestigiaram o evento discursando em louvor do homenageado.¹⁰⁴ A rapidez com que fatos desta natureza foram se processando traz à imaginação a hipótese de que possivelmente haveria um órgão de planejamento e coordenação de ações acima da Liga Brasileira, provavelmente encabeçada pelas legações diplomáticas dos países aliados no Brasil.

¹⁰³ *Jornal do Commercio* (RJ), de 20 de abril de 1915 (terça-feira), p.3.

¹⁰⁴ *Jornal do Commercio* (RJ), de 24 de abril de 1915 (sábado), p.2.

De passagem por Salvador, rumo a Paris, Montarroyos promoveu, durante o tempo que esteve em terra, “a organização de elementos simpáticos à causa dos aliados” com o fim de estabelecer naquela cidade uma filial da Liga que ajudara a fundar na Capital Federal, no mês anterior. A ideia teve boa acolhida e logo aclamou-se um comitê para estabelecer relações com a matriz do Rio de Janeiro com vistas a organizar sua consorte na Bahia. Deste comitê constavam “nomes ilustres da elite intelectual” (jornalistas, professores, advogados, militares, médicos, engenheiros), representantes do alto comércio e de todas as classes sociais, que manifestaram entusiasmo pelo movimento de simpatia e solidariedade à causa aliada.¹⁰⁵

Em Paris, Montarroyos foi recebido em audiência pelo senhor Aristide Briand, ministro da Justiça da França, ocasião em que expôs a situação na qual se encontrava o ânimo do povo brasileiro com relação à guerra. Montarroyos assegurou nossa completa simpatia pela causa dos aliados e remeteu às autoridades militares 100 mil cigarros doados por brasileiros aos soldados da França. O senhor Briand, agradecido, “prometeu o auxílio do governo francês para as intensificações da propaganda em favor dos Aliados”.¹⁰⁶ De Paris, Montarroyos seguiu em viagem à Bélgica¹⁰⁷ onde transmitiu aos soberanos daquele país as homenagens que os brasileiros haviam dedicado ao Rei Alberto no dia do seu aniversário.¹⁰⁸

As atividades em prol do estreitamento das relações entre as sociedades brasileira e francesa se intensificaram, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em Paris. A coluna “Ao redor do mundo”, do *Jornal do Commercio* do dia 17 de julho, trazia, na segunda página, a matéria “A amizade brasileira pelos aliados”, na qual o escritor Maurice Barrès, da Academia Francesa, noticiara no jornal *Echo* as iniciativas da Colônia Brasileira de Paris, que angariava recursos para os soldados franceses em luta. Barrès destacou a solene e afetuosa acolhida que tivera no Rio de Janeiro, meses antes, a comissão de propaganda chefiada pelo senador Pierre Baudin, ocasião em que um dos oradores, o deputado Irineu

¹⁰⁵ *Jornal do Commercio* (RJ), de 30 de abril de 1915 (sexta-feira), p.2.

¹⁰⁶ *Jornal do Commercio* (RJ), de 03 de junho de 1915 (quinta-feira), p.3.

¹⁰⁷ Durante a Primeira Guerra Mundial deu-se, gradativamente, a ocupação de grande parte do território da Bélgica por tropas alemãs. A Alemanha desejava combater prioritariamente os franceses, no front ocidental, com o máximo de suas forças disponíveis, que já estavam bastante reduzidas em relação ao planejado inicialmente em razão da necessidade de conter as tropas russas, no front oriental. Diante da crescente resistência belga, os alemães tiveram que dispender esforços crescentes para ocupar maiores extensões do país do que resultou livre, ao final, apenas sua porção noroeste. (HAYTHORNTHWAITE, Philip J. *The World War One Souce Book*. London: Brockhampton Press, 1992, p. 148)

¹⁰⁸ *Jornal do Commercio* (RJ), de 22 de junho de 1915 (terça-feira), p.1.

Machado, declarou: “a neutralidade do Brasil só existe no decreto governamental, porque o povo brasileiro, em massa, acompanha os Aliados”.

Segundo esta matéria, o senhor Barrès mencionou que, havia alguns meses, de passagem por Paris, sentara-se à sua mesa o senhor Graça Aranha, escritor de “Chanaan”, “um grande e belo livro”, traduzido para o francês. Esta obra, “romance cheio de cor e de paixão”, estudava “a invasão do Brasil por imigrantes alemães”. Graça Aranha havia lhe confessado que, deixando Haia (na Holanda), onde representara o governo brasileiro, sairia da carreira diplomática para gozar de sua liberdade no Rio de Janeiro, onde se dedicaria “a servir o Brasil e a França”.

Barrès acrescia que Graça Aranha, com uma elite de escritores, engenheiros e intelectuais, havia fundado a Liga Brasileira pelos Aliados com a finalidade de “dirigir o movimento de simpatia pela França” no Brasil. Ressaltou ainda que a Liga vinha protestando contra as práticas alemãs na guerra e exortava o governo brasileiro a sair da neutralidade “prejudicial aos interesses da humanidade”. Avaliando “a comoção” e “a ardente simpatia” com que a colônia brasileira em Paris o ouvia, “tão feliz por poder auxiliar nossos feridos e os nossos combatentes”, o escritor francês clamou para que todos os brasileiros fossem, perante seus compatriotas, “testemunhas da grandeza da França”, cujos soldados, naquela guerra, davam suas vidas também pelo povo do Brasil.¹⁰⁹

Graça Aranha seguiria, em breve, destino idêntico ao de Montarroyos. Um ano após a fundação da Liga Brasileira pelos Aliados, ele foi designado para as funções de adido à Legação do Brasil na França, cargo que assumiu a partir do dia 05 de abril de 1916. Mas desta feita, concomitantemente às funções da diplomacia, Graça Aranha atuaria como representante da Liga no exterior e exerceria atividades comerciais como agente de empresas de carnes congeladas de Minas Gerais e de São Paulo junto a compradores de Londres e de Paris, onde nossos produtos eram vendidos a preço inferior ao que se praticava no Brasil, sob o argumento de que, se feito de outra forma, as exportações brasileiras iriam à falência.¹¹⁰ Como representante da Liga, a imprensa destacaria que Graça Aranha ajudara na criação da revista *France-Brésil*, cuja direção deixou a cargo de Montarroyos, e desenvolveu

¹⁰⁹ *Jornal do Commercio* (RJ), de 17 de julho de 1915 (sábado), p.2.

¹¹⁰ BARRETO, Lima. “Sobre a carestia”. Artigo de *O Debate*, de 15 de setembro de 1917. In: RESENDE; VALENÇA, 2004, p. 285, 287.

iniciativas com vistas a estreitar as relações entre o povo francês e os latino-americanos, como a Semana da América Latina em Paris.¹¹¹

Poucos meses após a fundação da Liga Brasileira pelos Aliados, o diplomata aposentado Manuel de Oliveira Lima, residindo em Londres, foi convidado a participar do Conselho em Haia pela Paz Duradoura, formado por eminentes personalidades internacionais. “Estou dedicando algum do meu tempo à questão da paz”, disse a Rui Barbosa em carta data de 15 de junho de 1915, na qual relatou que, uma vez instado, indicara os nomes de possíveis colaboradores para a louvável iniciativa. “Não pude deixar de indicar o nome de V. Exa”, disse ele, uma vez que se estava tratando de organizar uma tentativa de paz que eliminasse quanto possível a hipótese de uma nova guerra. “[...] as ideias do programa mínimo são afinal aquelas- pelo menos em boa parte – pelas quais se empenhou na Haia o Brasil pela voz entre todas autorizadas e eloquente do Sr. Ruy Barbosa”, declarou ele ao jornal *O Estado de São Paulo*.¹¹² Oliveira Lima indicou os nomes dos dez ilustres brasileiros sem consulta prévia, razão pela qual endereçou carta-convite a todos. Alguns enviaram prontamente o aceite;¹¹³ outros já eram aliadófilos assumidos¹¹⁴. Rui, mesmo depois de ter recebido três cartas insistindo no assunto, conservou-se em silêncio.¹¹⁵

O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro do dia 05 de abril de 1916 (quinta-feira), na sua segunda página, ao mesmo tempo em que noticiava a assunção do cargo diplomático de Graça Aranha, anunciava a fundação, em Paris, da Liga dos Países Neutros, da qual já faziam parte personalidades de renome internacional, dentre as quais se destacava Rui Barbosa. Nomes ilustres constituíam o comitê provisório da referida coletividade. Dizia assim a matéria: “Vários jornais de Paris [...] saúdam hoje a nova Liga dos Neutros, a que deu a sua adesão o senador Rui Barbosa, e mostram-se gratos às vozes que se elevam no intuito de fazer com que o Direito seja reconhecido como uma sagrada verdade”.¹¹⁶ Rui Barbosa, que em Paris se filiava como membro de uma liga em favor da neutralidade (pelo

¹¹¹ *Jornal do Commercio* de 21 de março de 1917 (quarta-feira), p.4.

¹¹² GOUVEA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976, p. 1227. *Apud*: *O Estado de São Paulo*, edição de 22 de julho de 1915.

¹¹³ Foram eles: Barbosa Lima, Clóvis Bevilacqua, Viveiros de Castro e Aristarcho X. Lopes.

¹¹⁴ Eram Pedro Lessa, Amaro Cavalcanti, Rodrigo Otávio, Afonso Celso, Félix Pacheco.

¹¹⁵ As cartas, enviadas de Londres, foram datadas de 15 de junho, 1º de setembro e 08 de setembro de 1915. (GOUVEA, 1976: p. 1231, 1232)

¹¹⁶ *Jornal do Commercio* (RJ), 05 de abril de 1916 (quinta-feira), p.2.

menos no nome), no Brasil se mostraria fervoroso defensor da causa aliada e propugnador do ingresso do Brasil na Guerra da Europa. A “Águia de Haia”, que defendera a paz, tornara-se, desta feita, um apóstolo da guerra.

Contudo, mesmo contando com a simpatia expressa da maioria da população e com o apoio de grande parcela de homens notáveis, a Liga enfrentou resistências. Na coluna “Publicações a pedido” do *Jornal do Commercio* do dia 06 de janeiro de 1916, o Doutor Affonso Bandeira de Mello denunciava o “comunicado tendencioso” da Liga Brasileira pelos Aliados que continha “insinuações malévolas” contra a boa-fé de suas convicções, fato que ele considerava deplorável numa discussão que se propunha “séria e leal”. Dizia serem naturais e patrióticos os sentimentos que o levavam a recomendar a preservação da neutralidade do Brasil no tocante à Guerra Europeia vendo, por conseguinte, como perniciosos aos interesses nacionais a causa defendida pela Liga Brasileira pelos Aliados. Disse ele: “[...] a Liga procura convencer-me do bem que adviria ao Brasil, se pudéssemos afastar de nós o elemento alemão”. Assertivas deste tipo, em seu ponto de vista, estavam tomadas de paixões e de falsos preconceitos, ao que acrescentava:

[...] ninguém ignora a brilhante e fecunda coparticipação para o esplêndido progresso dos nossos Estados meridionais do elemento alemão. Se para lá não tivesse ido aquele valioso fator de prosperidade, aquelas regiões estariam talvez ainda hoje no estado primitivo ou retrógrado em que permanece a maior parte do país.¹¹⁷

Bandeira de Mello via, nos discursos da Liga, discriminações ao imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, uma disseminação de ódios e uma proliferação de dissensões deploráveis que, se não retardavam, pelo menos dificultavam a assimilação e a fusão harmônica dos elementos étnicos necessários à formação de nossa nacionalidade e à nossa perfeição social como povo distinto. Concluía que a ação da Liga, nestes termos, não podia servir aos verdadeiros interesses do Brasil, em respeito aos quais ele se colocava “acima dos injustos preconceitos de raça e de falsas doutrinas filosóficas”. Apesar das oposições, a Liga seguia fazendo adesões, conquistando simpatias e arrecadando contribuições.

Durante o tempo de sua existência, a publicidade alcançada pela Liga Brasileira pelos Aliados estimulou a criação de entidades similares em diversas cidades do Brasil. Estas, por iniciativa própria ou em coordenação com a Liga e com a Cruz Vermelha Brasileira,

¹¹⁷*Jornal do Commercio* (RJ), 06 de janeiro de 1916 (quinta-feira), p.10.

promoviam eventos para a divulgação e defesa da causa aliada, além de recolherem fundos e donativos a serem remetidos às vítimas de guerra, geralmente franceses e belgas, tidos como os mais afetados, mas também da ingleses e italianos.¹¹⁸ Inúmeros destes casos foram amplamente noticiados na imprensa.

Antes de completar o segundo ano de guerra, já havia tentativas de negociação de paz por parte dos membros da Tríplice Aliança que, no entanto, eram refutadas pelos aliados. O jornal *Dayly Telegraph*, de Londres, publicou, em 15 de julho de 1916, telegrama de seu correspondente de Milão onde dizia que o Conde Julius Andrasse, representante do governo austro-húngaro, estivera na neutra Suíça tentando, inutilmente, negociar a paz com a França.¹¹⁹ Ao que parece, existia o propósito firme de destronar as monarquias da Tríplice Aliança, que incomodavam os projetos de poder dos membros da Tríplice Entente.

A Liga Brasileira pelos Aliados, a despeito do propalado êxito dos eventos que promovia, ocupava colunas interiores dos periódicos, disputando espaço com notícias menos nobres, mas de apelo popular, como aquelas típicas de páginas policiais que tratam de crimes, acidentes e de óbitos, além dos dados pouco expressivos para o conhecimento do grande público, tais como as alusivos ao “Matadouro Municipal”.¹²⁰ Lima Barreto se referia aos descaminhos das lideranças e dos seguidores da Liga nestes termos:

No começo da contenda europeia, dei a minha adesão à Liga pelos Aliados; mas, desde que ela desandou, aproveitando-se da simplicidade de muitos e da cumplicidade de alguns, em escritório de anúncios de carnes frigorificadas e outros gêneros de primeira necessidade, julguei do meu dever não dar mais nenhuma palavra de apoio a semelhante instituição que, quando não era quarta página de jornal, se transformava em sociedade musical e dançante ou em clube dramático, recreativo e literário.¹²¹

¹¹⁸Dentre os beneficiados destacam-se as seguintes entidades: a Sociedade dos Amigos dos Soldados Cegos da França, *L'Orphelinat des Arts*, *L'Ouvre pour les Soldats alsaciens-lorrains*, *Frères et Souers de Guerre*, hospital *Les Petits Lits Blanches*.

¹¹⁹Jornal *O Estado de São Paulo*, 16 de julho de 1916 (domingo), p.1.

¹²⁰No *Jornal do Commercio* do dia 07 de maio de 1917, por exemplo, na mesma página em que publicava matéria alusiva à Liga Brasileira pelos Aliados, noticiava a ocorrência, no dia anterior, de 34 óbitos na Capital Federal, apresentando dados precisos (foram 31 de nacionais e 3 de estrangeiros; 16 homens e 18 mulheres; 17 dos falecidos tinha menos de 12 anos de idade; 7 foram enterrados no Cemitério de São João Batista e os demais, no Cemitério de São Francisco Xavier). Também constava que, no matadouro de Santa Cruz, haviam sido abatidos, para abastecer a cidade, os seguintes animais: 522 reses, 64 porcos, 31 carneiros e 47 vitelos. Seguiam-se os nomes dos fornecedores dos animais para abate com as respectivas quantidades de cabeças.

¹²¹BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 241.

Em 1917 os eventos beneficentes em favor dos aliados se intensificaram pelo país. No dia 17 de março, o *Jornal do Commercio* noticiava um festival organizado pela Cruz Vermelha, em Petrópolis¹²², e pela associação *Amigos dos Aliados*. A quantia arrecadada se destinava à criação de mais leitos no *Hospital Brasileiro em Paris*. Cada vez mais o Brasil marchava rumo à beligerância.

O Brasil rumo à Guerra

No dia seis de abril de 1917, a Seção “Gazetilha” do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro noticiou o torpedeamento do vapor *Paraná*, o melhor e maior navio da Companhia de Comércio e Navegação (CCN), ocorrido dois dias antes, na costa francesa. O *Paraná*, que partira do porto de Santos (São Paulo/ Brasil) nos últimos dias de janeiro de 1917, fazia a travessia de Funchal (Ilha da Madeira/ Portugal) ao porto de Havre (França), onde estava previsto chegar no dia 05 de abril.¹²³ Segundo o jornal, os tripulantes permaneceram doze (12) horas em botes salva-vidas sendo resgatados por torpedeiras francesas. “Foi um cúmulo o procedimento bárbaro dos alemães”, teria dito o comandante do navio por telegrama transmitido da França. Lembrava que havia poucos dias, na zona de bloqueio, um submarino alemão intimara o vapor *Gurupy* a retroceder. A matéria acrescia que outros treze (13) navios da CCN trafegavam, naquela data, na rota entre Funchal e Havre, dado que fornece uma ideia da intensidade do trânsito de mercantes brasileiros na região, pois além desta, havia ainda outra grande e ativa companhia nacional de navegação transoceânica, o Lloyd Brasileiro, operando naquelas rotas marítimas.¹²⁴ Isto evidenciava o quanto nossos mercantes foram pouco visados pela marinha alemã, possivelmente devido ao nulo valor

¹²²A cidade de Petrópolis, por essa época, conservava ainda o *glamour* dos tempos do Império do Brasil. Ali, ricos homens de negócios, latifundiários, cafeicultores, representantes de legações diplomatas e políticos influentes mantinham seus palacetes para uso, principalmente, nos fins de semana, feriados e veraneio.

¹²³O *Paraná*, transportando 32 mil sacas de café, deixou o porto de Santos nos últimos dias de janeiro de 1917 chegando ao porto do Rio de Janeiro em 01 de fevereiro. No dia 03 zarpar para Recife, de onde seguiu para o porto de São Vicente (Arquipélago de Cabo Verde- Portugal) e, depois, para Funchal (na Ilha da Madeira-Portugal). Dali saiu a 26 de março, com previsão de chegar no Havre (França) em 05 de abril. Do incidente resultaram a perda do navio, de sua carga e de três (03) tripulantes.

¹²⁴Uma terceira empresa, a *Companhia Nacional de Navegação Costeira*, com 20 vapores, dedicava-se apenas às rotas da costa brasileira. Seus navios eram os famosos “ita”: Itajubá, Itaúna, Itaituba, Itapoan, Itapura, dentre outros. Havia ainda companhias menores que faziam rotas estaduais. Nas navegações transoceânicas para o Brasil operavam diversas companhias estrangeiras (espanhola, inglesa, italiana, sueca, norte-americana, holandesa, francesa).

militar de suas cargas (não eram contrabando de guerra), pela pouca expressividade do Brasil no cenário político internacional, por seu pequeno poderio militar (não seria compensador empregar os poucos recursos bélicos alemães em momento crítico da guerra contra alvos de baixa potencialidade) ou ainda por especial deferência do governo alemão para com o governo brasileiro em vista do histórico de boas relações diplomáticas, comerciais e de amizade entre os dois países. A notícia apresentava a lista e a tonelagem dos navios da CCN em trânsito pelo Atlântico com suas respectivas cargas de café.¹²⁵

Dois dias após a notícia deste naufrágio (domingo, 08 de abril de 1917), não havia registro de alterações na política externa brasileira em razão do ocorrido. O destaque do noticiário era o aniversário do rei da Bélgica. O ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, enviou telegrama ao rei em nome do Governo, do Ministério e em seu próprio nome. Um trecho do jornal apresentava o despacho, em francês, que a Liga Brasileira pelos Aliados havia remetido à Bélgica expressando solidariedade ao martírio do povo belga na guerra e em apoio ao “simpático e majestoso rei, sábio e providencial”.

Na edição do *Jornal do Commercio* da segunda-feira seguinte (09 de abril de 1917), João da Silva Peixe, comandante do vapor *Paraná*, dizendo ter reconhecido o submarino alemão, dava ao público a certeza de sua constatação. Um leitor mais atento, contudo, com base no teor daquela matéria, questionaria a falta de elementos capazes de permitir a um naufrago assegurar a diferenciação entre um submarino alemão e um submarino pertencente a outro país qualquer. Nas circunstâncias em que devia se encontrar o comandante do navio¹²⁶, não teria sido tarefa das mais fáceis identificar, com certeza, um submarino agressor. Ao que parece, o propósito da matéria não era informar o público, mas o de despertar no leitor certo estado de ânimo.

Nesta mesma edição do jornal constava que o chefe de polícia, por precaução, havia solicitado que as manifestações de populares fossem pacíficas, lembrando “nossa tradicional hospitalidade e os direitos assegurados por lei aos alemães no Brasil”. Na seção “Gazetilha”, sob o título “*A agitação patriótica*”, o articulista descrevia a alteração de ânimo dos

¹²⁵ *Jornal do Commercio* (RJ), 06 de abril de 1917 (sexta-feira), p.2.

¹²⁶ O comandante do navio era o responsável por sua embarcação, pela carga que transportava e pela vida de seus tripulantes. Como naufrago, lutando pela sobrevivência, abandonado à própria sorte no mar, no escuro e no frio da noite, tendo colegas feridos em botes salva-vidas e sabedor de que outros possivelmente teriam falecido, dificilmente teria mantido a calma e a serenidade para efetuar identificações com elevado grau de certeza. Ressalte-se que um submarino, por questão de segurança, tão logo efetuasse um disparo, procuraria se evadir da área para não ser localizado.

populares em decorrência do torpedeamento do vapor *Paraná*. Dizia a matéria que, apesar de não se haver programado nenhuma manifestação e de se ter tido um domingo chuvoso,

[...] houve agitação nas ruas. Grupos muito numerosos, segundo a redação dos jornais, andaram à tarde e à noite dando entusiásticos vivas à pátria e aos aliados contra a Alemanha. Um desses grupos era constituído principalmente por reservistas das linhas de tiro (...). O delegado proibiu um comício no Largo de São Francisco de Paula.¹²⁷ À noite, uns grupos de rapazes patriotas se dirigiram ao Palácio Itamaraty para ouvir explicações do ministro Lauro Müller, que não estava. Pretendiam caminhar até o Palácio do Catete, mas desistiram.

Não deixa de ser inusitado grupos numerosos de jovens tenham se reunido numa noite chuvosa de domingo para se dirigir, em protesto, a um órgão do governo que, sabidamente, estaria fechado (não aberto ao público, sem expediente). As circunstâncias em que se dera a suposta manifestação levanta suspeição quanto à veracidade e intensão da matéria, ainda mais se confrontada com a prática relatada por Olavo Bilac em sua crônica “*Meetings do Largo de São Francisco*”, de 23 de abril de 1902. Nesta época, quando ainda não existiam a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) nem a Praça Marechal Floriano (hoje mais conhecida como Cinelândia), era o Largo de São Francisco a praça de melhor frequência da cidade, situada no final da Rua do Ouvidor. O Largo de São Francisco era o local mais procurado para a realização de manifestações, discursos políticos e protestos. Incrédulo, Bilac inicia assim o seu texto: “Parece que houve ontem um *meeting*...”. Prossegue dizendo que “nas esquinas da rua do Ouvidor cartazes incendiários” concitavam o povo a reunir-se em protesto de indignação. E relatava como se faziam a maioria destas manifestações:

O orador fica postado no meio do largo, à espera do auditório. Mas as gentes, que passam, vão com fome e não reparam naquele demagogo que se dispõe a plantar na terra o domínio da Justiça e da Liberdade. E ao cabo de meio hora de espera, o orador, vendo que o auditório não vem, acende um cigarro e vai dizer aos jornais que cinco ou seis mil pessoas, arrastadas e convencidas pela sua eloquência, votaram e deliberaram isto, aquilo e mais aquilo.¹²⁸

¹²⁷Esta praça, hoje conhecida popularmente apenas por “Largo de São Francisco”, era ponto terminal e de partida de linhas de transportes coletivos e de veículos para frete. Era local de intensa movimentação abrigando, em seu entorno e imediações, casas comerciais, restaurantes e cafés. Dali se tinha acesso à Rua do Ouvidor, a mais movimentada, elegante e famosa do país, com lojas de moda, livrarias, escritórios de advocacia e sede de jornais de grande circulação.

¹²⁸ SIMÕES JÚNIOR, 2011, p. 82, 83.

Bilac acrescia que, desta forma, o tribuno não ficava rouco, a normalidade da vida urbana não se alterava, a polícia não era acionada. Mas, desacreditando da imprensa como fonte de informação, concluía que ela cumpria seu papel de gerar notícias de acordo com certos interesses, nestes termos: “E notem que nem por isso a ação dos *meetings* é menos eficaz...”.¹²⁹

O *Jornal do Commercio* do dia seguinte (terça-feira, 10 de abril de 1917), em sua primeira página, trazia pequenas notas de periódicos de São Paulo sobre os reflexos da “*Conflagração na América*” naquela cidade. Na página 2 (dois), dizia: “Repetiram-se aqui pequenas manifestações de desagrado nas ruas, por motivo do torpedeamento do vapor ‘Paraná’, reinando, entretanto, a melhor ordem”. Ao que parece, em São Paulo, cidade de intensa vida financeira, industrial e comercial, as manifestações populares ocorriam em menor proporção, sem a frequência, sem os alardes e sem as repercussões daquelas que se davam na Capital Federal, centro político do país.

Mas se no Rio de Janeiro e em São Paulo reinava ainda a ordem nas manifestações populares contra o incidente envolvendo o vapor *Paraná*, o mesmo não se pode dizer quanto aos protestos no Rio Grande do Sul, onde se deram reações violentas contra os imigrantes alemães, contra seus descendentes e suas propriedades. Em Bagé, o jornal *Correio do Sul* registrava que incêndios e numerosas depredações haviam ocorrido nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Alegrete e Santa Maria. Segundo o jornal *O Dever*, também de Bagé, no dia 10 de abril, “verdadeira multidão percorreu as ruas de Porto Alegre empunhando a bandeira do Brasil, fazendo uso da palavra vários oradores, produzindo discursos patrióticos”. A matéria enaltecia a “generosa e devotada” mocidade bajeense que sacudira a alma popular dando provas “de espírito patriótico” ao organizar uma “imponente coluna cívica, com o intuito de patentear solidariedade ao governo do país na questão do *Paraná*”, fazendo-o de modo “firme, resolutivo e digno, sem incorrer em excessos”.

Porém, nas manifestações nos dias seguintes, registraram-se excessos por parte de grupos exaltados. O jornal *Correio do Sul* reproduziu ponderados comentários de um dos oradores bajeenses, Senhor Camilo Teixeira Mércio. Lembrava ele que “a bem pouco tempo os brasileiros, pela imprensa, pela tribuna, pelas ruas, verberavam e fulminavam o procedimento dos alemães” que, dizia-se, invadiam os países aliados violando também os

¹²⁹ SIMÕES JÚNIOR, 2011, p. 83.

lares, destruindo e incendiando os templos. Agora, “para serem coerentes com suas ideias”, deviam os brasileiros respeitar os direitos e as propriedades dos alemães no Brasil. Indagava ele por qual razão se devia atacar propriedades alheias levando o desacato e o terror a alemães inocentes, se estes “ainda ontem eram nossos amigos, que se sentavam à nossa mesa nas festas íntimas, que contribuíam com os esforços dos seus braços e com os recursos dos seus cérebros para a riqueza e para o engrandecimento da nossa pátria”. Cobrava das autoridades as providências urgentes para que não se deixasse ao desamparo a colônia alemã, entregue “à sanha dos exaltados, na iminência de ser trucidada pelas turbas que se amotinam”. E arrematava: “Nós, que condenamos a barbaria, não podemos ser bárbaros; nós, que condenamos o crime, não podemos ser criminosos”.¹³⁰

O *Jornal do Commercio* do dia 10 de abril de 1917 (terça-feira) trazia notícias recentes da guerra, mas apenas na página quatro fazia referências ao Brasil. Antes, teve destaque, por exemplo, a mensagem da revista *Nouvelle de France*, que agradecia o envio do folheto “*Gloire a notre France eternelle*”, escrito pelo Senhor Augusto de Araújo Gonçalves, um dos fundadores e membro da Liga Brasileira pelos Aliados. A revista francesa dava ainda a conhecer ao público as iniciativas da referida Liga e anunciava a fundação da revista “*France-Brésil*” destacando, desta forma, a aproximação sentimental entre intelectuais de ambos os países. Constava também desta edição do jornal notas sobre o torpedeamento do vapor *Paraná* e sobre manifestação a se realizar em louvor do senador Rui Barbosa, motivo pelo qual o comércio da cidade fecharia mais cedo.¹³¹

A 11 de abril de 1917 (quarta-feira), uma semana após o sinistro com o *Paraná*, o *Jornal do Commercio* reiterava a notícia da manifestação que a Liga Brasileira pelos Aliados organizaria em homenagem ao conselheiro Rui Barbosa. O jornal concitava o povo a comparecer ao evento, que se iniciaria “às 5 horas da tarde” daquele dia, frente ao Teatro Municipal. O “meeting”, como se dizia à época, contaria com a participação de representantes de várias legações diplomáticas dos países aliados. Os manifestantes caminhariam até o prédio da redação do *Jornal do Commercio*, de onde Rui Barbosa viria à sacada e falaria ao público.¹³²

¹³⁰FLORES, Hilda A. Hübner; NEUBERGER, Lotário. (org.) *1ª Guerra Mundial: reflexos no Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2014, p. 108, 109, 110, 111.

¹³¹*Jornal do Commercio* (RJ), 10 de abril de 1917 (terça-feira), p. 3, 4.

¹³²*Jornal do Commercio* (RJ), 11 de abril de 1917 (quarta-feira), p. 2.

Um sinal de que os ânimos se exacerbavam foi a notícia, constante da mesma página do supracitado jornal, sobre a criação do *Comitê Acadêmico Pró-Mobilização*. Dizia a matéria que o referido comitê seria uma sociedade nacional propagadora da necessidade de mobilização imediata a fim de que o Governo pudesse formar “um exército com elementos bastantes para a defesa sagrada da pátria”. Conclamava o povo para um “meeting” na Praça Floriano¹³³, às 16:00 horas, em apoio ao Governo, para demonstrar que a sociedade estava “pronta para todos os sacrifícios necessários à desafronta de sua honra, ofendida com o torpedeamento do *Paraná*”. Esboçava-se um sentimento de urgência na preparação para a defesa do País. Neste sentido, criavam-se comitês, associações, ligas. Diante do clima inamistoso, com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, o Senhor Paulo Hasslocher declarou a suspensão, no Rio de Janeiro, das atividades da *Liga Pró-Germânica*.¹³⁴

Sob a legenda “*A agitação patriótica*”, o jornal dava continuidade ao tema aludindo à manifestação supracitada, ocorrida no dia anterior. Na ocasião, haviam discursado cinco oradores. Após o comício, segundo o jornal, o povo desceu a Avenida Rio Branco cantando o Hino Nacional. Depois de percorrer várias ruas da cidade, com bandeiras do Brasil e dos Aliados, os manifestantes pararam frente ao Consulado Alemão, onde “traduziram em assovios e em morras a sua indignação contra o Império tedesco”. Dizia a matéria:

As nossas ruas principais apresentaram, por vezes, ontem à tarde e à noite, o bonito espetáculo da onda popular entusiástica, protestando [...] contra o miserável atentado de que foi objeto o vapor nacional *Paraná*. Os transeuntes habituais, quando passou a manifestação, descobriram-se e davam, em seus aplausos, a solidariedade ao movimento dos moços. A letra do Hino Nacional era cantada frequentemente pelos manifestantes que então caminhavam de cabeça descoberta, como sinal de veneração à grandeza da pátria, ferida em sua soberania pela agressão alemã. De muitas casas, a cujas janelas afluíam os moradores, recebiam os manifestantes, momento a momento, a adesão das palmas e dos vivas irreprimíveis.¹³⁵

¹³³ Situada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, esta praça tornou-se vulgamente conhecida como Cinelândia, em virtude da instalação de vários cinemas em suas proximidades, a partir da década de 1920.

¹³⁴ *Jornal do Commercio* (RJ), 11 de abril de 1917 (quarta-feira), p. 4. A *Liga Pró-Germânica*, ou *Liga Brasileira Pró-Germânia*, de atuação discreta, dedicava-se fundamentalmente à preservação, valorização e difusão da cultura alemã no Brasil, notadamente por meio de cursos de idiomas.

¹³⁵ *Jornal do Commercio* (RJ), 11 de abril de 1917 (quarta-feira), p. 4. (Grifos nossos) Cabe ressaltar que o ataque a um navio mercante trafegando em área conflagrada sob bloqueio militar não configurava atentado à soberania de um país, mas sim uma agressão à propriedade privada de pessoa jurídica. A versão do periódico transparecia não a finalidade de informar quanto aos acontecimentos, mas a intenção de induzir uma opinião.

Continuava o jornal dizendo que às 21 horas, naquela mesma Praça, tivera lugar outra manifestação na qual o público, acompanhado pela banda de música do restaurante Assório, do Teatro Municipal, cantara o Hino Nacional e a “Marselhesa”. Seguindo pela Rua do Passeio, a manifestação parou no Largo da Lapa, onde houve novo discurso. Dali, o grupo se dirigira ao Palácio do Catete. Dizia o periódico:

Na passeata pelo Centro da cidade, uma grande massa do povo percorreu várias ruas procurando saudar as redações dos jornais. O chefe de polícia, Doutor Aurelino Leal, não conseguindo demover a multidão, levou a comissão dos manifestantes à presença do presidente Venceslau Brás, de quem ouviram as palavras confortadoras de que o Brasil cumprirá o seu dever. Só então, entre brados altíssimos de regozijo, a multidão foi aos poucos se dissolvendo sem registro do mínimo fato desagradável.¹³⁶

No dia seguinte, uma quinta-feira (12 de abril de 1917), o *Jornal do Commercio*, em sua página quatro, descreveu a ocasião em que Luiz Guimarães Filho, representante do governo brasileiro, fez a entrega formal, em Petrópolis, do documento que notificava o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha.¹³⁷ Com o documento em mãos, sem poder esconder a consternação, mas com firmeza e sobriedade, o ministro germânico Adolf Pauli voltara para o interior de sua residência. Em seguida, recolheu a bandeira de seu país da frente da casa e, da parede da sala, retirou o escudo do Império Alemão. Referindo-se ao torpedeamento do vapor *Paraná*, dizia o documento do Governo brasileiro: “[...] o incidente não comporta, sinto dizê-lo, possibilidade de explicação ou negociação”. Nestes termos, o Governo do Brasil eliminava as possibilidades de um possível entendimento entre as partes. Aguardava-se, a partir de então, a ocorrência de outro incidente que justificasse a decretação de estado de beligerância do Brasil em relação à Alemanha.

Com o regresso de Silvino Gurgel do Amaral, ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim, os arquivos da legação brasileira e os interesses do Brasil perante o governo da Alemanha ficaram sob encargo da Legação do Brasil em Berna (na Suíça). Adolf Pauli e sua comitiva partiram para a Alemanha num domingo, em 08 de maio de 1917, a bordo do paquete *Rio de Janeiro*, deixando os interesses comerciais da Alemanha no Brasil

¹³⁶ *Jornal do Commercio* (RJ), 11 de abril de 1917 (quarta-feira), p. 4.

¹³⁷ Na manhã do dia anterior (11 de abril de 1917), às 10h:40min, haviam sido entregues os passaportes para que o diplomata alemão Adolf Pauli (representante diplomático do Império Alemão e Reino da Prússia) e sua comitiva deixassem o Brasil.

representados pelo Cônsul da Áustria-Hungria e os interesses políticos sob representação da Legação dos Países Baixos no Rio de Janeiro.¹³⁸

Na edição de sexta-feira, dia 13 de abril, às páginas quatro e cinco, o *Jornal do Commercio* participava que no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, às 03:30h da tarde do dia anterior, o presidente da República havia se reunido com os ministros da Marinha, do Exército, da Fazenda e com o das Relações Exteriores. Após a reunião, à noite, os ministros regressaram para a cidade do Rio de Janeiro onde Lauro Müller (ministro das Relações Exteriores) trabalhou “até altas horas” no Palácio Itamaraty, despachando documentos, intercalados por longos telefonemas ao presidente Venceslau Brás.

O jornal estampou manifestações de apreço ao Governo brasileiro, por parte dos países aliados e de autoridades diversas, pela decisão tomada. Personalidades influentes mais próximas ao Presidente da República, como Epiácio Pessoa (ministro do Supremo Tribunal Federal e futuro Presidente da República), Rodrigues Alves (senador e ex-Presidente da República) e Rui Barbosa (senador e presidente de honra da Liga Brasileira pelos ALiados) foram pessoalmente cumprimentá-lo. O texto aludia ao “[...] grande número de telegramas de felicitações e de solidariedade ao Governo pela atitude enérgica e digna assumida em face do atentado praticado contra o vapor Paraná”. O Governo obtivera apoio da classe política, da imprensa e da opinião pública.

Uma vez rompidas as relações diplomáticas, foram tomadas medidas mais rigorosas contra os súditos alemães e seus negócios no Brasil. A Marinha inspecionou os navios alemães surtos no porto do Rio de Janeiro, na noite do dia 12 de abril, alegando suspeição de sabotagem. Ao final de suas atividades, às 3 horas da madrugada, os inspetores reportaram não terem constatado qualquer irregularidade. Todavia, a manhã seguinte (sábado, dia 13) foi de intensa movimentação nas dependências do Distrito Naval¹³⁹. A segurança do local foi reforçada por um pelotão de 50 soldados do Batalhão Naval e, por volta do meio-dia, chegaram 350 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais que se juntaram a outros 280 marinheiros para atender às atividades planejadas de ocupação dos navios alemães que se encontravam nas águas da Baía da Guanabara. Formaram-se 14 destacamentos com 20

¹³⁸*Jornal do Commercio* (RJ), de 13 de abril de 1917 (sexta-feira), p.4, 5.

¹³⁹Área tradicional de unidades militares da Marinha desde a época colonial, situada no sopé do Morro de São Bento (onde se localiza a Igreja e o Colégio de mesmo nome), entre a Praça Mauá e a Praça Barão de Ladário, na região central da cidade do Rio de Janeiro.

militares cada, sob comando de um sargento, auxiliado por um cabo. Segundo o *Jornal do Commercio*, os inspetores foram bem recebidos a bordo dos navios alemães, em cada um dos quais permaneceu um destacamento de guarda. Contudo, o “*termo sobre o estado dos navios alemães*”, elaborado a seguir, declarava que estes estavam “com os seus cilindros de máquinas inutilizados”, o que os impossibilitava de se movimentarem.¹⁴⁰ Para o desenlace desta inusitada operação, tendo-se em vista os efetivos movimentados e as atividades desencadeadas, antevê-se uma azáfama nos preparativos, um intenso trabalho para a adoção de medidas administrativas e de ações logísticas decididas às pressas em várias unidades da Marinha na cidade do Rio de Janeiro.¹⁴¹

Os benefícios decorrentes do importante passo dado pelo Governo brasileiro logo se fizeram sentir. O *Jornal do Commercio* destacou que o ministro britânico Arthur Peel comunicara ao ministro Lauro Müller que o Governo de Sua Majestade havia autorizado a entrada na Inglaterra de 20.000 sacas de café do Brasil, no valor de 1.250.000 libras. Esperava-se que o Brasil, por seu peso específico na América do Sul, atraísse seguidores em suas decisões no tocante à guerra. O periódico ressaltou que a Bolívia prontamente seguira o exemplo do Brasil rompendo também sua neutralidade em favor dos Estados Unidos no conflito.

A propaganda nos cinemas e teatros crescia. Com frequência, o mesmo ambiente se prestava tanto à apresentação de peças teatrais quanto à exibição de filmes. À página 20 da supracitada edição do *Jornal do Commercio* (do dia 15 de abril de 1917), o Cinema Troça divulgava a exibição de “*A Desafronta*”, descrita como “peça da moda”, “o grande sucesso do momento”, sobre a decisão tomada pelo Brasil com relação às ações da Alemanha. Segundo o anúncio, o ator Henrique Alves recitava “os versos patrióticos da mais palpitante atualidade”. Enquanto isso, cresciam também o número de ocorrências envolvendo depredações, incêndios e agressões contra alemães e suas propriedades em Porto Alegre, no

¹⁴⁰*Jornal do Commercio* (RJ), de 14 de abril de 1917 (sábado), p. 5.

¹⁴¹Dentre as prováveis medidas podemos citar: convocação para reuniões, discussão das medidas a serem tomadas, designação de encarregados, distribuição de tarefas, emissão de ordens, elaboração e expedição de documentos, suspensão de licenças, contabilização do pessoal disponível, movimentação de pessoal de uma unidade militar para outra, solicitação e retirada de gêneros, confecção de refeições, listagem de pessoal e organização das equipes, orientação ao pessoal subordinado quando aos locais a serem guarnecidos, quanto aos procedimentos a serem adotados, designação e distribuição de embarcações, de combustíveis, armamentos e de munições, contagem, conferência e registro do material movimentado, e outras.

Rio de Janeiro e em Petrópolis.¹⁴²

As notícias de sinistros envolvendo navios nos mares da Europa, em particular nas rotas destinadas aos portos da França e da Inglaterra, não se constituíam mais novidades. Os riscos eram elevados, o que justificava a diminuição do tráfego naquelas rotas e o aumento no valor dos fretes e dos seguros de navegação, que refletiam no lucro dos comerciantes e sobre o preço final da mercadoria para o consumidor. Algumas companhias marítimas e certos governos restringiam sua navegação ou se negavam a transitar pelas áreas sob bloqueio. No dia 21 de abril de 1917 (sábado), o *Jornal do Commercio* noticiou que, em razão da ocorrência de sinistros envolvendo navios mercantes, as tripulações dos vapores brasileiros *Jacuhy* e *Mucury*, da Companhia de Comércio e Navegação, haviam se recusado a seguir viagem de Lisboa ao porto de Havre, na França. Quem se sujeitava a trafegar por estas zonas marítimas sabia dos riscos que corria.

O *Jornal do Commercio* do dia 23 de abril de 1917 divulgou a nota:

Conselho Diretor do Club de Engenharia reitera ao Excelentíssimo Senhor conselheiro Rui Barbosa seus aplausos pelos imortais princípios de civilização, de direito e de justiça tão brilhantemente formulados em sua memorável conferência de Buenos Aires.¹⁴³

Cabe ressaltar que tal pronunciamento não se dava apenas em razão da coincidência de modos de pensar, mas também em decorrência de relações de amizade e de confluência de interesses. Como parte da diretoria do Clube de Engenharia, onde a Liga Brasileira pelos Aliados mantinha sua sede e ali regularmente se reunia, constava o nome de Paulo de Frontin¹⁴⁴, membro da referida Liga e amigo íntimo de Rui Barbosa.

A Liga Brasileira pelos Aliados estendeu seus contatos para outras agremiações. O *Comitato de Propaganda per il Prestito Italiano*, por exemplo, realizou uma confraternização em homenagem à Liga. No evento, Rui Barbosa foi saudado por seu papel como líder do ressurgimento dos ideais nobres no Brasil, pois “não somente do comércio, indústria e riquezas se alimenta um grande povo” e ele, Rui, a quem se dedicava “os mais elevados protestos de estima e consideração”, se tornara, naquela guerra, “o motor idealista e

¹⁴²*Jornal do Commercio*, de 18 de abril de 1917 (quarta-feira), p. 5.

¹⁴³*Jornal do Commercio* (RJ), de 23 de abril de 1917 (segunda-feira), p. 2.

¹⁴⁴ André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) era engenheiro. Foi deputado, senador e prefeito do Distrito Federal.

o auxílio à vitória” das armas aliadas.¹⁴⁵

A coluna “Ontem”, na primeira página do *Jornal do Commercio* do dia 23 de maio de 1917, trazia, em breves palavras, a notícia: “Foi posto a pique, por um submarino alemão, em frente a Brest, o vapor brasileiro *Tijuca*”. Seguiam-se chamadas para diversas outras matérias e só na página 4 o periódico descia a detalhes quanto a este incidente. Ali, o título da matéria, agora em tipos maiores e em negrito, dizia: “Outro navio brasileiro torpedeado pelos alemães”. O texto era extenso, subdividido em vários tópicos.¹⁴⁶

O naufrágio teria ocorrido às 22:40h do dia 20 de maio (domingo), a 5 milhas (cerca de 9km) a sudoeste de Pierres Noires, quando o navio rumava para o porto de Brest, na França. Soube-se do ocorrido em Paris por volta das 09:30h da manhã do dia seguinte, mas os telegramas oriundos das legações brasileiras em Londres e Paris transmitindo o fato ao chanceler Nilo Peçanha só teriam chegado às 22:30 h daquele dia (21 de maio, segunda-feira), portanto, quase 24 horas após o ocorrido.

Na manhã do dia seguinte (22 de maio, terça-feira) houve uma reunião inicial no Palácio do Catete para tratar do assunto. Às 14:00 h dava-se a reunião ministerial e meia hora depois emitia-se mensagem à Câmara dos Deputados para deliberação do Poder Legislativo. Os jornais apenas abordaram o assunto no dia 23 (quarta-feira), atendendo ao pedido do ministro Nilo Peçanha, que julgava mais prudente só vir a público o caso depois que o Governo tivesse colhido dados mais precisos para poder deliberar sobre assunto desta ordem. Para o jornal, o incidente consistia em “novo crime da barbárie alemã”, representando “nova e grave afronta ao pavilhão brasileiro”.

Interrogado sobre a possibilidade do Brasil entrar na guerra contra a Alemanha, Nilo Peçanha respondeu: “O Brasil não declara guerra a nenhuma nação. O Brasil se defende. A Alemanha, sim, é que declarou guerra a todos os neutros, quando lhes comunicou que resolvera torpedear indistintamente os seus navios mercantes”. No dia 24 de maio (quinta-feira), à página 3, o *Jornal do Commercio* divulgou que o Senhor Nilo Peçanha, após reunião com as Comissões de Diplomacia do Senado e da Câmara, às 23:00h do dia anterior, havia enviado nota à Câmara dos Deputados dando ensejo ao projeto de lei para a revogação

¹⁴⁵*Jornal do Commercio* (RJ), de 27 de abril de 1917 (sexta-feira), p. 3.

¹⁴⁶Eram eles: “No Catete”, “No Itamaraty”, “Os telegramas atuais”, “As providências do Governo no Brasil e na Europa”, “Na Câmara”, “O Tijuca”, “A tripulação do Tijuca”, “O comandante do Tijuca”, “Na Companhia de Comércio e Navegação”. *Jornal do Commercio* (RJ), de 23 de maio de 1917 (quarta-feira), p. 4.

da neutralidade do Brasil face à guerra entre os Estados Unidos da América e o Império Alemão.

Naquele mesmo dia (quinta-feira, 24 de maio de 1917), a Liga Brasileira pelos Aliados redigiu uma moção, tornada pública na página 4 do *Jornal do Commercio* de 25 de maio (sexta-feira), em que dizia:

A Liga Brasileira pelos Aliados espera do Congresso Nacional a revogação do decreto que estabeleceu a neutralidade brasileira, em agosto de 1914; outrossim faz votos para que sejam tornadas extensivas a todas as nações aliadas as medidas lembradas em relação aos Estados Unidos.

Nesta mesma edição, à primeira página, constava que a “revogação da neutralidade do Brasil no conflito além-americano” havia se constituído em “assunto de largos comentários na imprensa europeia”.

Nesse ínterim, nota-se que a imprensa paulatinamente preparava o espírito popular para os passos subsequentes a serem adotados. Eram frequentes as notícias alusivas à constituição de novas “agregações patrióticas” e suas atividades: formação de tiros de guerra, reuniões para instrução, programa de treinamentos, marchas e exercícios de tática (“raids”), competições de tiro, demonstrações de tropas executando movimentos com armas, desfiles militares em eventos públicos e na abertura de “matches” (jogos) de futebol, participação em cerimônias cívicas com hasteamento da Bandeira Nacional, com cânticos de hinos e canções. Também ocorriam amiúde conferências e palestras sobre temas trazidos à tona em razão guerra (defesa da pátria, civismo, espionagem, cidadania, etc). As casas de espetáculos, teatros e cinemas incluíam em suas programações temas idênticos. Percebe-se que foi se desenhando e se desenvolvendo, pela imprensa, todo um clima em favor do ingresso do Brasil no conflito europeu.

Curiosamente, no dia 26 de outubro de 1917 (sexta-feira), dia da votação no Congresso da entrada do Brasil na guerra, o jornal *O Imparcial*, em sua primeira página, nada mencionava a este respeito. Esta foi dedicada inteiramente à situação na Europa com a manchete: “A Guerra Universal: O ímpeto da ofensiva Áustro-Alemã foi repelida pelos Italianos”. Seguia-se matéria sobre “A Situação dos Impérios Centrais” e notícias sobre a guerra em vários países. Assim prosseguiu até a página 3. Só na página 5 surge a chamada “O Brasil na Conflagração Européia” onde constava:

O governo, recebendo comunicação do torpedeamento de mais um vapor brasileiro, pede ao Congresso que reconheça e proclame o estado de guerra que nos foi imposto pela Alemanha. A Câmara e o Senado votarão, ainda hoje, as medidas sugeridas na mensagem do Senhor Presidente da República.¹⁴⁷

Outros foram o destaque, o enfoque e a importância dedicados ao fato pelo *Jornal do Commercio*.¹⁴⁸ Neste mesmo dia (26 de outubro de 1917, uma sexta-feira), em sua primeira página, este periódico noticiou o torpedeamento do vapor *Macau*¹⁴⁹ como sendo a mais recente “provocação da Alemanha” contra o Brasil e transcreveu a mensagem que o Presidente da República encaminhara ao Congresso Nacional no dia anterior (quinta-feira, 25 de outubro de 1917), pela manhã:

Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegrama de Londres e de Madri, o Governo [brasileiro] acaba de saber que foi torpedeado, por um submarino alemão, o navio brasileiro “Macau” e que está preso o seu comandante. [...] Não há como [...] iludir a situação ou deixar de constatar [...] o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha.

[...] Parece chegado o momento, senhores [...], de caracterizar na lei a posição de defensiva que nos tem determinado os acontecimentos, fortalecendo com aparelhos de resistência nacional e completando a evolução de nossa política externa à altura das agressões que vier a sofrer o Brasil.¹⁵⁰

No tocante ao extrato acima, cabem algumas observações: em primeiro lugar, quanto à autoria do sinistro, não havia ainda a confirmação ou constatação inequívoca de que o ataque ao mercante partira efetivamente de um submarino alemão; segundo, a Alemanha não impusera ao Brasil estado de guerra, mas supostamente havia atentado contra um navio mercante que assumira o risco de trafegar por área conflagrada sob bloqueio militar; em terceiro lugar, o *Macau* não era um navio brasileiro, mas sim o navio alemão *Palatia* do qual o Governo brasileiro se apossara rebatizando-o para emprego no comércio em favor da França, inimiga da Alemanha na guerra; quarto, a posição defensiva do Brasil já estava tradicionalmente consagrada em sua norma constitucional não carecendo de lei inferior

¹⁴⁷Jornal *O Imparcial*, de 26 de outubro de 1917 (sexta-feira), p.5.

¹⁴⁸Este detalhe chama a atenção para a necessidade de comparar a repercussão dada ao fato por outros periódicos, aspecto que não será aqui aprofundado devido às limitações de tempo e de espaço e por fugir ao recorte temático adotado para esta pesquisa.

¹⁴⁹(*Grifos nossos*) O vapor *Macau* não era um navio brasileiro. Tratava-se do navio alemão *Palatia*, um dos 42 navios alemães abrigados no Brasil por acordo diplomático, do qual o Governo brasileiro se apossara como retaliação aos afundamentos sofridos por navios brasileiros na Europa, atribuídos a submarinos alemães.

¹⁵⁰*Jornal do Commercio*, de 28 de outubro de 1917 (domingo), p. 3.

nesse sentido; quinto, o fortalecimento dos “aparelhos de resistência nacional” consistiram em medidas defensivas de proteção do território e do litoral do Brasil¹⁵¹; sexto, por “evolução de nossa política externa” entenda-se a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha, ao lado dos Estados Unidos e em favor da causa aliada, conforme já vinha sendo articulado; e, por último (mas não somente), não há justificativa nem explicação clara, ressalvada a motivação sentimental a despertar na opinião pública, para a prisão do comandante de um navio mercante. Os submarinos daquela época eram pequenas embarcações com sérias restrições de espaço, o que dificultava a convivência a bordo. Sua tripulação vivia em estado permanente de tensão, mormente se em situação de combate. Ademais, a tarefa atribuída à tripulação do submarino para identificar, entre os náufragos, o comandante do navio e seu dispenseiro e trazê-los para bordo demandava um tempo precioso que poderia ser fatal.¹⁵² Também inexplicável é a ausência de interesse do Governo brasileiro, durante e mesmo após a guerra, de localizar e resgatar seus patrícios capturados. Este assunto, definitivamente, carece de melhor explicação.

Na Câmara dos Deputados, o líder da maioria, Senhor Astolfo Dutra, sob aplausos, louvou a “atitude enérgica e patriótica do Governo” ao declarar guerra à Alemanha. Também em apoio ao Governo discursaram os deputados Maurício de Lacerda e Gonçalves Maia. A mensagem foi remetida à Comissão de Diplomacia, de onde se esperava sair a declaração de guerra. Neste dia, o editorial do *Jornal do Commercio* apresentava o título “*A derradeira provocação da Alemanha*”, desconsiderando o fato de que a tentativa brasileira de reiteradamente ignorar um bloqueio militar em área conflagrada podia ser considerado também uma provocação, se não uma atitude beligerante. Assim constava na introdução do texto: “Ecoaram dolorosamente no seio da opinião nacional as notícias oficiais ontem divulgadas e relativas ao torpedeamento do ‘*Macau*’ por um submarino alemão”. Apresentava, ao longo do texto, sua visão sobre o assunto e sua opinião quanto aos alemães nos seguintes termos: “Sabe-se a pertinácia do alemão na maldade. Ele teve o cuidado de

¹⁵¹As fortificações nas fronteiras e no litoral do Brasil foram reaparelhados de modo sumário, os navios da Armada Nacional foram redistribuídos por zonas marítimas e intensificou-se a campanha pelo Serviço Militar Obrigatório com o estímulo à formação das linhas e sociedades de tiro.

¹⁵² A principal característica é manter-se incógnito. Se localizado, torna-se vulnerável. À superfície, fica desprovido de defesas. Por isso, ao disparar seu torpedo, o submarino denuncia sua presença e procura imediatamente se evadir para não ser perseguido e atacado. Para o submarino em combate, manter-se na área do ataque em busca de prováveis prisioneiros ou sobreviventes é totalmente contraindicado, visto como um ato suicida.

educar o seu engenho quase exclusivamente para poder requintar a ciência de destruir. Toda a excelência da cultura desse povo foi posta a serviço da crueldade [...]”.¹⁵³ Fica evidente, nesta passagem, a intenção de demonizar o povo alemão como inimigo, sentimento necessário para induzir as massas populares a aceitarem a decisão extrema de ingressar o país numa aventura bélica.

Quanto à conduta a ser adotada pelo Brasil, o texto, na mesma página, recomendava: “[...] devemos aceitar com jubilosa firmeza e serena energia a fatalidade do destino. [...] A nação inteira confia que o Presidente e o Congresso saberão desagrá-la castigando do melhor modo a insolência alucinada da Alemanha”. Prosseguia alegando que a Alemanha teria, “por força, de ser vencida e esmagada para que a civilização, a paz e a bondade” pudessem “continuar brilhando sobre a face da Terra, como Deus quis e manda Jesus [...]”.

O torpedeamento de navios que tentavam furar o bloqueio submarino não era uma fatalidade ou algo acidental, mas um ato de guerra que se repetia regular e deliberadamente. Naquelas circunstâncias, os riscos envolvidos eram do conhecimento geral. Causa surpresa não a ocorrência de afundamento de alguns navios mercantes brasileiros na área conflagrada sob bloqueio submarino alemão; surpresa causa, isto sim, é que tão poucos tenham sido os casos de afundamento de mercantes nacionais, dada a assiduidade com que nossos navios desconsideravam a declaração de bloqueio trafegando com assiduidade pela anunciada zona de guerra para comercializar com países inimigos do Governo alemão. Em sua nota, a Liga Brasileira pelos Aliados antecipava que o Presidente da República e o Congresso Nacional saberiam “o melhor modo” de “castigar” a Alemanha e que esta, “vencida e esmagada”, seria condição *sine qua non* para assegurar que a paz e a bondade reinassem na Terra. O Brasil, com sua pouco expressiva participação na política internacional, com sua pequena estatura diplomática, com sua debilidade econômica e com sua fragilidade militar, não teria condições de “castigar” a Alemanha, como dizia a matéria do jornal. Ademais, a Humanidade e a História, com seus fatos notáveis e recorrentes, provariam que não seria a derrota da Alemanha que haveria de assegurar a realização do sonho da paz perpétua. A Liga, mais uma vez, acertava na forma e na retórica para se equivocar no conteúdo e na prática.

¹⁵³*Jornal do Commercio* (RJ), de 28 de outubro de 1917 (domingo), p. 3.

A Liga Brasileira pelos Aliados, em sua sede no Clube de Engenharia (na Avenida Rio Branco, nº124, no Centro da cidade do Rio de Janeiro), hasteou a bandeira do Brasil ladeada pelas bandeiras dos Estados Unidos da América, da França e da Inglaterra. Em nota no *Jornal do Commercio*, a Liga recomendava que, nas próximas eleições, o povo elegeisse para Presidente da República o candidato cujas características e valores fossem idênticos àqueles defendidos por Rui Barbosa¹⁵⁴. Isto nos faz inferir que Rui usava a Liga e se valia do referido periódico, possivelmente sob influência e custeio das legações diplomáticas dos países aliados no Brasil, como plataforma para se projetar no cenário político nacional e internacional tendo em vista o cargo máximo do País, a que sempre cobiçara e ao qual concorreria pela quarta vez.

O projeto de lei relativo à entrada do Brasil na Grande Guerra era de autoria do deputado Coelho Neto, membro da Comissão de Constituição e Diplomacia da Câmara e, concomitantemente, membro da comissão executiva da Liga Brasileira pelos Aliados. A Comissão de Diplomacia e Tratados do Senado deliberou em sessão secreta, cuja reunião terminou às 14:00h, sendo o projeto com parecer encaminhado à Comissão de Finanças, “que o assinou imediatamente”. Quinze minutos depois, a Câmara dos Deputados se reuniu com 153 parlamentares, pois, de acordo com o jornal, só 54 deputados (cerca de 25% do total) estavam ausentes. No Senado, a sessão foi aberta duas horas depois, às 16:15h.¹⁵⁵ Paradoxalmente, Nilo Peçanha, que havia pouco tempo, como membro do Congresso Nacional, tinha sido responsável pela redação do projeto sobre o arbitramento em caso de desentendimentos internacionais, desta feita, como ministro das Relações Exteriores, referendou o decreto de declaração de guerra entre o Brasil e a Alemanha sem defender que as questões em litígio entre os dois países fossem submetidas ao recurso arbitral ou aos tribunais internacionais.

Na tarde daquela sexta-feira, dia 26 de outubro de 1917, às 17:00h, “grande massa popular composta de pessoas representativas de todas as classes sociais”, reunira-se na Praça Marechal Floriano Peixoto (hoje mais conhecida como Cinelândia). Ao saber da aprovação do projeto de lei na Câmara dos Deputados e que Rui Barbosa a seguir o defenderia no

¹⁵⁴*Jornal do Commercio* (RJ), de 27 de outubro de 1917 (sábado), p. 3.

¹⁵⁵*Jornal do Commercio* (RJ), de 27 de outubro de 1917 (sábado), p. 3.

Senado, populares se dirigiram ao Palácio Monroe¹⁵⁶ portando bandeiras do Brasil e dos países aliados.

A entrada do Brasil na guerra deu-se, portanto, a 26 de outubro de 1917, com votação no Congresso Nacional em regime de urgência. Naquela altura dos acontecimentos, a Alemanha buscava estabelecer negociações de paz em separado com os Estados Unidos da América e o Brasil, por demorar em se decidir, estava fadado a perder a oportunidade de se alinhar aos vencedores e de auferir dividendos políticos e econômicos decorrentes do conflito. Alberto Sarmiento (deputado federal por São Paulo) apresentou projeto de lei que autorizava o Presidente da República a tomar as medidas necessárias ao preparo do País com vistas ao estado de guerra contra a Alemanha.

Disse o jornal *O Estado de São Paulo*, em edição de 27 de outubro de 1917: “A aprovação do projeto provocou vibrante manifestação de entusiasmo, que se prolongou por mais de dez minutos, num rumor de palmas, vivas, gritos delirantes de todos os lados e som de campainhas com que a mesa pretendia restabelecer o silêncio”. Com a divulgação do resultado da votação no Senado, “o povo prorrompeu em grandes aclamações, erguendo vivas ao Brasil, às autoridades e instituições republicanas”. Em seguida, grupos de manifestantes exibiram “seu ardor patriótico” frente às redações dos jornais.¹⁵⁷

Por essa ocasião, já o Senhor Urbano Santos, vice-presidente da República e presidente do Senado, comparecia ao Palácio do Catete. Pouco depois das 18:00h o chanceler Nilo Peçanha adentrou o palácio com o decreto para assinatura do presidente Venceslau Brás. Embora as fotografias históricas do simbólico ato de assinatura do decreto que “reconhece e proclama o estado de guerra provocado pela Alemanha contra o Brasil” mostrem apenas de duas a cinco pessoas no gabinete presidencial, ali estavam presentes quinze indivíduos, sendo nove militares e seis civis, detalhe que retrata a presença militar no

¹⁵⁶O Palácio Monroe foi projetado pelo engenheiro Francisco Marcelino de **Souza Aguiar** para representar o Brasil na Exposição Mundial de Saint Louis, no Missouri (EUA), em 1904. Finda a exposição, o prédio foi desmontado e reerguido no Brasil, entre 1905 e 1906, no final da Avenida Central (hoje, Avenida Rio Branco), de frente ao Teatro Municipal, do outro lado da Praça Marechal Floriano (hoje mais conhecida como “Cinelândia”). O Palácio recebeu este nome como homenagem ao Presidente James Monroe, dos Estados Unidos da América, quando o Rio de Janeiro sediou a Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906. Abrigou o Senado Federal. Com as obras para a construção do metrô, em 1976, o Palácio Monroe foi demolido. Em seu lugar construiu-se a Praça Mahatma Gandhi, em cujo subsolo existe um estacionamento para veículos. Disponível em :<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/04/que-fim-levou-o-palacio-monroe>. Acesso em 20/06/2016.

¹⁵⁷*Jornal do Commercio* (RJ), de 27 de outubro de 1917 (sábado), p. 3.

governo republicano e simboliza o respaldo militar (tácito ou expresso) à decisão presidencial.¹⁵⁸ O *Jornal do Brasil* destacou que, mais tarde, populares se aglomeraram frente ao Palácio Itamaraty, de cuja sacada o chanceler Nilo Peçanha proferiu um discurso após o qual um grupo de jovens estudantes desfilou rumo à Avenida Rio Branco portando bandeiras dos países aliados, entoando hinos e canções.

O Brasil em estado de Guerra

No sábado, 27 de outubro, o *Jornal do Commercio* estampou notícia com o título “O Brasil na Guerra”, em sua página 3 e, para tratar da reação popular, intitulava a matéria como “Manifestações patrióticas”, em sua página 5. Chamava atenção o fato de, mesmo em se tratando da entrada do Brasil num conflito internacional, evento histórico de indiscutível interesse e importância para o país, estas matérias não ganhavam a primeira página dos periódicos, que continuavam a retratar ali as situações já corriqueiras dos grandes centros da Europa e dos Estados Unidos da América.

Atitude diferente teve o jornal *O Estado de São Paulo*. A coluna “O Brasil na Guerra” ocupou toda a primeira página e os principais espaços da edição do dia 26 de outubro de 1917 (sexta-feira) com matéria oriunda da cidade do Rio de Janeiro, do dia anterior (25 de outubro, quinta-feira). Traz em destaque o título “Torpedeamento do vapor Macau” e, como subtítulos, “O senhor Presidente da República pede autorização ao Congresso para declarar o estado de guerra com a Alemanha” e “O senhor Rui Barbosa é chamado ao Itamaraty”. Percebe-se, aí, dentre os inúmeros detalhes relatados, dois dados dignos de realce: o jornal antecipava o importante passo a ser dado pelo Governo (declarar estado de guerra) e o papel influente de Rui Barbosa, tanto junto ao Ministério da Relações Exteriores quanto frente à Presidência da República. A esse respeito, dizia o jornal:

Logo que o Governo foi informado oficialmente do torpedeamento do “Macau”, o senhor Nilo Peçanha, ministro das Relações Exteriores, escreveu uma carta ao senador Rui Barbosa comunicando-lhe o fato e

¹⁵⁸*Jornal do Commercio* (RJ), de 27 de outubro de 1917 (sábado), p. 3.

pedindo os seus conselhos acerca da situação que essa ocorrência vinha a criar para o Brasil.¹⁵⁹

Dizia o *Jornal do Commercio*, em sua coluna “O Brasil na Guerra”, que na cidade do Rio de Janeiro e pelo país afora a notícia da declaração de estado de guerra era motivo de naturais manifestações de patriotismo, revoltada que estava a alma nacional devido ao novo atentado de que fora vítima o Brasil. Estas exteriorizações de entusiasmo brasileiro, segundo o jornal, firmavam-se, acima de tudo, “no pensamento coletivo do país, representado por suas diferentes camadas sociais, todas unânimes em torno do gesto digno e altivo das altas autoridades da República”. Populares manifestavam seu apoio à decisão do Governo e mostravam firmeza ao receber a notícia da decretação do estado de guerra fazendo tremular a bandeira nacional junto à de outros países aliados pelas ruas, praças e avenidas, fato que afirmava a “serena confiança do povo nos destinos desse grande, belo e glorioso país”.¹⁶⁰

Na edição de domingo do *Jornal do Commercio*, o tema continuava em destaque vindo à tona detalhes de sua discussão no Congresso. O ministro Godofredo Cunha também discutiu o assunto no Supremo Tribunal Federal (STF) com estas palavras: “A nossa Constituição só permite a guerra se não houver lugar ou se malograr o recurso do arbitramento. Só a tolera, por conseguinte, em caso extremo de legítima defesa da honra, da integridade do território, dos direitos de soberania”. Lembrava que, nos regimes democráticos, o Parlamento era o órgão competente a autorizá-la, exceto em situações urgentes nas quais a demora poderia trazer prejuízos irremediáveis, como nos casos de invasão ou agressão estrangeira ao território nacional. Em tais circunstâncias, caberia ao Poder Executivo declarar imediatamente o estado de guerra.

O caso em apreço, contudo, não estava circunscrito a qualquer das condições previstas na Lei Máxima do Brasil, pois o ataque a navio mercante não configurava agressão ao território nacional (“guerra de conquista”) nem se consubstanciava em ataque à soberania ou à honra do País. Igualmente não havia urgência ou impedimento a que o Brasil recorresse aos tribunais internacionais ou a qualquer corte arbitral para a solução do caso, como haviam feito outros países em idênticas circunstâncias. A pressa demonstrada só se justifica diante da preocupação de se declarar beligerante à Alemanha antes que se iniciassem as conversações de paz, situação em que o Brasil perderia eventuais vantagens a serem

¹⁵⁹Jornal *O Estado de São Paulo*, de 26 de outubro de 1917 (sexta-feira), p.1.

¹⁶⁰*Jornal do Commercio* (RJ), de 28 de outubro de 1917 (domingo), p. 4.

auféridas, caso não entrasse efetivamente na guerra ao lado dos Aliados, nessa altura já evidentes vitoriosos na contenda. Porém, na avaliação do magistrado, o Poder Executivo da República, “com serena energia e ativa dignidade”, havia constatado o estado de guerra que a Alemanha impusera ao Brasil e que o Poder Legislativo, por seu turno, “com denodo e patriotismo”, viu na lei características da “posição defensiva que nos determinaram os acontecimentos”.¹⁶¹

Finalizando, o ministro Godofredo Cunha ressaltava a plena harmonia dos poderes constitucionais responsáveis pela segurança da nação, unidos na repulsa à agressão sofrida. O Brasil, por isso, aceitava a guerra, a qual parecia “querer devorar o mundo, com todo o seu cortejo de males, desgraças e infortúnios”. Dizia ainda que “não seríamos dignos de nosso honrado passado, das nossas gloriosas tradições de civismo e de amor à Pátria”, se por ventura tivesse sido outra a nossa atitude.¹⁶² Evidencia-se, desta forma, o esforço de retórica para defender e justificar a decisão tomada. Mais que enquadrar o incidente à luz do Direito, praticavam-se malabarismos linguísticos valendo-se de explicações sentimentais para justificar o interesse encoberto da maioria dos dirigentes do país em convencer a opinião pública da justa causa que se abraçava.

Em notória oposição à maioria pronunciaram-se o diplomata aposentado Manuel de Oliveira Lima e os deputados Dunshee de Abranches e Joaquim Pires. O primeiro dizia que, no caso brasileiro, ainda não havia justificativas para se adotar esse passo precipitado, pois a diplomacia verdadeira, praticada com franqueza e sinceridade (não a diplomacia dos acordos secretos), ainda não cumprira o seu papel e não haviam se esgotado os recursos para a solução pacífica de litígios. Antes disso seria criminoso lançar o povo a um derramamento de sangue.¹⁶³ O segundo, percebendo a inutilidade de seu antagonismo, disse que não apresentaria resistência àquele projeto de lei que levava o Brasil a uma guerra contra a Alemanha. Absteve-se de votar e, em protesto, retirou-se do plenário. O último foi a única voz a proferir claramente em plenário seu voto contra a declaração de guerra por dizê-la inconstitucional, de uma feita que as condições previstas na lei para tal caso não se haviam configurado. Os fatos apresentados como alegação para entrada na guerra não representavam

¹⁶¹*Jornal do Commercio* (RJ), de 28 de outubro de 1917 (domingo), seção “De Hontem”, p. 5.

¹⁶²*Jornal do Commercio* (RJ), de 28 de outubro de 1917 (domingo), seção “De Hontem”, p. 5.

¹⁶³LIMA, Oliveira. “O Sr. Lauro Müller”. In: SOBRINHO, Barbosa. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971. p. 254-256.

agressão ao território brasileiro nem desrespeito à soberania nacional. Disse que outros parlamentares tinham idêntica convicção, mas evitavam se expor, “receando parecerem menos patriotas”, diante da exaltação da esmagadora maioria.¹⁶⁴

A este respeito, Lima Barreto, já discriminado no meio literário e jornalístico, evitou polemizar não se aprofundando no assunto. Discretamente, assim se pronunciou: “Não posso dizer nada, e nada direi, mas aqui fica o meu protesto mudo. [...] o Lauro não quis dar o seu assentimento a tal coisa; o Nilo deu. Ao primeiro chamam de alemão; e ao segundo, de moleque?”¹⁶⁵. O cronista mostrava-se receoso diante da possível reação dos exaltados aliadófilos, mas ironicamente lembrava o paradoxo de se ter, na imprensa, movido campanha discriminatória contra Lauro Müller e se ter exigido sua exoneração do cargo de chanceler da República, em razão de sua ascendência germânica e diante de sua posição de neutralidade na guerra, enquanto, por outro lado, exaltava-se agora a figura de Nilo Peçanha que, no Ministério das Relações Exteriores, que assumira posição diplomática claramente tendenciosa e que, por suas conhecidas artimanhas políticas, era popularmente chamado de “moleque presepeiro”.¹⁶⁶

O jornal paulistano, em outra matéria, corroborava o que defendiam há tempos Manuel de Oliveira Lima, no campo diplomático, e Dunshee de Abranches, no plenário do Congresso. Ambos professavam a tese, na imprensa brasileira, de que aquela guerra era eminentemente comercial e econômica, uma disputa por mercados, fato para o qual o Brasil ainda não havia despertado. Contrapunham-se eles aos argumentos de Rui Barbosa e dos seguidores da Liga Brasileira pelos Aliados. A versão dos fatos, para estes, consistia na repetição do discurso adotado pela imprensa aliada na Europa e que se propagara pelo mundo através das agências de notícias Reuters e Havas, principalmente. Segundo estas, de forma simples, taxativa e esquemática, a Grande Guerra consistia na luta do direito, da justiça, da civilização e dos valores cristãos defendidos pelos aliados contra a injustiça, o militarismo, o imperialismo e a barbárie praticados pela Alemanha.

Oliveira Lima, particularmente, sofreu discriminação no Ministério das Relações Exteriores sendo preterido em suas pretensões profissionais por suas críticas com relação à

¹⁶⁴VINHOSA, 1990, p. 125, 126.

¹⁶⁵BARRETO, Lima. *Diário Íntimo- Fragmentos*. 2ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001, p. 36.

¹⁶⁶LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete (1897-1960)*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 88.

postura adotada pelo Itamaraty. Para ele, a diplomacia que o Brasil praticava, de “jantares e convescotes”, estava caduca. Devia-se praticar a difusão cultural do País e priorizar a defesa de seus interesses comerciais. Dunshee, por seu turno, apontava os males que os aliados vinham causando à economia nacional e, destacando as impropriedades do discurso de Rui Barbosa, defendia o não envolvimento do Brasil na guerra.¹⁶⁷

Monteiro Lobato foi outro intelectual que, a despeito de não contraditar diretamente nem fazer referência específica às ideias aliadófilas, discordava do discurso dominante quanto à Guerra na Europa. Para ele, envolver-se nessas questões tinha o efeito negativo de desviar nossa atenção dos problemas que realmente afligiam o Brasil. Ironizando, dizia-se possuidor da “imbecilidade de um calouro” por ter opiniões com “fundamentos grotescos” que não coincidiam com os argumentos do seu barbeiro e da maioria dos nossos jornalistas. Via a ausência de senso crítico grassando na sociedade brasileira na qual a maioria das pessoas se manifestava por inércia, desprovidas de reflexão própria.¹⁶⁸

Mais tarde, em 07 de setembro de 1918, na matéria “A América do Sul e os Aliados”, o jornal *O Estado de São Paulo* exibiu o entrelaçamento dos interesses diplomáticos, comerciais, financeiros e militares das embaixadas especiais americana e inglesa (a seguir viriam comissões de empresários e militares italianos e franceses) enviadas à América do Sul: extinguir o comércio alemão na região e ocupar o espaço proporcionado por este aniquilamento, sem que houvesse conflito entre os aliados. O embaixador Maurice Bunsen, chefe da missão britânica, ao ser entrevistado em Washington, no dia 05 de setembro de 1918, disse que “Ao passar pelas capitais e cidades mais importantes de quase todas as nações da América do Sul”, tivera “a satisfação de constatar que crescia o sentimento popular em apoio à causa aliada”. “Já esperávamos encontrar grande simpatia no Brasil, porque esta nação luta, de fato, pela nossa causa”, acrescentara. Acrescia que em várias repúblicas sul-americanas os governos se mantinham ainda em indecisa neutralidade quanto a tomar parte ativa no conflito mundial, mas que a opinião pública estava, “incontestavelmente”, com as nações da Entente. Não duvidava, portanto, que em breve

¹⁶⁷ A este respeito, Dunshee de Abranches publicou as seguintes obras: *A conflagração européia e suas causas* (Rio de Janeiro: Tipografia Almeida Marques, 1914), *A blacklist e o projeto Dunshee: em defesa da soberania e da neutralidade brasileira* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916), *A ilusão brasileira* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917) e *Ainda a blacklist* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917).

¹⁶⁸ JACOBSEN, Rafael Bán. *Da Pena à Espada: divergências ideológicas de Ruy Barbosa e Monteiro Lobato na Primeira Guerra Mundial*. In: FLORES; NEUBERGER, 2014, p. 206, 210, 211.

todos entrassem na guerra contra a Alemanha na certeza de que semelhante resolução só lhes poderia trazer vantagens. Ademais, deixando evidente o propósito principal da guerra, dizia:

A organização comercial que os alemães haviam tão habilmente alastrado em toda a América do Sul foi definitivamente destruída. Em alguns lugares os bancos alemães ainda funcionam, mas na verdade não realizam as mais insignificantes transações.

Quanto aos interesses ingleses e estadunidenses na região, disse que havia notado a serena e perfeita harmonia entre os homens de negócio das duas potências e que o mercado era “vastíssimo” para acolher o livre exercício de ambas as influências, mormente após a guerra, quando a Alemanha estaria “definitivamente aniquilada comercialmente na América do Sul”.¹⁶⁹ Era a confirmação da tese dos germanófilos.

O cinema, já muito difundido como diversão naquele começo de século, mostrou-se importante veículo da propaganda aliada. Nos diversos cines e teatros da capital paulista eram exibidos filmes de cunho militar, patriótico e nacionalista que faziam aflorar os sentimentos aliadófilos¹⁷⁰. O apelo propagandístico nos cinemas contra a Alemanha atingiu o auge com o filme *O Kaiser: o maior assassino do Universo*, que apresentava “ao culto publico paulista o soberano perverso que maquinou a invasão da Bélgica pacífica, a destruição das obras de arte, a profanação dos templos, a mutilação dos indefesos”. *O Kaiser* estaria em cartaz no Royal Theatre, à rua Sebastião Pereira, num único dia, com sessões às 19:30h e 21:00h. Prosseguia o anúncio:

O autor das desgraças de milhões de mulheres, da orfandade de milhões de crianças, das lágrimas de milhões de mães, do luto de milhões de lares. O soberano que [...] lançou seus exércitos, comandados por seus filhos, numa nefanda obra de destruição e de chacina.¹⁷¹

Sobre o mesmo filme, o anúncio da programação dominical do Theatro Guarany, à rua da Consolação, dizia:

Hoje, à noite, das 7 h em diante, sessões corridas. O maior acontecimento. O recorde do ano de 1918. *O KAISER. O maior assassino do Universo*. Vinde vê-lo! Vinde saciar a vossa ânsia de conhecer aquele

¹⁶⁹Jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de setembro de 1918 (sábado), p.2.

¹⁷⁰Os filmes exibidos nos cinemas paulistanos, em setembro de 1918, eram: *A caminho de Berlim*, *O Grito do Ipiranga: Liberdade ou Morte*; *A heroína da Independência*; *Os voluntários da pátria*; *O caminho do dever*; *Depois da batalha*; *Guerra em tempo de paz*; *As honras da Guerra*; *A vitória do Aisne*; *Na Ofensiva do Piave*; *O Tambor dos Granadeiros*.

¹⁷¹Jornal *O Estado de São Paulo*, 15 de outubro de 1918 (terça-feira), p. 11.

que destruiu centenas de igrejas, matou velhos e crianças, mandou desonrar mulheres.¹⁷²

Por aquela época, proliferavam pelo Brasil as ligas nacionalistas com seus diretórios regionais promovendo conferências em associações, clubes, escolas e universidades sobre temas diversos, desde o analfabetismo, o culto à língua, à saúde e higiene e à defesa nacional. Ao mesmo tempo, crescia o número dos tiros de guerra, das sociedades de tiro, dos grupos de escoteiros, das equipes desportivas. Era um movimento por todo o País que, no fundo, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, cultuava o nacionalismo, o patriotismo, valores cívicos, a defesa da pátria, o serviço militar obrigatório e o militarismo. O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, em sua edição de 08 de setembro de 1918 (página 3), divulgava as “Conferências patrióticas da Liga Nacionalista de São Paulo, na Escola Politécnica, com o título *Como se ama a pátria*¹⁷³, palestra na Faculdade de Medicina, sob o título *A Religião da Pátria*,¹⁷⁴ e a conferência em Campinas com o título *Formação cívica da mocidade*.¹⁷⁵ O jornal apresentava ainda pequenas notas sobre cerimônias cívicas em escolas e de entrega de bandeiras a grupos de escoteiros de várias partes do País.

Os valores cultuados e as exortações proferidas, inicialmente restritos aos quarteis, com a Grande Guerra, ganhou espaço na imprensa, influenciou a sociedade, teve boa acolhida nas escolas e contagiou também a Igreja. O Padre Landel de Moura¹⁷⁶, ao fundar o *Club de Nossa Senhora da Vitória*, disse que o concebera porque o amor da Pátria e o amor da religião se identificavam com o mesmo Deus. O nome escolhido para o clube, segundo ele, fazia lembrar “as grandes vitórias que, através dos séculos”, a raça latina obtivera “contra os invasores inimigos da civilização cristã”. A finalidade do clube era “tratar dos interesses dos aliados, estreitar cada vez mais os vínculos de amizade e de solidariedade e festejar condignamente todas as grandes vitórias que o gênio do Bem, da Justiça e da

¹⁷²Jornal *O Estado de São Paulo*, 20 de outubro de 1918 (domingo), p. 16.

¹⁷³Abordavam-se os seguintes tópicos: Moral e civismo, A liberdade, A defesa da pátria, As despesas da pátria, O voto, O júri, A língua, Ser bom, “*Lettre au prisonnier*” (uma ode à perseverança, ao amor, ao sofrimento e à resignação da mulher francesa que escreve ao marido preso pelo “*inimigo cruel e prepotente*”).

¹⁷⁴A palestra compreendia os seguintes temas: O que é a Pátria; Não bastam sentimentos; A liberdade; Liberdade e licença; A lei; As contribuições; O voto; A abstenção; As causas da abstenção; O voto obrigatório; A defesa da Pátria.

¹⁷⁵Os tópicos abordados foram: Amar a liberdade; Respeitar a lei; Pagar impostos; Cooperar na política; Falar bem a língua; Defender a pátria.

¹⁷⁶Roberto Landell de Moura (1861-1928) foi padre e inventor brasileiro. Formado em Teologia, Física e Química, iniciou experimentos de rádiotransmissão entre 1893 e 1894.

Liberdade” obtivessem “contra o gênio do mal, da prepotência armada e do servilismo”. Seu intuito era formar comissões de todas as nações aliadas beligerantes e de todas as classes sociais, intelectuais e operárias para desenvolverem iniciativas e projetos próprios em favor da causa aliada. Acrescia que, “todas as autoridades civis e militares, redatores, chefes de jornais e revistas” eram considerados “membros honorários mui prestimosos dessa bem nascida organização”.¹⁷⁷

Várias foram as lideranças que adotaram iniciativas para atrair o apoio popular à causa aliada. Porém, a voz de maior destaque nesse sentido foi a de Rui Barbosa. Discorreremos a seguir sobre sua atuação.

Rui Barbosa e o caminho para a Guerra

Rui Barbosa foi um dos mais conhecidos intelectuais e políticos brasileiros. Seu nome está presente como homenagem em diversos logradouros nas principais cidades brasileiras. Destacava-se como polemista no parlamento e por sua participação na imprensa escrevendo para os principais jornais do então Distrito Federal e da cidade de São Paulo, já então a mais próspera da federação. Como político, ocupara, desde o Império, importantes funções como parlamentar, ministro de Estado e candidato à Presidência da República. Seus escritos demonstravam notável erudição em diversas áreas do conhecimento. Sua pena e sua voz eram referências

Iniciado o conflito em 1914, Rui Barbosa, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, da tribuna do Senado, declarou não haver razão para que a crise da Europa nos assustasse. Estava preocupado com a política doméstica. Não se cansava de atacar o governo Hermes da Fonseca (1910-1914) denunciando, principalmente, sua perseguição à imprensa, suas arbitrariedades, a distribuição de privilégios aos seus apoiadores, a leviandade da vida palaciana no Catete. Faltando menos de dez dias para a sucessão presidencial, com três meses de transcurso da Guerra na Europa, o jornal *A Rua* estampou em sua primeira página, em duas edições sucessivas, o discurso proferido por Rui Barbosa no Senado condenando a influência da primeira dama, Nair de Teffé, sobre a postura do Presidente da República.

¹⁷⁷Jornal *O Estado de São Paulo*, 09 de outubro de 1918 (quarta-feira), p. 4.

Referindo-se a um recital de música brasileira promovido no Palácio do Catete para um grupo de convidados especiais, na noite de 26 de outubro de 1914, escreveu Rui:

[...] diante da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deviam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados, elevaram o 'corta-jaca' à altura de instituição social. [...] Mas o 'corta-jaca' de que eu ouvira falar há muito tempo, que vem a ser ele, Senhor Presidente? [...] A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. [...] Nas recepções presidenciais o 'corta-jaca' é executado com todas as honras da música de Wagner, e não se quer que a consciência deste país se revolte, que as nossas faces se enrubesçam e que a mocidade não se ria!¹⁷⁸

Rui Barbosa, ridicularizando o marechal Hermes da Fonseca, para quem perdera a corrida presidencial no pleito de 1910, depreciou os ritmos nacionais e enalteceu a música clássica alemã. Paradoxalmente, por esta época, músicas e danças exóticas, como o *maxixe* do Brasil, o tango argentino e o *one-step* norte-americano, eram sucesso de público em Paris.¹⁷⁹ Poucos meses depois, ao aderir à causa aliada na Grande Guerra, Rui Barbosa iniciaria uma longa campanha jornalística e parlamentar enaltecendo a latinidade e a cultura francesa ao mesmo tempo em que detratava a *kultur* alemã, o militarismo prussiano e a barbaria do povo germânico.

A adesão de Rui à causa aliada na guerra se deu de maneira gradual. Afinal, ele fora consagrado nacionalmente como o grande pacifista nas Conferências de Haia, defendendo o direito dos pequenos países se posicionarem internacionalmente em igualdade jurídica diante das grandes potências e ainda se mantinham na memória popular os termos e argumentos de que ele se valera na “campanha civilista”, contra o alegado militarismo de Hermes da Fonseca, nas acirradas eleições presidenciais de 1910. Na plataforma de sua campanha presidencial, lançada com festa no Theatro Polytheama de Salvador na noite de 14 de janeiro de 1910, e divulgada pela imprensa nos dias subsequentes, num dos vinte tópicos de seu discurso, aquele com o título “O que eu não farei”, constava: “Não me reconciliarei com o estado de sítio. Fugirei da sua calamidade como da revolução e da guerra”.¹⁸⁰ Dentro em breve, Rui, o grande defensor da paz, estaria apregoando a guerra.

¹⁷⁸Jornal *A Rua*, dias 06 e 07 de novembro de 1914.

¹⁷⁹RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 188.

¹⁸⁰*Jornal do Commercio* (RJ), 16 de janeiro de 1910 (domingo), p. 5.

As disputas entre jornalistas em apoio ou contrários à causa aliada na Grande Guerra já ganhava as ruas e Rui não podia continuar remando em águas passadas, até porque Hermes da Fonseca não reagia às suas provocações no Senado ou pela imprensa e, deixada a presidência, mudara-se para a Europa. Rui tinha que gerar polêmica ou defender uma boa causa que movimentasse a imprensa, trouxesse popularidade aos debatedores, que lhe desse ainda mais notoriedade e que fosse capaz de lhe gerar dividendos políticos para a próxima corrida presidencial. Confessaria ele mais tarde, em discurso no Senado Federal: “O meu lugar é nos dias de adversidade, nos dias de luta, nos dias de receio. Aí o meu espírito se eleva, dobram-se as minhas forças, e alguma coisa me impele a tomar um lugar obscuro, mas constante, entre os soldados da boa razão e da justiça”.¹⁸¹ Convinha esperar o momento oportuno.

Uma boa ocasião surgiu no dia 17 de março de 1915 (quarta-feira), com a fundação da Liga Brasileira pelos Aliados, cuja finalidade era “prestar apoio moral e beneficente aos brasileiros e estrangeiros dos países neutros cujas simpatias” na Guerra da Europa fossem em favor das “nações aliadas contra a Alemanha, Áustria e Turquia”. Ao assinar o termo de adesão, os associados declaravam-se convencidos de que, na Grande Guerra, “a verdade, a justiça e a razão” estavam com as nações aliadas que combatiam “o militarismo e o imperialismo alemães”.¹⁸² Rui Barbosa, escolhido para presidente de honra, não comparecia às suas reuniões e demais eventos, salvo aqueles em que ele era a atração principal. Nem na cerimônia de fundação da instituição ele se fizera presente cabendo a Graça Aranha proferir algumas palavras como justificativa para a ausência da personalidade máxima da associação. Rui, como de costume, alegara problemas de saúde. Porém, ressaltou-se, tempos depois, descrevendo-o para um colega português, o historiador Capistrano de Abreu asseverou: “É simples, bem-educado. [...] Acorda muito cedo, às quatro horas. Às dez horas da noite adormece. Não fuma, não bebe, vive [...] sem atacar o capital, disse uma vez. Por isso é mais forte do que há vinte anos atrás”.¹⁸³

Naquela ocasião, Graça Aranha explicou que o motivo do encontro era “organizar as simpatias brasileiras em prol dos aliados”. A programação da Liga, até ali estabelecida,

¹⁸¹Jornal *O Imparcial*, de 14 de novembro de 1918. *Apud*: VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 436.

¹⁸²*Jornal do Commercio* (RJ), 18 de março de 1915 (quinta-feira), p.3.

¹⁸³VIANA FILHO, 1987, p. 442.

constava de preparar uma grande manifestação em favor dos aliados por ocasião da chegada ao Rio de Janeiro do senador francês Pierre Boudin, fazer “uma grande sessão pública em honra da Bélgica”, homenagear o Rei dos belgas em seu aniversário, realizar “uma sessão solene para a leitura do manifesto” que o senador Rui Barbosa redigiria “em nome dos brasileiros amigos dos aliados” e disponibilizar sua comissão executiva para orientar todos os esforços de quem quisesse fazer propaganda em favor da causa aliada.

A despeito de ser senador da República, advogado, jornalista, jurista celebrado internacionalmente e renomado pacifista, as atenções maiores de Rui Barbosa se voltaram, por esta época, para a causa da Liga. Ele viria a ser o nome de maior destaque na campanha de mobilização da opinião pública e da classe política em torno da ideia de ingresso do Brasil na Grande Guerra em apoio à causa aliada. “Quatro anos há que nesta guerra quase exclusivamente se absorvem todos os meus cuidados”, disse ele certa feita.¹⁸⁴

Rui Barbosa preparou sua retumbante e triunfal entrada nos debates relativos à Guerra da Europa. A ocasião propícia surgiu quando das comemorações do Centenário da Independência da Argentina, em Buenos Aires. Para estas celebrações, Rui fora designado representante oficial do Governo do Brasil, chefiando nossa delegação como Embaixador plenipotenciário. Rui, a princípio, como usualmente fazia, recusou o convite alegando problemas de saúde. Depois, diante da esperada insistência, acedeu. Sua partida do Rio de Janeiro, sua recepção e acolhida em Buenos Aires, os eventos protocolares e seu regresso ao Brasil transcorreram com inusitada notoriedade. Outrossim, a conferência extraoficial que Rui haveria de proferir na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires geraria prolongada celeuma, bem ao gosto da imprensa da época.

Soubese depois que toda preparação, promoção e repercussão dadas à referida conferência haviam sido previamente arranjadas: sua redação ainda no Brasil, a tradução precisa, a data de sua elocução, sua publicação imediata nos jornais parisienses, sua acolhida no parlamento brasileiro. Há igualmente indícios de premeditação nos exageros percebidos com as solenidades de despedida e de recepção de Rui e sua comitiva com respeito à sua missão na Argentina. Evidentemente, houve cautelas em tentar deixar transparecer acaso no desenrolar dos acontecimentos. Sua conferência em Buenos Aires, com o título de “Novos conceitos do Direito Internacional”, mais conhecida depois como “O dever dos neutros”, foi

¹⁸⁴ VIANA FILHO, 1987, p. 407.

proferida em 14 de julho, dia em que se celebra a Queda da Bastilha, data magna na História da França.

Em seu texto de quase quarenta páginas, cobrindo dezessete tópicos, lido em público durante mais de três horas, Rui, em suma, faz um exercício de retórica para convencer a audiência de que, diante das novas circunstâncias que a guerra moderna apresentava ao mundo, fazia-se necessário criar “um novo conceito de neutralidade”. Considerando que neutralidade não quer dizer imparcialidade, pois não se pode ser imparcial entre o direito e a barbárie, entre o direito e o crime, Rui advogava que todo o direito e toda a justiça residiam na causa aliada; toda a iniquidade estaria do lado alemão. Em sua ótica, conservar a neutralidade naquela guerra seria favorecer a injustiça, o que significava por em risco a civilização. Rui defendia que, na Grande Guerra, os neutros deveriam se posicionar contra a Alemanha e a favor dos aliados. Ou seja, doravante, neutralidade consistia em não ser neutro, mas em defender uma das partes na contenda. A visão de Rui Barbosa, evidentemente, era parcial, se não passional. Olvidava que, numa contenda, ambos os lados se achavam detentores de direitos; ambos tinham em conta que seu oponente cometera transgressões graves. Rui, neste caso, não agia como um juiz, mas como advogado em defesa de uma causa.

Disse ele que os tratados internacionais, na guerra, se convertem em “traparia de papel, valioso ou inútil, conforme se trate de impor aos fracos ou servir aos fortes”. Os países seriam medidos apenas por seu poderio militar, pouco importando “imensos territórios, grandes populações, riquezas maravilhosas, alta cultura política e fatos que honram a história da espécie humana”. Acrescia que

[...] só uma consideração importará: a da sua inferioridade militar, a da sua insuficiência guerreira, a da sua desvantagem numa comparação de forças com as grandes nações armadas. Para estas nenhuma lei existe, segundo a hodierna moral bélica, a não ser a de que a força prima o direito, a de que o direito é apenas um acessório da força.¹⁸⁵

Suas falas repercutiram longe e por longo tempo com a evidente reprovação do governo alemão e com a feliz acolhida dos governos aliados. No Brasil, o Poder Legislativo federal, em votação no plenário, aprovou a inclusão do texto da conferência de Rui Barbosa

¹⁸⁵BARBOSA, Ruy. “O dever dos neutros”. In: BARBOSA, Ruy. *A Grande Guerra: o maior monumento de eloquência em torno da maior conflagração do mundo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932, p. 46, 47.

no Diário do Congresso. A fina flor da intelectualidade francesa deu publicidade ao discurso na imprensa parisiense e subscreveu convite para que Rui Barbosa fosse à França, conhecer *in loco* o sofrimento de seu povo em luta; convite que Rui aceitou, mas a que não pode atender, alegando problemas de saúde.¹⁸⁶

Rui Barbosa não se furtou de gerar dubiedades atrás das quais se esquivaria de possíveis acusações. Estava em Buenos Aires como representante do Governo do Brasil, credenciado como Embaixador com plenos poderes, mas diria ter discursado na Faculdade de Direito como jurista, pois já havia cumprido a agenda oficial. Sua missão, contudo, só estaria concluída quando da entrega formal de suas credenciais ao Presidente da República, após regresso ao Brasil. No início de seu discurso disse: “A insigne honra, com que hoje me confundis, não cabe na minha pessoa: só a pode receber dignamente a minha nação”. Dava, então, a entender que a honraria daquela solenidade seria endereçada ao Brasil, não à sua pessoa. Sobre ele, transparecendo humildade, dizia: “Que sou, afinal, para me tocar, neste cenário soberbo, o papel a que me elevastes? Apenas um velho amigo do direito, um cultor, laborioso, mas estéril, das letras, um humilíssimo obreiro das ciências”. Adiante tornaria a cair em contradição ao expressar: “[...] me recebeis como mensageiro do meu Governo e da minha nação”. Mais à frente ocupa outra posição ao dizer “Não é o Embaixador do Brasil que vos recebestes e elegestes membro honorário do vosso corpo docente; é unicamente o jurista”.¹⁸⁷ Rui revestia-se, ao mesmo tempo, da dupla personalidade de jurista e de mensageiro do Governo brasileiro para se dizer ora numa, ora noutra, conforme as circunstâncias e segundo as conveniências.

Surgiram críticas na imprensa aos possíveis desvios da missão diplomática de Rui Barbosa na Argentina. Sobre o caso opinou o diplomata aposentado Manuel de Oliveira Lima: “O Sr. Rui Barbosa era, é verdade, o embaixador do governo brasileiro junto ao governo argentino, numa missão especial”. Desta forma, “não podia fazer a sua conferência na Academia de Direito de Buenos Aires como embaixador”, salvo se após a devolução de suas credenciais, quando já estivesse se desencumbido de sua missão diplomática junto ao Governo que o enviara. Contudo, prosseguia Oliveira Lima, nosso representante se pronunciara publicamente como jurista e pensador, não como embaixador, porque, ainda que

¹⁸⁶VIANA FILHO, 1987, p. 426

¹⁸⁷BARBOSA, 1932, p. 11, 14, 52.

não fosse possível, naquela ocasião, separar uma personalidade da outra, Rui Barbosa tinha “magia” para mais. Acrescia que, no Brasil, tínhamos conhecimento bastante sobre o que se passava na Europa e inteligência suficiente para sabermos que a guerra que ali se travava não consistia numa luta entre o direito e a força, entre a lei e o crime, argumento que há muito havia sido “relegado para o guarda-roupa das mentiras históricas”.¹⁸⁸

Diante da celeuma causada pela gafe diplomática de Rui em Buenos Aires, que a imprensa fez transparecer tratar-se de grande feito, a Liga Brasileira pelos Aliados promoveu, dois meses mais tarde, no Teatro Municipal, um evento caritativo que visava coletar contribuições para um Hospital Brasileiro em Paris que, naquelas circunstâncias, priorizava o tratamento dos feridos de guerra. A celebração transformou-se em ato de desagravo. Rui Barbosa, em seu discurso, pouco falou do fim beneficente daquela iniciativa; tratou prioritariamente de atacar quem dele suspeitava, de justificar sua atitude em Buenos Aires e de se defender das insinuações quanto aos excessos de gastos da comitiva.

Em vinte e nove páginas Rui discorreu sobre vários assuntos, grande parte dos quais tratando do incidente na Argentina e de seus desdobramentos. Falou dos sofrimentos da Bélgica, da Inglaterra e da França, da neutralidade dos Estados Unidos, da América do Sul e do Brasil, onde havia sentimento antimilitarista. “As questões jurídicas da guerra atual e o problema hodierno da neutralidade são, portanto, um terreno comum a toda a América, especialmente à América do Sul” e, no caso do Brasil, “os corações, as almas, as opiniões de um povo baniram para o escondirijo das secretarias a falsa neutralidade”, dizia ele. Desta forma, Rui dizia que, com relação à Guerra, o Governo brasileiro não representava a vontade de seu povo. Se o Governo formalmente declarava sua neutralidade, o povo do Brasil já havia escolhido um lado da contenda: o dos Aliados. Só no final de sua exposição Rui trataria do motivo principal daquela solenidade mencionando que os leitos do Hospital Brasileiro em Paris falaria de nós “a alguns bravos, a alguns heróis, levando-lhes a carícia de um país distante [o Brasil]”, onde se orava por eles, “pela sua pátria, pela sua causa, pela sua justiça”.¹⁸⁹

¹⁸⁸VINHOSA, 1990, p. 35, 36. *Apud*: MORAES FILHO, Evaristo. *Obras completas de Rui Barbosa*, vol. XLIII, 1916, tomo I: Embaixada a Buenos Aires. Prefácio. Rio de Janeiro: MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1981, p. LXX.

¹⁸⁹BARBOSA, 1932. p. 87, 162.

Oliveira Lima novamente contraditou Rui Barbosa. O discurso do senador, que se prenunciava em apelo à caridade, fora, na verdade, desprovido de caridade.¹⁹⁰ Faltara ao orador caridade para com aqueles a quem atribuía culpa pelos debates em torno de sua missão na Argentina. Faltara caridade para com parcela expressiva dos que lutavam na guerra, ao diferenciar o sofrimento e a dor segundo as nacionalidades. Rui Barbosa, como jurista e político, gostava de polemizar e exercer seu direito ao contraditório, até mesmo de forma agressiva, mas não tolerava sofrer a contradita, ainda que sutil, ponderada e comedida. Foi o que ousara fazer o diplomata Manoel de Oliveira Lima. Passado o debate em torno dos episódios acima, Oliveira Lima buscou, em sucessivas oportunidades, reconciliar-se com Rui Barbosa que, apesar de enaltecer publicamente os valores do cristianismo, mostrou-se incapaz de perdoar.

No tocante à defesa nacional, Rui disse: “Através de todos os seus crimes e misérias, esta guerra tem sido uma escola de virtudes prodigiosas, de grandezas incomparavelmente sublimes”. Rogava que Deus nos desse o patriotismo necessário para encararmos os problemas da nossa nacionalidade, pois tinha a convicção de que estávamos fugindo dos nossos interesses e dos nossos deveres. Sendo entre os países um “dos menos seguros, dos menos potentes, dos menores”, o refúgio do Brasil e suas trincheiras estariam “no direito, na legalidade, nos elementos morais”, razão pela qual poderia nosso país “ter a iniciativa de suplicar aos poderosos” que não desacatassem as leis e “apelar da vontade dos fortes para a sua própria razão”. O Brasil teria, assim, o dever de liderar as demais nações para que estas lhe seguissem o exemplo.¹⁹¹ Rui novamente se equivocava: o Brasil, a exemplo de outros países, já se pronunciara pela observância das leis e tratados, o que não tinha sido suficiente para por termo à luta, pois não são súplicas que trazem racionalidade à guerra, campo em que vence não quem tem razão ou quem detém o direito, mas quem supera o oponente com o emprego da violência, com o uso da força. Finda a guerra é que o direito volta a reinar, sob a proteção da “espada”.

O *Jornal do Commercio* noticiou no domingo que a tão propalada “Manifestação ao Senhor Rui Barbosa”, promovido pela Liga Brasileira pelos Aliados, havia sido “uma festa grandiosa e magnífica”. Reunida na Praça Marechal Floriano, frente ao Palácio Monroe

¹⁹⁰ VINHOSA, 1990: p. 36. *Apud*: LIMA, Oliveira. *O discurso do Sr. Rui Barbosa*. In: SOBRINHO, Barbosa (org.). *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971.

¹⁹¹ VINHOSA, 1990, p 86, 99.

(então sede do Senado Federal), grande multidão descera a Avenida Rio Branco em direção ao prédio do referido jornal. Sob “prolongada ovação”, a multidão recepcionara a chegada da Comissão da Liga Brasileira pelos Aliados, de Rui Barbosa e de sua família à sede do Jornal. Depois de receber os cumprimentos dos diplomatas e de outras personalidades de destaque, Rui Barbosa assomou à janela de onde proferiria sua oração. De acordo com o periódico,

Recebeu então Sua Excelência [Rui Barbosa] a mais entusiástica e sincera das aclamações que se há visto na avenida. Das sacadas, da rua e até do interior de edifícios partiram vivas e aclamações a Sua Excelência que, comovido, acenando com a cabeça, a todos agradecia gesticulando com ambos os braços, agitando o lenço. E o povo, ainda não satisfeito, aos gritos e com ininterruptas e prolongadas salvas de palmas, exigia que Sua Excelência, de momento a momento, assomasse à sacada para novas orações.¹⁹²

Desta feita, Rui foi breve. Seu discurso, com o título “O dever do Brasil”, continha apenas doze páginas, mas, como de costume, não esteve livre de equívocos, de distorções e de ilusões. Disse ele que a crise universal decorrente da guerra colocava em risco o regime republicano no Brasil, nosso território e a preservação da nossa nacionalidade. Tal crise não se resolveria sem que o povo interferisse naquele momento histórico mostrando nas ruas a sua vontade. O povo brasileiro se solidarizava com o mundo para “salvar do dilúvio da barbaria todo o passado, todo o presente e todo o futuro do mundo cristão”. Apesar de não haver ameaças germânicas ao Brasil, ao seu regime político, ao seu território e à sua nacionalidade, Rui dizia: “Pela ordem constitucional e pela pátria é que estais aqui reunidos, concidãos meus”. E ainda preocupado em se justificar quanto ao seu proceder no ano anterior, com seu discurso na Faculdade de Direito de Buenos Aires, disse: “Não me enganava eu em me crer o vosso mais fiel intérprete, quando, em julho do ano passado, na grande capital argentina, depois de concluída a minha missão diplomática, ergui a voz para combater em nome da lei internacional a falsa neutralidade [...]”. Via, naquelas circunstâncias, em que os atos alemães implicavam em declaração de guerra a todos os neutros, uma “criminosa convivência de todos os governos”, uma “cumplicidade monstruosa”. Com isso, conforme ocorrido oito dias antes, reverberava: “os Estados Unidos não declaram a guerra, aceitam, reconhecem, anunciam o estado de guerra já existente”

¹⁹²*Jornal do Commercio* (RJ), de 15 de abril de 1917 (domingo), p. 5.

provocado pela Alemanha.¹⁹³ Onze meses mais tarde, o Governo do Brasil, sob assessoria de Rui Barbosa, usaria idêntica narrativa para justificar oficialmente sua entrada na Grande Guerra.

Rui Barbosa apregoava que o Brasil e todo o continente americano deviam seguir os passos dos Estados Unidos e previa, otimística e equivocadamente:

[...] dentro em pouco se verá, unido num só corpo, todo o continente americano. [...] Amanhã na América inteira se ouvirá o clarim da nova alvorada. Deus não desencadeou a conflagração para consumir o gênero humano, mas para o salvar. Da grande calamidade vai surgir a grande renovação. Na curva do horizonte roxeado pelo sangue começa a se anilar a aurora de um mundo melhor. Cairão os governos do arbítrio e surgirão os governos da lei.¹⁹⁴

Nestes termos, Rui Barbosa via, naquela conflagração desencadeada pela vontade divina, a possibilidade de mudança, a esperança de salvação da humanidade, a previsão de um futuro melhor para o Brasil. Dizia ele: “Oxalá que nós também, meus concidadãos, nos embebamos desse contágio regenerador, [...] e que a nossa nacionalidade, a nossa constituição, a nossa vida social [...] nos semeiem o presente e nos assegurem no porvir dias melhores”. Daí, em seus recursos de oratória, saltava para seus devaneios, que não tinham relação direta e objetiva com suas premissas, mas que tocavam aos sentimentos dos ouvintes. Em sua ótica, surgindo o governo da lei, a nossa existência se consolidaria, a nossa entidade moral cresceria, faríamos jus ao nosso lugar na superfície da terra e só então, no declínio de sua vida, ele, Rui, poderia começar a ver realizado “o sonho patriótico” de sua mocidade, que consistia num Brasil nobre e poderoso.¹⁹⁵

Findo o discurso de Rui Barbosa, foram exibidas, da sacada, uma a uma, as bandeiras dos países aliados. O povo as aclamava com “vivas” e palmas, na medida em que elas eram apresentadas. A multidão continuou à frente do prédio até a noite, aguardando a saída do orador. “Protegido por vários guardas civis, acercou-se da porta do Jornal o carro que devia conduzir o senador Rui Barbosa”. Estabeleceu-se um cordão de isolamento da porta do prédio até o veículo, “onde Sua Excelência acomodou-se ao lado da excelentíssima família”. Só a muito custo o automóvel pode se movimentar, “protegido por inúmeros policiais, seguido pelo povo, sempre em aplauso”, que não cessava “de aclamar o grande brasileiro”.

¹⁹³BARBOSA, 1932, p. 148, 151, 154.

¹⁹⁴BARBOSA, 1932, p. 158, 159.

¹⁹⁵BARBOSA, 1932, p.159.

O evento se dera a exatos nove meses da famosa conferência de Buenos Aires. Neste mesmo sábado, no silêncio de seu gabinete, no Palácio Itamaraty, Lauro Müller trabalhou até às 7 horas da noite.¹⁹⁶

Por ocasião dos debates no Senado quanto à legalidade da declaração do estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha e quanto à decretação do estado de sítio como medida de segurança ao País, Rui Barbos discursou longamente. Transcrito e impresso (contendo breves apartes e exclamações de apoio), sua fala compreendeu 56 páginas de 38 linhas cada. A despeito das afinidades sentimentais em favor da causa aliada e da antiga amizade que unia Rui Barbosa ao senador Paulo de Frontin, este seguidamente questionou os argumentos daquele na defesa do projeto de lei que levaria o Brasil à guerra. Apesar de ser a declaração de guerra o tema central do debate, a preocupação maior de Rui, ou pelo menos a parte mais extensa de sua argumentação, se pautava em refutar a solicitação do Presidente da República para que, por medida de segurança, fosse decretado o estado de sítio. A parte mais significativa para a História estava nos debates em torno da legalidade das razões alegadas para a entrada do Brasil na guerra, da legalidade do procedimento adotado, da competência para a iniciativa do processo legislativo e da tomada de decisão a respeito da Guerra. O grande jurista não fugiria à sua característica: proferiria discursos longos, repletos de ambiguidades, de contradições, de sutilezas, de equívocos e de sentimentalismo.

Rui, que em discursos anteriores se referira ao “perigo alemão” como sendo o risco de uma insurgência armada de imigrantes germânicos e seus descendentes no Sul do Brasil, agora declarava: “Sabemos perfeitamente da ausência absoluta de indícios de uma comoção intestina no país”. A Constituição Federal só previa a declaração de guerra em caso de agressão por forças estrangeiras ao território nacional, que Rui agora reconhecia não ter ocorrido com os fundamentos dos mercantes nacionais. “Não se alega a iminência da insurreição nem da invasão estrangeira. [...] Não se pode confundir [a agressão por força estrangeira] com o torpedeamento de um navio mercante por um submarino”. Para Rui, o motivo para a declaração de guerra agora era outro: não um ato de guerra nem uma declaração de guerra por parte do Governo alemão, mas a “provocação” do estado de guerra pela Alemanha. O ato de declarar guerra seria da competência exclusiva do Presidente da República, caso tivesse ocorrido invasão ou agressão estrangeira ao território nacional, o que

¹⁹⁶*Jornal do Commercio* (RJ), de 15 de abril de 1917 (domingo), p. 5.

não acontecera. Rui alegou que o incidente ocorrido com o navio brasileiro envolvia “circunstâncias que importam talvez em hostilidades, que envolvem ofensas à honra do país que podem significar agressão”, situação que competiria ao poder legislativo (e não ao Supremo Tribunal Federal) atuar como juiz. Paulo de Frontin lembrou que o Congresso, segundo a Constituição, só avaliaria a possibilidade de declaração de guerra depois de recorrer ao arbitramento. Rui alegou que o arbitramento era apenas uma exigência formal limitadora das “noções humanas”, mas que esta medida, ainda que estabelecida pela Constituição Federal, “não era indispensável” (ou seja, podia ser ignorada), ainda mais quando se tornara descabida porque a Alemanha, por seus atos, já havia declarado a guerra aos neutros. Quanto ao estado de sítio, Rui dizia tratar-se de uma medida que beneficiaria a Alemanha, porque criaria dissabores contra o governo e discórdia entre os populares.¹⁹⁷

Por fim, deu-se um “contorcionismo” jurídico: não ocorrera invasão ao território nacional ou agressão à soberania brasileira, o que teria permitido ao presidente da República declarar guerra imediatamente, nem se recorresse à arbitragem para a solução do caso. Desta forma, o presidente transferiu a responsabilidade ao Congresso com solicitação e o Congresso a restituiu ao presidente concedendo-lhe autorização para a declaração do ato. Mas, não havendo motivos nem respaldo legal para a declaração de guerra, o governo brasileiro declarou reconhecer que a Alemanha iniciara estado de guerra contra o Brasil, o que conferia a este o direito de adotar medidas de defesa compatíveis em resposta. Rui defendia, e convencia, que devíamos adotar uma postura exdrúxula. “Esta é a nossa situação”, dizia ele, “de país em guerra declarada com a Alemanha, mas de país que não via à Alemanha, e ao qual a Alemanha não vem, de país cuja situação na guerra é de estar ao lado das potências beligerantes, sem entrar [...] nos campos de batalha [...]”. Com este discurso, Rui recebeu “calorosas palmas no recinto e nas galerias” sendo “efusivamente cumprimentado por todos os senadores presentes”.¹⁹⁸

Rui, por fim, ao refutar a declaração do estado de sítio, admitira não existirem ameaças da Alemanha ao Brasil. A despeito disso, o Brasil devia defender-se. Concluiu Rui: “No projeto estão envolvidos os mais altos destinos da pátria [...]. [...] o Brasil vai defender-se a si mesmo, vai defender a sua existência moral e a sua existência política, vai defender a

¹⁹⁷BARBOSA, 1932, p. 252, 255-260, 272.

¹⁹⁸BARBOSA, 1932, p. 251, 285.

estabilidade do seu território”. Rui Barbosa defendeu convincentemente o projeto de lei que, se não era de sua autoria, contou com sua ampla assessoria, tanto na elaboração do texto quanto nas diretrizes dadas ao ministro da Relações Exteriores e nas orientações ao presidente da República. E, apesar de não ficar clara a situação de envolvimento dos “mais altos destinos da pátria”, de ameaça à existência moral e política do país ou à sua estabilidade territorial, o projeto foi aprovado, em regime de urgência, por ampla maioria.¹⁹⁹ E o Brasil entrava na Guerra.

Rui Barbosa não foi tão somente presidente da Liga Brasileira pelos Aliados. Presidiria ainda, por esta época, outra organização de grande destaque existente até os dias de hoje. A despeito de ter sido contrário, desde os tempos do Império, às seguidas tentativas de implantação do serviço militar obrigatório no Brasil, Rui aceitou ser presidente honorário da Liga de Defesa Nacional, instituição que professava o culto aos valores cívicos, estimulava a instalação de linhas de tiro e as práticas e treinamentos militares. Seu grande propugnador, contudo, foi outro jornalista, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras: Olavo Bilac. A atuação de Bilac e o papel desta Liga serão objeto do capítulo seguinte.

¹⁹⁹Apurada a votação, contabilizaram-se: na Câmara dos Deputados, 149 votos a favor e um contra, com três abstenções; no Senado Federal, 40 votos a favor e nenhum contra, com duas abstenções. O único voto contrário foi do deputado Joaquim Pires, representante do Estado do Piauí, que alegou a inconstitucionalidade do projeto e a omissão “da maioria dos brasileiros” que como ele pensavam, mas que silenciavam diante do receio de discriminação pelo clamor da maioria. (VINHOSA, 1990, p. 125, 126. *Apud* PRAZERES, Oto. *O Brasil na guerra (algumas notas para a história)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. 69, 73)

CAPÍTULO III O BRASIL NA GUERRA

À época da Primeira Guerra Mundial, constituir os efetivos das forças armadas no Brasil era um problema de difícil solução. Eram acentuadas as diferenças de nível social, cultural e educacional entre oficiais e praças. Para aqueles havia ainda certo atrativo em razão de se obter formação escolar superior, ter acesso às camadas sociais elevadas e gozar de certas distinções. Para estes, como veremos a seguir, as condições eram outras. Lima Barreto, em sua obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, retrata a impressão que tivera ao observar o desfile de uma unidade militar pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX:

O ruído de uma fanfarra militar, enchendo a rua, veio agitar a multidão que passava. As janelas povoaram-se e os grupos arrimaram-se às paredes e às portas das lojas. [...] O batalhão começou a passar: [...] Os oficiais [...] apurando a sua elegância militar; e as praças bambas, moles e trôpegas arrastando o passo [...] sem convicção, [...] tendo as carabinas [...] sobre os ombros, como um instrumento de castigo. Os oficiais pareceram-me de um país e as praças, de outro.²⁰⁰

O ingresso de jovens nas fileiras das forças armadas se dava ou pelo voluntariado ou por recrutamento. Eram voluntários aqueles que se apresentavam para o serviço das armas por vontade própria ou eram conduzidos por seus familiares às unidades militares, geralmente na condição de órfãos, abandonados ou desvalidos. O recrutamento se dava de dois modos: forçado ou mediante contrato. O recrutamento por contrato ocorria para a prestação de serviços especializados, geralmente por estrangeiros qualificados para funções técnicas mediante boa remuneração, particularmente nos navios modernos da Esquadra. O recrutamento forçado constituía o mais usual meio para a obtenção de grande quantidade de mão de obra. Por este recurso, recolhiam-se toda sorte de vagabundos, vadios, desocupados, pervertidos e delinquentes nos logradouros públicos, nos arredores das regiões portuárias, nas cadeias e “nos mais sórdidos antros da cidade”.²⁰¹ Era o chamado recrutamento “a dente de cachorro” ou “a pau e corda”, significando que a tarefa de arrebanhar jovens para

²⁰⁰ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995. In: “A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro”. Disponível em: < <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. > Acesso em 23 de maio de 2015.

²⁰¹ MARINHA DO BRASIL. *História Naval Brasileira*. Terceiro Volume. Tomo I. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, p. 46, 47.

constituírem as guarnições dos navios da Marinha e dos quartéis do Exército se configuravam numa verdadeira caçada aos incautos ou desassistidos. Em outros termos, os jovens na faixa etária adequada para o serviço militar eram arrebanhados praticamente à força. Deste modo, tinha-se, como material humano nas unidades militares, a “escória” ou o “rebotalho” da sociedade.

Uma vez recrutado, os problemas, tanto do indivíduo quanto da instituição, estavam só começando. Surgiam e se multiplicavam os casos de indisciplina, abusos e de evasão. Eram homens, ao fim, discriminados pela sociedade, mal alimentados, mal remunerados, submetidos a trabalhos ora árduos, ora monótonos, não raro sofrendo sevícias, sob regime disciplinar rígido com a aplicação de punições severas e até de castigo corporal infligido, em princípio, “aos sentenciados de comportamento incorrigível”.²⁰² Adicione-se a isto a exigência de longo tempo de permanência nas fileiras (de 6 a 15 anos, na Marinha), seguido do artifício de ser reengajado como punição (permanecer nas fileiras por outro período de tempo, após transcorrido o prazo de prestação do serviço militar) ou de ter “a baixa” (“demissão”) negada para não inviabilizar as atividades dos quartéis ou dos navios em virtude da acentuada falta de pessoal. Este estado de coisas deixava como alternativas às praças a resignação e a acomodação ao modelo vigente, a deserção ou a insatisfação raivosa que, não raro, eclodia em delitos, motins e rebeliões.²⁰³

É ainda Lima Barreto quem ilustra as condições de vida de nossos soldados e marinheiros nas primeiras décadas do regime republicano ao relatar a conversa que tivera com um dos internos do hospício em que tratava uma de suas crises nervosas. Disse recordar-se de uma pergunta em especial que aquele lhe dirigira: “Você não foi aprendiz marinho?”. Esta indagação, segundo o autor, o colocara a par da situação miserável em que se encontrava. Acrescentou: “Verifiquei tal fato, mas não me veio – confesso – um desgosto [...]. Encheu-me de contentamento tirar a prova provada de que, na vida, não era coisa alguma [...]”.²⁰⁴

Esta situação em nossas fileiras era não só evidente como persistente. Vinha de longas datas. Já durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), o

²⁰² MARINHA DO BRASIL. *História Naval Brasileira*. Terceiro Volume. Tomo I. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, p. 52, 53.

²⁰³ CASTRO, Celso. *Revoltas de soldados contra a República*. In: CASTO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrick. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 311.

²⁰⁴ BARRETO, 1995, p. 19.

recrutamento tornara-se um grave problema. D. Pedro II mostrou-se particularmente sensibilizado por esta questão de modo que, após a supracitada guerra, em sua primeira viagem à Europa, ficou impressionado com o que vira nas forças armadas dos países que visitara, afetados com o sucesso alcançado pelo exército prussiano nas guerras de Unificação da Alemanha. Chegando ao Brasil, o Imperador estimulou estudos e iniciativas com vistas à remodelação do serviço militar no País, do que resultou a Lei Ordinária nº2556, de 25 de setembro de 1874. O senador Rui Barbosa, porém, empreendeu intensa campanha parlamentar e jornalística contra as medidas propostas. Em sua concepção, naquele contexto, era absurdo exigir que “rapazes de boa educação e alto nascimento” prestassem serviços nas casernas, local destinado apenas às camadas mais humildes da população. Diante da insistente e ferrenha oposição de Rui, “a lei do sorteio”, como era chamada, tornou-se impopular e não teve aplicação prática.²⁰⁵

A breve reconstituição acima ilustra o panorama do clima de opiniões que tomava conta do Brasil nos anos antecedetes a Grande Guerra e que se acirriam com a evolução dos acontecimentos na Europa. Visando melhor expor a trama dos debates devido à Guerra, este capítulo se organiza em três partes. A primeira percorre, seletivamente, o noticiário dos mais influentes jornais que passaram a tomar posição em relação ao conflito que se alastrava pelo globo terrestre. A segunda reconstitui o modo pelo qual aqueles debates ecoavam no Congresso Nacional. A terceira parte dá conta do papel da Liga pela Defesa Nacional, em seu movimento para fortalecer o civismo, para revivificar as linhas de tiro e para a valorização do serviço militar obrigatório com destaque especial para seu principal fomentador e líder: o poeta Olavo Bilac.

A Imprensa ocupa suas trincheiras

Mário Hermes da Fonseca (1880-1955)²⁰⁶ foi militar, escritor, polemista e político, exercendo, entre 1912 e 1923 sucessivos mandatos como deputado federal pela Bahia. Em

²⁰⁵MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 318.

²⁰⁶ Filho do marechal **Hermes Rodrigues da Fonseca** (Presidente da República entre 1910 e 1914) e neto de Hermes Ernesto da Fonseca (marechal do Exército, irmão do marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador da República no Brasil e primeiro presidente do Brasil sob o novo regime, de 1889 a 1891).

seus mandatos foi ardoroso defensor das causas militares, particularmente durante a Primeira Guerra Mundial. Chamou a atenção do público por seus textos, suas pregações e discursos, na imprensa, na Câmara e em lugares públicos, a favor do preparo e do aprestamento das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional de defender o País.

“Os jornais têm feito à ação do senhor Mário Hermes pela causa da defesa nacional as referências encomiásticas que de direito lhe cabem”, dizia a matéria, fazendo referência ao trabalho minucioso, ao exame atento e à corajosa denúncia das condições precárias em que se encontrava o nosso aparelho de defesa: sem instrução, com efetivos reduzidos, sem reservas, sem munições, sem transportes, desprovido de recursos de toda ordem, incapaz de cumprir sua destinação constitucional.²⁰⁷ “Fazem-se necessários providências e alvitre que se impõem como obra metódica e tenaz”, dizia a matéria. “Na sessão legislativa do ano corrente, é de presumir, alguma coisa de proveitoso se tentará com probabilidade de êxito no elevado intuito de melhorar as condições da defesa nacional”, destacava como expectativa. Acrescentava que o deputado manteria o problema em debate no Congresso Nacional, “levantando uma cruzada” em que todos os patriotas deviam “se empenhar com o mais forte interesse”, pois era chegado o momento de sairmos “do terreno das digressões literárias, das tentativas abstratas e sentimentais, para iniciarmos de verdade a grande obra, entrando resolutamente no domínio dos fatos”.²⁰⁸ Nestes termos, o periódico enaltecia a iniciativa do deputado Mário Hermes, cobrava ação do parlamento e mobilizava a opinião pública em torno da causa da defesa nacional.

Mais incisiva, porém, tinha sido a matéria do jornal *O País*, do dia anterior, 12 de fevereiro de 1916. Com o título “A situação nacional”, o artigo via como oportuna a campanha do deputado Mário Hermes pelo reerguimento técnico e moral do Exército diante do paradoxo de vislumbrarmos complexos, belos e abstratos programas militares quando a simples e triste realidade mostrava a desintegração das nossas fileiras, como ficara provado com a recente *Revolta dos Sargentos*²⁰⁹, que o jornal classificava como “um dos mais

²⁰⁷Estes e outros problemas seriam também apontados por João Pandiá Calógeras, naquele mesmo ano, em relatório sigiloso elaborado a pedido do Conselheiro Rodrigues Alves. Este trabalho veio a público em 1933, pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, sob o título *Problemas de Administração*.

²⁰⁸FONSECA, 1917, p. 12, 13, 14.

²⁰⁹ Revolta insuflada por políticos sob alegação de descontentamento com a movimentação de unidades do Exército para a região do Contestado. Resultou na exclusão, por indisciplina, de 243 sargentos. (MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório do Ministro de Estado da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Capital Federal: Imprensa Militar, 1916, p. 16 e 17).

inquietadores fenômenos de indisciplina revelados desde a Independência pelas nossas forças armadas”. “[...] mais do que nunca precisamos decisivamente nos aparelhar para fazer face às exigências da defesa nacional [...]”, advertia o periódico. Para realizar “a obra inadiável de nossa construção militar”, seria preciso remover inconvenientes técnicos e morais como a indisciplina nos quartéis, criar uma visão de futuro e coesão na oficialidade. Eis seu diagnóstico: “Não teremos o Exército de que precisamos sem o sorteio militar”. Mas o jornal foi contundente apelando a que o ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, se colocasse à altura das responsabilidades que lhe cabiam acusando-o de, quando se faziam necessárias medidas concretas e ações enérgicas, ter ele, até então, apresentado somente um programa.²¹⁰

Ao que parece, a matéria afetou os brios do marechal. Apenas duas semanas mais tarde, o ministro da Guerra emitiu um aviso circular aos governadores solicitando o uso do patriotismo e o exercício de sua autoridade para a regularização, nos Estados da federação, do serviço de alistamento a ser realizado em setembro daquele ano. Em vista da insipiência do número de voluntários, o Governo decidiu preencher as vagas ociosas realizando a seguir o sorteio militar que traria “às fileiras do Exército o primeiro contingente de conscritos com que gradualmente” seria constituída “a reserva da defesa nacional”.²¹¹

No dia seguinte à matéria acima, em 27 de fevereiro de 1916 (domingo), foi a vez do jornal *O Estado de São Paulo* fustigar o Congresso Nacional a esse respeito. Dizia que em meio a tantas futilidades e banalidades ali discutidas, era o deputado Mário Hermes quem trazia ao plenário, em longa explanação, “um dos grandes problemas que deveria ser tratado com energia”: a defesa nacional. Esperava-se que o referido tema despertasse interesse, debates, apartes, posto que a este respeito, no Congresso e na imprensa, reinava ainda o silêncio, quando o mundo estava, havia dois anos, imerso na maior guerra da História da Humanidade até então. A matéria concluía dizendo que tal se dera porque o parlamentar tratava de assunto sério e importante, o que fazia a sessão parecer “um ato fora da peça” numa encenação em que o Congresso Nacional “limitava-se a representar comédias!”.

No dia 02 de março, o jornal *O Estado de São Paulo*, com a matéria “O que há de novo”, dava continuidade ao debate em torno da defesa nacional apontando que a base de

²¹⁰ FONSECA, 1917, p. 10, 11, 12.

²¹¹ *Jornal do Commercio* (RJ), de 26 de fevereiro de 1916 (sábado), p.6.

sua organização deveria começar pela renovação de suas fileiras. Seria preciso evitar o engajamento (“admissão”) de indivíduos que não atingissem os padrões requeridos e recusar o reengajamento daqueles que haviam incorporado os velhos hábitos a serem erradicados. Estas medidas implicariam, indubitavelmente, em drástica redução dos efetivos, o que exigiria que se aumentasse a oferta de mão de obra de qualidade por meio da implantação do serviço militar obrigatório. Em razão disto, era alvissareira a intenção esboçada pelo ministro da Guerra de, dentro de alguns meses, realizar a primeira tentativa de sorteio para a seleção de novos recrutas com vistas a atender às necessidades prementes de pessoal para o serviço das armas.²¹²

Em defesa do serviço militar obrigatório, Mário Hermes argumentava que este modelo era a base de toda a organização militar no mundo. “Para que se possa ajuizar da sua real importância e imprescindível execução, basta mostrar que hoje todos os países o adotam”, dizia ele. “Em todos os países do Universo, sem exceção, a não ser o Brasil, todos os homens válidos pagam o tributo de sangue, que lhe exige mui naturalmente a parte do globo em que nasceu” e, no nosso caso, não haveria mais razão para tanto debate no parlamento porque a questão já estava decidida desde 1908, quando a lei a este respeito havia sido sancionada.²¹³ “Façamos o sorteio e as cadernetas de reservistas só permitindo, como aliás se faz em todos os países, que ocupe de agora em diante cargos públicos quem tiver prestado o seu serviço militar”.²¹⁴

O *Jornal do Commercio* do dia 17 de março daquele ano, em sua página 3, já registrava uma notícia cujo teor, antes raro ou impensável, passou dali por diante a ser visto com regularidade nas páginas de outros periódicos. Nela o articulista relatava a experiência que vivenciara na visita feita a um dos quartéis do Exército Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se do 53º Batalhão de Caçadores, então localizado na Rua do Areal²¹⁵. Chamava ele a atenção para as instalações antigas e para as condições precárias de funcionamento daquela unidade militar, a despeito do zelo, da boa vontade e da dedicação dos oficiais que ali serviam, empenhados em transformar aquele “velho casarão” num quartel digno do nosso Exército. “É um quartel velho, sem as acomodações e as

²¹²FONSECA, 1917, p. 17, 19.

²¹³Referia-se à Lei nº1860, de 04 de janeiro de 1908, conhecida à época como “Lei do Sorteio”.

²¹⁴FONSECA, p. 55, 56.

²¹⁵Atual Rua Moncorvo Filho, próxima à Praça da República (historicamente conhecida como Campo de Santana), no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

dependências exigidas pelo progresso militar”, dizia a matéria. Contudo, acrescia: “[...] a impressão que se recebe é muito agradável pelo relativo conforto e rigoroso asseio que se notam, conseguidos à custa de obras de adaptação e do esforço constante da digna oficialidade”.

Assistindo a uma instrução teórica, o articulista vira o oficial exortar nos soldados o valor da disciplina, da observância das normas e leis, a importância dos preceitos morais, o patriotismo, os deveres militares. Cantaram, a seguir, o Hino Nacional e o Hino à Bandeira. Observou-se que era pequeno o efetivo daquela unidade militar e poucos eram os recrutas. Cotidianamente os soldados deixavam os quartéis ao concluir seu tempo de serviço militar, pois, assim como não havia uma data fixa para a inclusão de todos nas fileiras, também não havia uma data específica para a sua conclusão. E os soldados iam sendo admitidos e excluídos ao longo do ano de modo que dificultava, se não impossibilitava, o cumprimento de um programa de instrução e de treinamento com o mesmo grupo de militares em idêntico nível de preparo profissional. Advertia a matéria que a falta de mão de obra no Exército se agravava e urgia refazer as fileiras da tropa com pessoal “colhido por um melhor serviço de recrutamento”, oriundo do voluntariado ou por sorteio, “mas incluído de uma só vez”, o que possibilitaria a qualificação dos soldados ao longo de um ciclo programado de formação. Reforçava que, sem a aplicação criteriosa da lei do serviço militar, a crise de pessoal se agravaria e o Exército se veria obrigado a continuar aceitando, “sem lei nem ordem, voluntários incapazes, física e moralmente”, de preencher as lacunas de suas guarnições.²¹⁶ O artigo vinha justamente ao encontro do intento apregoado pelo deputado Mário Hermes em seus discursos no parlamento e em seus artigos na imprensa.

A iniciativa de Mário Hermes, por meio da imprensa, se propagou aos grandes centros urbanos do país. O jornal *Correio do Ceará*, de 11 de maio daquele ano, louvava a atitude do parlamentar de soerguer o Exército nacional como elo de união entre os Estados tão dispersos da federação, o que contribuía para reduzir os sentimentos separatistas e o risco de desagregação territorial do país. Sua ideia de ter as polícias estaduais como reserva do Exército era também vista como positiva, porque aquelas careciam de estrutura e de organização para o preparo, treinamento e formação moral de seu material humano. Ademais, era válido robustecer as forças de reserva do país que não podiam se fiar apenas

²¹⁶*Jornal do Commercio* (RJ), em 17 de março de 1916 (sexta-feira), p.3.

nas linhas de tiro e na Guarda Nacional.²¹⁷ E a propaganda em prol do serviço militar se expandia pelo Brasil, como noticiou matéria jornalística proveniente de Belo Horizonte dando conta de que, em Minas Gerais, os trabalhos nesse sentido haviam começado com boa receptividade pela cidade de Ouro Preto.²¹⁸

A notícia do afundamento do navio mercante *Macau* iria alterar a situação da política externa brasileira e estimular a adoção de mudanças urgentes na estrutura de defesa do País, cujo elemento humano era sua substância vital. Segundo o *Jornal do Commercio*, que publicou a matéria com o título “Derradeira provocação da Alemanha”, o incidente se dera na quarta-feira, a 24 de outubro de 1917, mas o presidente da República decidira só divulgar a notícia ao público dois dias mais tarde, depois de deliberar as medidas a serem tomadas em reunião ministerial sigilosa.²¹⁹ O tom adotado pela imprensa, a repercussão do acontecimento na sociedade e a postura adotada pela classe política seriam decisivos para a entrada no Brasil na guerra contra a Alemanha.

O Supremo Tribunal Federal (STF) designou comissão especial, composta pelos ministros Godofredo Cunha Guimarães Natal e Pedro Lessa (que também era presidente da Liga de Defesa Nacional e vice-presidente da Liga Brasileira pelos Aliados), para apresentar ao Governo as felicitações pela altivez da postura adotada diante do suposto atentado contra mais um navio brasileiro. O senador Rui Barbosa (também presidente de honra da Liga Brasileira pelos Aliados e membro da Liga de Defesa Nacional), acompanhado de seu filho, o deputado federal Alfredo Rui, compareceu prontamente ao Palácio do Catete “para externar apoio e solidariedade ao presidente da República”.²²⁰ O mesmo fizeram, mais tarde, outras tantas autoridades e o assunto virou manchete dos jornais em edições sucessivas.

Também sucessivas e inúmeras foram as manifestações e passeatas de protestos nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Após um dos *meetings* na Praça Floriano Peixoto, a multidão dirigiu-se ao Palácio Itamaraty, onde ergueu vivas ao ministro Nilo Peçanha. Sua Excelência assomou à sacada do prédio para proferir emocionado discurso e, sob “delirantes aclamações”, abraçou, “comovido”, os líderes da manifestação.²²¹ Os jornais passaram a divulgar, nos dias seguintes, mensagens de personalidades civis e militares de diversas

²¹⁷FONSECA, 1917, p. 37.

²¹⁸*Jornal do Commercio* (RJ), 31 de março de 1916 (sexta-feira), p.6.

²¹⁹*Jornal do Commercio* (RJ), 26 de outubro de 1917 (sexta-feira), p.3.

²²⁰*Jornal do Commercio* (RJ), 30 de outubro de 1917 (terça-feira), p.5.

²²¹*Jornal O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1917 (sábado), p.1.

idades dos vários Estados do Brasil felicitando o presidente por sua atitude decidida e enérgica. Colocavam-se muitos, por oportuno, à disposição do governo para prestar os serviços que se fizessem necessários ao país na luta contra a Alemanha.

Com os ânimos exaltados, populares passaram a atacar casas comerciais, clubes e propriedades particulares de alemães no Brasil, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis e Porto Alegre. A Liga Brasileira pelos Aliados se reuniu em sessão especial hasteando, frente ao prédio, a bandeira do Brasil ladeada pelas bandeiras dos países aliados e, por unanimidade, aprovou moção de apoio ao Governo. Em São Paulo, por seu turno, desde cedo “as casas comerciais e bancos alemães foram guardados pela polícia” e a cidade apresentava “um aspecto anormal, estando as ruas centrais cheias de uma multidão ansiosa” que se formava frente às redações dos jornais aguardando os boletins que, a cada momento, apresentavam as últimas informações.²²²

Além das agressões e depredações, cresceram as suspeições com os possíveis casos de espionagem alemã, cujos excessos Monteiro Lobato condenou nestes termos:

Nesses dias em que nosso nacionalismo vermelho estruge e muge, corcoveia e rabeia, e percorre a cidade em busca de inofensivas placas de firmas alemãs, só um Mark Twain [...] poderia fixar o grotesco dos paspalhões que [...] viviam à caça de espíões que nada tinham que espiar.²²³

Com a declaração de guerra do Governo brasileiro contra o Império Alemão, a Comissão Executiva da Liga de Defesa Nacional emitiu pronunciamento para o qual pedia ampla divulgação em todo o país. No Distrito Federal, o prefeito e o diretor de Instrução Pública determinaram que se fizessem reuniões de diretores de escolas com seus professores e alunos “para exaltar a importância histórica do momento, para o Brasil e para a humanidade, concitando todos à defesa da pátria”. Reunião “pomposa e brilhante” realizou-se na Escola Normal, conceituada instituição de ensino à época, dedicada à formação de professoras para as séries iniciais do ciclo escolar. O propósito do evento era alertar a todos acerca do “melindroso momento internacional” e da situação do Brasil naquele contexto. Os presentes foram convocados a não só “dar combate ao analfabetismo”, como também a “formar o caráter dos cidadãos”. O diretor da Escola, doutor Inácio do Amaral, apresentava assim os seus motivos:

²²²Jornal *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1917 (sábado), p.1.

²²³JACOBSEN, Rafael B. *Op. cit.* In: FLORES; NEUBERGER, 2014, p.212.

A solidariedade internacional, a solidariedade humana, por si só, já indicaria o caminho em que ora nos achamos para a desafronta da honra nacional, insultada pelo torpedeamento de um navio brasileiro, agravado pela prisão de seu comandante. Infelizmente, porém, outros motivos ainda mais graves existem para que estejamos em guerra. Sérios perigos ameaçam a nossa pátria: a Alemanha tem tramado contra a nossa integridade nacional, planejado a mutilação do nosso território e a subversão da nossa vida interna.²²⁴

No mesmo texto, à mesma página, consta que o diretor atribuíra não só às professoras, mas também às suas alunas, “o papel sublime de levantar o caráter nacional fazendo em suas casas, junto da família, do irmão, dos pais, das pessoas de sua relação, a propaganda da defesa do Brasil” (grifo nosso). E prosseguia em sua exortação, tornada imediatamente pública por meio da imprensa: “Que auspicioso início da função de educadora!”. Em conclusão, o orador conclamava a que os brasileiros, “com indignação e com calor”, se preparassem para a defesa do país e incidia no discurso vigente sobre “a barbárie alemã”. Dizia ele: “[...] se esses vândalos penetrarem nosso solo, se não o soubermos defender com heroísmo, todos os lares serão invadidos e a brutalidade se revelará em toda a plenitude, sem respeito à infância e à velhice”. Por fim, convidando à execução do Hino Nacional, exprimia seu desejo: “que as suas notas harmoniosas penetrem em todos os corações, abalem todos os espíritos espalhando o alento e a coragem, concitando o povo ao patriótico movimento em defesa da pátria”.

Passada a empolgação do discurso e acalmados os ânimos que inflamaram os sentimentos naquelas circunstâncias, cabem algumas breves reflexões quanto à narrativa que reverberou na imprensa nacional e que, depois, foi preservada nos livros de história. O navio torpedeado, batizado de *Macau*, não era uma embarcação brasileira, mas sim um navio alemão, de nome *Palatia*, do qual o governo brasileiro se apossara e o estava utilizando no comércio em favor dos aliados na guerra contra a Alemanha.²²⁵ Acresce-se que não haviam ainda sido concluídas as investigações quanto às circunstâncias do ocorrido de modo a confirmar taxativamente a quem competia a autoria ou responsabilidade pelo sinistro. Contudo, o discurso apregoado pela imprensa quanto à necessidade de desafronta da honra nacional, ainda que questionável, conquistou a opinião pública e tornou-se o entendimento vigente à época perdurando até os dias de hoje.

²²⁴Jornal *O Estado de São Paulo*, de 30 de outubro de 1917 (terça-feira), p.4. (Grifos nossos)

²²⁵O *Macau* só veio a ser reconhecido como navio pertencente ao Brasil depois da guerra, quase dois anos mais tarde, com a assinatura do Tratado de Versalhes, nos Acordos de Paz de Paris.

Inexistiam indícios ou evidências de que a Alemanha tramasse algo contra a integridade nacional brasileira, de que ela planejasse a mutilação do nosso território e a subversão da nossa vida interna, conforme discurso do diretor da Escola Normal. Reclamam dúvidas (se não a certeza da inexistência) quanto ao propalado “perigo alemão”. O governo brasileiro autorizou que imigrantes alemães e seus descendentes se fixassem nos confins do Brasil justamente para ali estabelecerem núcleos de povoamento como meio de preservação do território nacional. Todavia, diante da campanha negativa propalada pela imprensa e pelos repetidos ataques que passou a sofrer a imagem da Alemanha, esta ideia ganhou credibilidade. O temor do “perigo alemão” contribuiu para desenvolver um sentimento de coesão nacional contra o suposto inimigo interno na figura dos “boches”²²⁶. O ambiente assim gerado favorecia os sentimentos nacionalistas, a adesão à causa aliada e beneficiava, em particular e indiretamente, os movimentos em prol da renovação do aparato de defesa do país.

Impulsionado pelos acontecimentos, o “Projeto de lei de fixação de forças do Exército” começou a tramitar. A Comissão de Constituição e Diplomacia da Câmara dos Deputados discutiu minúcias no texto da lei, mais preocupados com o preciosismo da terminologia jurídica do que com o objetivo principal a ser alcançado por meio daquele instrumento.²²⁷ O extenso debate que se desenvolveu no plenário da Câmara, o rigor da pena a ser aplicada a quem se eximisse do serviço militar e o destaque que o assunto ganhou na mídia mostram a importância social e política que o referido tema adquiriu naquela conjuntura.

Também ganharam destaque na imprensa as manobras das guarnições do Exército da Capital Federal, que transcorriam nas regiões de Deodoro, Vila Militar, Realengo, Gericinó, Cascadura, Estrada Real de Santa Cruz e Campos dos Afonsos. Os jornais realçavam o “avultado” número de pessoas que haviam visitado os acampamentos. A movimentação de tropas em exercício convertia-se em atrativo para a curiosidade dos moradores da região e adjacências.²²⁸ Segundo o jornal, “em todas as regiões, o nosso Exército e o voluntariado mostraram valor, resistência e rigorosa disciplina”. Merece destaque nesta notícia a presença de altas autoridades aos exercícios militares, o que lhes concedia importância.

²²⁶ Termo pejorativo empregado em referência aos alemães e seus descendentes.

²²⁷ *Jornal do Commercio* (RJ), 30 de outubro de 1917 (terça-feira), p.4.

²²⁸ *Jornal do Commercio* (RJ), 26 de outubro de 1917 (sexta-feira), p.4.

Acompanharam as manobras o Presidente da República e seus assessores (que ali pernoitaram), o Ministro da Guerra e seu Estado-Maior (destacando-se os generais Bento Ribeiro e Setembrino de Carvalho), representantes da Câmara dos Deputados, o doutor Miguel Calmon (representante da Liga de Defesa Nacional) e os adidos militares da França, da Argentina e do Chile.²²⁹

Nesse mesmo dia, quando o Congresso Nacional se reunia para a votação da entrada do Brasil na guerra contra o Império Alemão, o *Jornal do Commercio* descrevia os exercícios militares realizados por uma Companhia de voluntários. Ela teria saído do aquartelamento, no Centro da cidade, às 06:00 horas, e retornado às 19:00 horas, com os jovens “bem dispostos” e “alegres”, “marchando ao som de canções militares”, depois de terem percorrido, por terrenos pantanosos e irregulares, a localidade de Jacaré e o bairro de Vila Isabel, transpondo a Serra dos Macacos. Acrescia: “Durante o trajeto, os jovens e garbosos rapazes foram alvo de manifestações populares tendo recebido palmas das famílias que das sacadas assistiam à passagem da companhia”.

Tornou-se notícia, na mesma época, a movimentação de tropas para exercícios em São Paulo. No dia 27 de outubro daquele ano (1917), embarcara na Estação da Luz, pouco depois das 10 horas da manhã, um batalhão de caçadores, armado e equipado, com destino a São Bernardo, onde realizaria exercícios por 15 dias. O batalhão havia saído do seu aquartelamento, em Santana, às 07:00 horas, em ordem de marcha. Dirigiu-se para o centro da cidade desfilando pelas ruas São Bento, Direita, Quinze de Novembro, Rosário e Florêncio de Abreu. Durante sua passagem, a unidade militar recebeu “prolongadas salvas de palmas dos populares, que se apinhavam nos passeios formando alas”, manifestações que se repetiram ainda com maior entusiasmo na Estação da Luz. O periódico acrescia que naquele batalhão achavam-se incorporados os voluntários de manobra²³⁰ (cidadãos que voluntariamente se apresentavam para participar dos exercícios) e que o acampamento

²²⁹*Jornal do Commercio* (RJ), 30 de outubro de 1917 (terça-feira), p.4.

²³⁰A lei de recrutamento vigente previa que “todo o individuo apto para o serviço militar, contando menos de 30 e mais de 17 anos de idade”, poderia ser admitido no Exército como voluntário por até dois anos, conforme conviesse ao Governo Federal. Aqueles que, já habilitados na instrução de recruta, desejassem “servir por ocasião das manobras”, poderiam ser “admitidos como voluntarios por três meses, no minimo”. Além de reciclar reservistas, esta medida era uma oportunidade de emprego temporário para a mão de obra ociosa. Lei nº1860, de 04 de janeiro de 1908, art. 61 e 62. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>>. Acesso em 25/08/2015.

ficaria franqueado à visitação aos domingos.²³¹

Mas o Brasil entrara na guerra. Era de se esperar a sua “contribuição de sangue” na luta e, conseqüentemente, o empenho e fervor do apoio popular à causa. Notas esparsas, publicadas nas páginas internas dos jornais, faziam pequenas menções à divisão naval que o Brasil expedira em auxílio às marinhas aliadas sediadas em Gibraltar, à missão médica enviada à França e ao grupo de aviadores brasileiros em treinamento na Inglaterra.²³² Aquela representava nosso maior esforço militar na Guerra; este era o maior esforço propagandístico, posto que a mais significativa contribuição se dera no campo econômico, com a exportação de gêneros de primeira necessidade.

Sem destaque e sem delongas, a imprensa paulistana reproduzia notícia proveniente da Capital Federal com o título “Almirante Max Frontin no Catete” em que mencionava a visita previamente agendada na qual o Presidente da República havia recebido, no dia anterior (sexta-feira), às 15 horas, o “chefe da nossa esquadra” que iria “operar junto aos aliados”.²³³ Por esta data, já havia quatro belonaves da divisão naval brasileira singrando os mares, costeando o nosso litoral a muito custo (em razão de panes, falhas mecânicas, falta de combustíveis), rumo à Europa. Os jornais, todavia, davam maior importância, destaque e prioridade a outras tantas matérias, de cunho os mais diversos.

Na terça-feira da semana seguinte (14 de maio de 1918), em retribuição à visita do almirante Frontin e como despedida ao navio capitânia da divisão, uma comitiva presidencial (acompanhada de representantes da Liga de Defesa Nacional e da Liga Brasileira pelos Aliados) compareceu ao *scout Rio Grande do Sul*.²³⁴ Apesar de ser evento histórico do qual haviam participado altas autoridades nacionais, a imprensa brasileira só dois dias depois emitiu breve nota sobre o fato, sem lhe dar a devida

²³¹ *Jornal do Commercio* (RJ), 27 de outubro de 1917 (sábado), p.4

²³² A Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) era composta por dois cruzadores leves, quatro contratorpedeiros, um navio-auxiliar e um navio-oficina. A Missão Médica Militar na França (MMMMF) se constituiu de uma centena de profissionais de saúde, pessoal de administração e de segurança que instalaram e operaram um hospital com 500 leitos, em Paris, para atendimento à população e aos feridos de guerra. O grupo de aviadores brasileiros na Inglaterra treinaram missões de patrulha e reconhecimento.

²³³ *Jornal O Estado de São Paulo*, 11 de maio de 1918 (sábado), p.2.

²³⁴ Compunham a comitiva o ministro Pedro Lessa (do Supremo Tribunal Federal), Miguel Calmon e Affonso Vizeu (representantes da Liga de Defesa Nacional), o almirante Alexandrino de Alencar (ministro da Marinha), o capitão-de-fragata Thiers Fleming (chefe da Casa Militar), os ajudantes de ordens capitão-tenente Alvim Pessoa (da Marinha) e capitão Eiras (do Exército). *Jornal O Estado de São Paulo*, 16 de maio de 1918 (quinta-feira), p.2.

importância ou destaque.²³⁵ A partir desta data, as notícias na imprensa sobre a DNOG praticamente deixaram de existir, apenas surgindo com assiduidade quatro meses mais tarde, diante de especulações quanto a uma gripe que vitimava as tripulações dos seus navios e as tropas aliadas.

Nove dias depois, a Liga de Defesa Nacional se reuniu (a exemplo do que fizera tão abundantemente a Liga Brasileira pelos Aliados em favor dos belgas, franceses e ingleses) para tratar dos auxílios a serem prestados aos familiares dos marinheiros nacionais que haviam partido para a guerra nos navios da DNOG.²³⁶ O diretório central da Liga²³⁷ decidiu iniciar campanha de duas semanas em todo o país, por meio de comissões a serem criadas em seus diretórios regionais, para recebimento de donativos e colaborações. Nota-se, contudo, que os eventos similares em benefício de países estrangeiros envolvidos na Grande Guerra tinham maior receptividade e melhor acolhida no seio da população brasileira do que as iniciativas que buscavam auxiliar os dependentes dos marinheiros brasileiros em luta nos mares da Europa. Sobre a “Festa Patriótica em Benefício das Famílias dos Marinheiros Nacionais”, o jornal *O Estado de São Paulo* comentou:

Correu brilhantemente a festa patriótica com auxílio de distintas famílias da nossa sociedade que a Escola Normal paulistana realizou, no dia 07 de setembro, em benefício das famílias dos marinheiros nacionais que se acham na guerra. A assistência não foi tão numerosa quanto se podia esperar, dado o programa atraente da parte literária e musical, e o fim altamente cívico do festival.²³⁸

Percebeu-se, ao longo deste trabalho, que, com relação aos brasileiros empenhados diretamente na guerra, só especulações quanto a uma epidemia da “gripe espanhola”²³⁹ vitimando os marinheiros nacionais e curiosidades de cunho pessoal despertavam interesse

²³⁵Ocorre aqui um desencontro de datas entre as fontes. Segundo Prado Maia (DNOG: *uma página esquecida da história da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 1961, p. 57), os cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul* partiram do Rio de Janeiro no dia 11 de maio, aportando em Salvador no dia 14.

²³⁶Jornal *O Estado de São Paulo*, 23 de maio de 1918 (quinta-feira), p.2.

²³⁷O jornal destacava os nomes das autoridades presentes à reunião: ministro Pedro Lessa (do STF), almirante Alexandrino de Alencar (ministro da Marinha), almirante Júlio de Noronha, marechal Bernardino Bormann, general Lauro Müller (ex-ministro das Relações Exteriores), deputado Galeão Carvalhal, doutores Affonso Vizeu, Miguel Calmon, Francisco de Castro, Homero Batista, Alfredo Pinto, Oscar Lopes, Alberto de Faria, João Teixeira Soares e Claro Peregrino.

²³⁸Jornal *O Estado de São Paulo*, 10 de setembro de 1918 (terça-feira), p.6.

²³⁹Epidemia de gripe que atingiu os campos de batalha da Europa e os navios na Costa Africana. Segundo estudos de Schuk-Paim (2012), entre as Marinhas aliadas, a DNOG registrou os mais elevados índices de mortalidade (8% de um total de 1565 marinheiros). O governo brasileiro, para evitar alardes, restringiu as notícias a este respeito. A gripe espanhola espalhou-se pelo mundo fazendo vítimas também no Brasil.

da imprensa. Os destaques diários ficavam por conta da guerra entre as grandes potências, da política interna, como “A viagem de Wenceslau Braz a São Paulo”, as “grandes manifestações populares em sua homenagem”, a visita da Comissão Bunsen (para comércio com a Inglaterra) e eventos comezinhos das sociedades das capitais brasileiras.

Conquanto não houvesse muito o que celebrar no tocante ao desempenho de nossas representações enviadas para o front, a imprensa nacional buscava realçar a seus leitores os atos notáveis de brasileiros junto aos aliados. Em razão da precariedade dos registros, o número deles bem como sua veracidade são difíceis de estimar dentro de uma margem razoável de precisão. Eram, em geral, casos de heroísmo atribuídos a imigrantes e seus descendentes residentes no Brasil ou a brasileiros que voluntariamente haviam atendido aos apelos dos governos dos países aliados em luta. Relatos destes feitos e casos de sofrimentos pessoais estimulavam a imaginação e, juntamente com a propaganda de guerra, aumentavam o gosto pelos assuntos militares.

A Cruz Vermelha Brasileira no Rio de Janeiro foi contagiada pelo clima de patriotismo reinante e contribuiu para intensificá-lo. Ao comunicar sua mudança de endereço para novas instalações²⁴⁰, divulgou suas atividades. Uma vez que o Brasil, “no cumprimento de um irrefutável dever de honra e dignidade”, havia se aliado “à maioria das nações na imensa luta” que assolava o mundo, “era chegado o momento da Cruz Vermelha Brasileira atingir o máximo de sua eficácia como sociedade de amparo às vítimas da guerra”. Por oportuno, convidava “as senhoras de nossa sociedade a seguir o seu curso de primeiros socorros” para que, uma vez qualificadas, elas pudessem “eficaz e patrioticamente prestar os seus serviços de guerra como as mais perfeitas damas da Cruz Vermelha”.²⁴¹ Matéria de idêntico teor foi repetida diversas vezes até a assinatura do armistício que pôs fim à Grande Guerra.

O culto à saúde, ao corpo tonificado e vigoroso vinha conquistando espaço na imprensa sendo as atividades ao ar livre, em contato com a natureza, frequentemente noticiadas nos jornais. Os adultos organizavam piqueniques, jovens praticavam esportes, adolescentes e crianças se reuniam em grupos de escoteiros (para rapazes) e bandeirantes

²⁴⁰ A Cruz Vermelha Brasileira no Rio de Janeiro mudou-se, no dia 03 de maio de 1917, de suas antigas instalações na Praça XV de Novembro para onde existia o recém devastado Morro do Senado, local hoje conhecido como Praça da Cruz Vermelha, no Centro da cidade.

²⁴¹ *Jornal do Commercio* (RJ), 13 de abril de 1917 (sexta-feira), p.4.

(para moças). Estes últimos promoviam acampamentos, caminhadas, ações de solidariedade, recebiam instruções de como se orientar (por meio dos astros, pela natureza e com bússola), primeiros socorros, de higiene, técnicas de sobrevivência, noções de civismo, de liderança, de disciplina e de boas maneiras. Com a divulgação de suas atividades, o noticiário contribuía para o prestígio do escotismo atraindo novos adeptos.

Veja-se, por exemplo, a matéria do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro do dia 18 de outubro de 1917, alusiva à cerimônia em homenagem aos grupos de escoteiros e aos membros das linhas de tiro, realizada no Teatro Municipal de Petrópolis. O evento contou com orquestra e teve discursos, demonstrações e cantata do Hino Nacional tendo como destaques a criação da linha de tiro da Guarda Nacional, os cursos de tiro no Andaraí, os pedidos de munição ao Ministro da Guerra para os exercícios das sociedades de tiro e para os torneios de tiro do Leme.²⁴² Estes, a serem realizados nos dias 04 e 11 de novembro daquele ano, teriam encerramento pomposo com premiação entregue por altas autoridades na simbólica data de aniversário da Proclamação da República (dia 15 de Novembro), na época celebrada em todo o país com desfiles militares, cerimônias cívicas e festividades.

O jornal *O Estado de São Paulo* também divulgava notícias sobre as atividades dos grupos de escoteiros de seus diversos municípios, como se pode constatar na edição deste periódico do dia 10 de maio de 1918 (sexta-feira). Prova do prestígio que este movimento adquiriu está registrada neste mesmo periódico, quando, por exemplo, em sua edição dominical, publicou que a reunião para a fundação da Sociedade de Escoteiros do Rio de Janeiro seria presidida pelo marechal José Caetano de Faria, ministro da Guerra.²⁴³ Registros de eventos desta natureza foram inúmeros.

A prática de esportes, que vinha ganhando notoriedade deste o final do século anterior, se intensificou. Provas de remo e de natação, partidas e torneios de futebol, competições de cabo-de-guerra e de esgrima, demonstrações de ginástica ganharam prestígio atraindo públicos para clubes e estádios nos finais de semana. Em festividades escolares e nos jogos e torneios desportivos, havia demonstrações de ordem unida com movimentos sincronizados de armas, canto de hinos e canções, seguidos de desfiles dos clubes de atiradores. O Clube do Botafogo e o Clube do Flamengo promoveram manhãs esportivas abertas ao público com

²⁴²*Jornal do Commercio* (RJ), 18 de outubro de 1917 (quinta-feira), p.3.

²⁴³*Jornal O Estado de São Paulo*, 27 de maio de 1917 (domingo), p.2.

equipes representativas do Exército e da Marinha. Os clubes do Botafogo e do Fluminense requisitaram ao Ministério da Guerra a indicação de oficiais para ministrarem instrução militar a seus associados.²⁴⁴ A aproximação entre escotismo, esportes, forças armadas, eventos cívicos, festividades escolares, linhas de tiro e serviço militar se estreitava com o apoio e a divulgação da imprensa.

Na tarde de domingo do dia 13 de dezembro de 1918, por exemplo, no *São Cristóvão Atlético Clube*, à rua Figueira de Melo (Bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro), noticiava o jornal que haveria um “festival cívico e esportivo”. A partida preliminar seria entre os juvenis de *Botafogo* e *São Cristóvão*; o jogo principal, entre os titulares do *São Cristóvão* e do *Palestra Itália* (atual “Sociedade Desportiva Palmeiras”), da cidade de São Paulo. Antes dos jogos, dois clubes de tiro fariam demonstrações, evoluções e cantariam “canções de guerra”. Coelho Neto e Olavo Bilac falariam aos jovens concitando-os à prática de esportes com vistas ao desenvolvimento físico. Perceba-se o destaque que estes eventos representavam, com a presença de dois vultos da literatura nacional, o que ilustra o contexto em que se vivia naquela ocasião em razão dos eventos relacionados à Grande Guerra.

Os jornais contribuía ainda para a divulgação de atraente opção de lazer e já importante veículo de propaganda: o cinema. A chamada “Sétima Arte” enalteceu os temas relacionados à guerra. Os anúncios de filmes chamavam a atenção do público para as principais cenas, como em *O Tambor dos Granadeiros*, exibido em *matinée* e *soirée*, no Teatro Boa Vista, de São Paulo. Ao final do primeiro ato, ver-se-iam “Juramento à bandeira”, “Desfile de um regimento” e “Banda de música em cena”.²⁴⁵ Outro filme de temática militar, sucesso do momento, era *A caminho de Berlim*, da *Fox Films*, exibido em “extraordinária *soirée*” no cinema *Congresso*, estrelado pelo ator George Walsh, “o alegre e possante atleta, campeão de todos os esportes”.²⁴⁶ Perceba-se a conexão de práticas e atributos como vigor físico, esportes, civismo e heroísmo às atividades militares. Este clima de incentivo às práticas desportivas, de prestígio do escotismo, aumento na criação das linhas de tiro, de sucesso dos filmes de guerra, de manifestações de rua e de estímulo ao

²⁴⁴MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 391.

²⁴⁵Jornal *O Estado de São Paulo*, 15 de setembro de 1918 (domingo), p.20.

²⁴⁶Jornal *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 1918 (segunda-feira), p.11.

patriotismo, conduzido pela imprensa, tornou propício a que se desenvolvesse no Brasil o que já havia ocorrido nos demais países: a implantação do serviço militar obrigatório.

Havia palestras, às quais acorriam grande público, nos mais diversos locais: Biblioteca Nacional, Associação Cristã de Moços, Escola Normal, Associação Brasileira de Imprensa, Academia Brasileira de Letras, auditórios de colégios e de faculdades, dentre outros. A Liga de Defesa Nacional divulgou sua programação de conferências a serem realizadas na Capital Federal e em várias cidades do Brasil tratando dos temas que afligiam a população e afetavam a vida em sociedade, tais como saneamento básico, saúde pública, higiene, instrução primária, valores cívicos, patriotismo, desenvolvimento, o valor do trabalho, segurança e defesa nacional. Eram as “conferências patrióticas”.²⁴⁷ Nestas palestras e em matérias publicadas em jornais, autoridades e personalidades de destaque apontavam nossas mazelas propondo medidas corretivas e exortando a sociedade a adotar novas atitudes, a mudar de comportamento e a vislumbrar novos rumos para o País. Havia um clima de descontentamento diante das evidentes fragilidades nacionais, juntamente com a sensação de urgência na tomada de medidas necessárias, mas indefinidamente adiadas.

Cada vez mais, personalidades civis e autoridades governamentais se preocupavam com a situação da defesa nacional e com as condições operacionais de nosso aparelho militar. Em campanha por donativos para a construção do novo prédio da Associação Cristã de Moços (ACM), na cidade do Rio de Janeiro, o doutor José Carlos Rodrigues (um dos fundadores da Liga Brasileira pelos Aliados) proferiu palestras às comissões de arrecadação lembrando a importante contribuição que esta associação internacional vinha prestando em favor dos aliados na guerra. Asseverou que era nos momentos de paz que a sociedade se preparava para os infortúnios da guerra armando-se do elemento essencial, que é o soldado, e este só poderia ser bem formado com dois atributos fundamentais: um moral elevado e um corpo são, dois objetivos principais daquela Associação.²⁴⁸

Referindo-se a Napoleão Bonaparte como a maior liderança “em matéria de guerra”, o conferencista lembrou que “os quatro principais fatores capazes de conduzir as forças armadas à vitória” eram: o armamento, o número de soldados, o preparo técnico e o moral. Este, porém, “valia por três quartas partes do conjunto de todos os elementos aludidos”

²⁴⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, 07 de setembro de 1918 (sábado), p.3.

²⁴⁸ *Jornal do Commercio* (RJ), de 18 de outubro de 1917 (quinta-feira), p.3.

cabendo aos outros três elementos responderem por apenas um quarto deste total. Concluindo, em alusão ao provérbio romano *Si vis pacem, para bellum*²⁴⁹, dizia que o trabalho da ACM conduzia à paz porque preparava “os elementos necessários à guerra” e preparava, “principalmente, esse grande contingente moral” a que havia se referido Napoleão. O palestrante, valorizando a associação que o acolhia, fazia alusão ao mais consagrado herói militar francês e enaltecia o moral do soldado como fator decisivo na guerra, princípio apregoadado no Exército da França como centro de gravidade de sua estrutura de defesa: o *élan*.²⁵⁰ Ele se referia a uma entidade desportiva civil (a ACM) como órgão capital na preparação do elemento humano, fator primordial na constituição das forças armadas vitoriosas numa guerra.²⁵¹

Nesta mesma edição do periódico, a esta mesma página, a Liga de Defesa Nacional informava o programa de palestras a serem proferidas na Biblioteca Nacional. Os temas em destaque eram: “A nação e o Exército”; “Serviço militar: benefício físico e moral para o indivíduo; força, segurança e grandeza para a comunhão”; “A educação nacional, intelectual e moral”; “O problema econômico: suas relações com a defesa nacional”; “A importância do esporte na vida nacional”; “A ideia de justiça”. Os Diretórios Regionais replicavam estas conferências e outras de idêntico teor em seus respectivos Estados, em eventos concorridos, abrilhantados por palestrantes renomados, diante de seleto auditório, com repercussão na mídia. A imprensa, ao mesmo tempo que “cavava trincheiras” firmando as posições assumidas, avançava rumo a seus objetivos arrastando atrás de si o apoio popular.

Mas fazia-se necessária a decisão política para firmar os rumos do País no tocante à Guerra Mundial. Vejamos como a imprensa os reportou os debates e os embates, a este respeito, no Parlamento Brasileiro.

²⁴⁹Expressão latina: “Se queres a paz, prepara a guerra”. Atribuída ao historiador militar romano Vegécio, apregoa a idéia de que a garantia da paz consiste em dissuadir o pretenso ou potencial agressor mostrando-lhe capacidade militar que o desestimule ou o demova de sua ideia inicial.

²⁵⁰ A doutrina do Exército da França, à época, creditava o sucesso na luta ao entusiasmo, à coragem, ao desprendimento, à dedicação, à vontade de combater e ao heroísmo de que seriam capazes seus soldados.

²⁵¹*Jornal do Commercio* (RJ), de 18 de outubro de 1917 (quinta-feira), p.3.

Os Debates no Congresso

O clima de corrida armamentista entre as potências imperiais que disputavam colônias e mercados na Ásia e na África atingiu a América do Sul e chegou ao Parlamento brasileiro. O projeto de renovação da Marinha do Brasil, proposto pelo almirante Júlio César de Noronha (1845-923), encontrou como principal defensor o deputado e jornalista Laurindo Pitta (1855-1904). O projeto de remodelação do Exército, do então general Hermes da Fonseca (1855-1923), teve apoio do deputado Alcindo Guanabara (1865-1918). E ambos tiveram o apoio do chanceler Barão do Rio Branco (1645-1912), que precisava de respaldo militar para levar a bom termo seu projeto de demarcação das fronteiras do país. O momento de estabilidade política e econômica da presidência de Rodrigues Alves (de 1902 a 1906) mostrou-se propício. Por fim, o Exército se reaparelhou e enviou oficiais para intercâmbio na Alemanha; a Marinha adquiriu novas belonavas. E ambas as instituições empreenderam esforços de reestruturação modificando a gestão de pessoal, de material e o sistema de ensino. Mas o modelo de recrutamento de mão de obra continuava sendo o “calcanhar de Aquiles” de todo o nosso sistema militar.

O projeto de lei do deputado Alcindo Guanabara (1865-1918) visava justamente fornecer ao país um novo sistema de conscrição, sorteio, seleção, recrutamento e prestação do serviço militar. Depois de sofrer diversas impugnações e alterações que o descaracterizavam, Alcindo Guanabara defendeu a constitucionalidade, a necessidade e a oportunidade de seu projeto original contra todos os ataques em discurso no plenário no dia 14 de novembro de 1907. Para ele, o serviço militar obrigatório, apesar de claramente vedado pela Constituição²⁵², não tinha como ser inconstitucional pois se tratava de “uma questão nacional superior e acima de interesses de qualquer ordem”, posto que dizia respeito à defesa e à conservação do país. Questionado quanto à oportunidade deste tema, num momento em que o Brasil vivia em paz e suas prioridades se voltavam para as necessidades de desenvolvimento, Alcindo Guanabara argumentou que justamente por estarmos em paz

²⁵²A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, em seu artigo 87, parágrafo 3º, estatuiu: “Fica abolido o recrutamento militar forçado.” E no parágrafo 4º: “O Exército e a Armada compor-se-ão pelo voluntariado, sem prêmio, e em falta deste pelo sorteio, previamente organizado.” Por outro lado, na falta de voluntários, estatuiu o caput do referido artigo: “O Exército Federal compor-se-ha de contingentes que os Estados e o Districto Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei anual de fixação de forças”.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

era que deveríamos atentar para este assunto e cuidar dos aspectos a ele relacionados. Disse ele: “[...] é bem este o momento para nos organizarmos militarmente, não só porque o faremos tranquilamente, como porque esse movimento não pode ser tomado como ameaça a ninguém”. E se fazia necessário porque vinha ao encontro da nossa ânsia de progresso e de desenvolvimento econômico. O crescimento da lavoura, a produção das indústrias, a expansão do comércio, bem como o bom andamento das demais atividades de que dependia o desenvolvimento do País, só a paz podia nos dar; “[...] e os frutos da paz são colhidos na árvore da força”, asseverava.²⁵³

Para reforçar nosso desejo de paz e sua imprescindibilidade para o progresso do país, Alcindo Guanabara lembrava que a nossa Constituição estabelecia o recurso à arbitragem em caso de litígio, proibia a guerra de conquista e o Brasil, havia pouco, dera provas ao Mundo, na conferência de Haya, “pela voz eloquente de Rui Barbosa”, de que nutríamos os melhores sentimentos de fraternidade para com todos. Porém, não estava em nossas mãos o poder de extinguir a guerra entre os homens e “o único meio verdadeiramente eficaz de repousarmos na confiança de que a paz não será perturbada”, acrescentava, era “estarmos efetivamente preparados para a guerra”.²⁵⁴

Alcindo Guanabara reforçava seus argumentos com a constatação de que, naquele momento, apenas os países imprevidentes, atrasados ou supostamente sob remota ameaça externa não haviam ainda adotado o modelo de serviço militar vigente entre as grandes nações. Alinhavam-se entre estes apenas os países que estavam ainda à porta da civilização, “atrasados moral, política e economicamente”. Dizia ele:

Todas as nações do mundo- em cujo seio o Brasil tem o direito de se ver colocado- grandes pela cultura, pelo comércio, pela indústria, pelas finanças, que representam efetivamente a civilização da nossa época, aceitam, adotam e praticam o regime militar obrigatório.²⁵⁵

Indagado quanto ao risco de militarização da sociedade e quanto ao abalo que causaria à economia do país o modelo de serviço proposto, que retiraria da produtividade parcela dos jovens, Alcindo Guanabara argumentou que se daria o contrário. Em primeiro lugar porque deixaria de existir casta militar, reduzindo ou eliminando o risco de nos aventurarmos em

²⁵³CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Serviço Militar Obrigatório- “Discursos”*. Pronunciado na sessão de 14 de novembro de 1907, pelo Deputado Alcindo Guanabara. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 9, 21.

²⁵⁴CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1907, p.13.

²⁵⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1907, p. 7, 8, 12.

guerras caprichosas. A lei que ele propunha não militarizaria o país; haveria de lhe assegurar a paz ao prepará-lo para a guerra. O proponente acreditava que as dificuldades e agruras normais do serviço das armas daria ao elemento civil, que haveria de conduzir a política nacional e a vida produtiva do país, a oportunidade de perceber “a guerra como o pesadelo mais terrível” para o qual a melhor prevenção era a preparação. Em segundo lugar porque a parcela de jovens a ser selecionada para o serviço militar seria pequena para afetar significativamente a produção do país no presente. Em contrapartida, estes jovens, após o serviço militar, em retorno a seus lares, à vida laboral civil, com os ensinamentos auferidos na caserna, seriam sementes de civismo e de produtividade. Para Alcindo Guanabara, o modelo atual era que favorecia a militarização e afetava a produção nacional porque retirava os jovens de suas atividades profissionais para retê-los, desmotivados e sem perspectivas, por tempo indefinido nas fileiras, nas guarnições modorrentas, não lhes restando, mais tarde, outra habilidade, salvo o serviço das armas.²⁵⁶

Advertido quanto à oposição popular ao projeto, Alcindo Guanabara retrucou:

O povo não tem tal repugnância, desde que, como está resolvido, a Câmara elimine os privilégios e as isenções e nivele todos os cidadãos na mesma igualdade perante a bandeira nacional. A oposição parte da classe média, da burguesia, da classe a que pertencemos e funda-se sobretudo na repugnância que temos todos de admitir a hipótese de ver os nossos filhos na promiscuidade do quartel com os elementos que hoje o povoam. Mas isto é um pressuposto falso. Claro é que ao Exército novo corresponde novos fatos, novos modelos, novos costumes e novos modos de ver.²⁵⁷

O que Alcindo Guanabara propunha, em suma, era que as mudanças nas Forças Armadas nacionais comesçassem a partir do elemento humano, da substância de que são feitas as instituições. Com um novo modo de ver a caserna, adotar-se-iam nova mentalidade, novo modo de pensar, de agir; surgiriam novos costumes, novos padrões de comportamento. E citava como exemplo o que se passara na vizinha Argentina, tomando por base as palavras do presidente Julio Roca (1843-1914)²⁵⁸ sobre a implantação do serviço militar obrigatório naquele país. Na abertura das sessões do Congresso Nacional, em 04 de maio de 1904, Roca enalteceu a formação moral, cívica e educacional dos jovens nestes termos:

²⁵⁶CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1907, p. 22, 23.

²⁵⁷CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1907p. 26.

²⁵⁸ Alejo **Julio** Argentino **Roca** Paz, militar, político e estadista argentino, presidente da República da Argentina em dois mandatos (1880-1886 e 1898-1904).

O ensino que recebem nos quartéis compreende não somente a instrução militar, a higiene e a ginástica que os torna mais ágeis e destros como também a escola elementar onde os analfabetos aprendem a ler e escrever, acrescentando a esse programa noções de instrução cívica, que os ensina a conhecer os seus direitos e deveres como cidadãos, aprendendo, enfim, muitos dos que vivem em regiões longínquas, a formar uma ideia exata do que é a pátria e a saber qual é o tributo que tem que pagar-lhe para torná-la forte e respeitada.

E quanto aos benefícios que o serviço militar trazia ao indivíduo, à sociedade e ao país, dizia:

[...] os conscritos se incorporam satisfeitos, sabendo que, terminado o prazo fixado pela lei, eles volverão aos seus lares levando um contingente de instrução, cultura, saúde e disciplina que redundam em positivo benefício deles e do país. [...] Excuso insistir sobre os grandes benefícios que para o futuro do país representa esta lei, que podemos justamente chamar de civilização, e que é necessário conservar como uma das que mais hão de contribuir para consolidar o sentimento nacional.²⁵⁹

Com o seu projeto de lei, Alcindo Guanabara idealizava iniciar a criação de um Exército não moldado na antiga caserna, mas numa escola na qual o cidadão seria educado apurando as mais elevadas virtudes. Comparado com a lei aprovada no período imperial (Lei Ordinária nº2556, de 25 de setembro de 1874), era um projeto abrangente, detalhando deste o voluntariado, o recenseamento, os casos de isenção e de dispensa, o recrutamento, o engajamento, o serviço e até a própria reorganização do Exército. Foi aprovado como Lei Ordinária nº1860, de 04 de janeiro de 1908, mas teve destino idêntico à lei anterior: “não pegou”.

O serviço militar obrigatório e a formação de reservistas alçaram curto vôo registrando-se como aspecto positivo apenas o crescimento do número das linhas de tiro. Logo o presidente Afonso Pena (1847-1909) veio a falecer e o vice-presidente Nilo Peçanha (1867-1924) assumiu o cargo para concluir o mandato. A eleição de Hermes da Fonseca para a presidência da República no período seguinte (de 1910 a 1914) trazia esperanças de desenvolvimento da expressão militar do país, pois, ao longo de sua carreira, ele vinha implantando uma série de medidas reformistas no Exército. Porém, seu mandato presidencial foi conturbado. Com crises políticas e sob intensa campanha oposicionista, suas reformas não tiveram continuidade, o número de linhas de tiro decresceu e a lei do serviço militar caiu no esquecimento.

²⁵⁹CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1907, p. 18, 19.

A seguir, em plena Primeira Guerra Mundial, diante do envolvimento emocional das populações dos grandes centros urbanos do Brasil nas questões da conflagração europeia, motivado pela imprensa e pelas iniciativas das ligas e associações em prol da causa aliada, a questão do soerguimento do aparelho de defesa do País voltou ao debate no Congresso Nacional. Os jornais vinham replicando insistentemente as notícias o recrutamento e sobre o serviço militar em vários países. Dentre as potências mundiais, só a Inglaterra resistia em adotar o serviço militar obrigatório para as tropas de terra cultuando, perante a opinião pública, o discurso da sua liberalidade contra o “militarismo prussiano”, enquanto ocultava a realidade de que sempre praticara o recrutamento obrigatório para sua Marinha, que era o pilar de sustentação do seu imenso império colonial, e que o recrutamento no Reino Unido se mostrava desnecessário para o Exército porque este dispunha de elevados contingentes de tropas oriundas de suas colônias. Na América do Sul, a este respeito, o Brasil resistia como “último baluarte”. Até o Uruguai, país neutro desde sua criação, em 1828, uma vez que nascido da necessidade de ser um “Estado-Tampão” (para evitar os choques e conflitos) entre o Brasil e a Argentina, veio a ter um jornal, o *La Gacete de Montividéo*, dedicado especialmente à implantação do serviço militar no país.²⁶⁰

No parlamento brasileiro, com a decrepitude e o ocaso político de Alcindo Guanabara, a iniciativa dos debates em torno do serviço militar obrigatório como pilar para o soerguimento da defesa do país coube, desta feita, a Mário Hermes da Fonseca: um jovem deputado pela Bahia, estudioso tenente do Exército Brasileiro com experiência de intercâmbio junto ao exército prussiano, observador arguto e ousado, filho e ajudante de ordens do ex-presidente marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Quase uma década antes do emprego de veículos blindados em combate pela primeira vez na História, na Batalha de Yprés²⁶¹, no *front* ocidental da Primeira Guerra Mundial, Mário Hermes já havia publicado no jornal *O País* um artigo sobre o assunto com o título “Automóveis blindados em campanha”.²⁶² O jovem deputado, logo no começo da conflagração europeia, publicou a obra ilustrada *Os exércitos das principais potências* (Porto: Typographia Sequeira, 1914),

²⁶⁰*Jornal do Commercio* (RJ), 14 de janeiro de 1916 (sexta-feira), p. 1.

²⁶¹ Quatro série de batalhas havidas na região de Flandres (Bélgica), ao longo da Primeira Guerra Mundial. A Terceira Batalha de Yprés, também conhecida como Batalha de Passchendaele, entre 31 de julho e 06 de novembro de 1917, tornou-se a mais famosa delas pela duração, pela ferocidade dos combates, pelo número de mortes e pela inovação tática na guerra com o uso de blindados e de gases venenosos.

²⁶²FONSECA, Mário Hermes. *Pela defesa nacional (Conferências, artigos e entrevistas)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. v, 3, 5, 99.

apresentando um levantamento comparativo das possibilidades e limitações de cada país em guerra.

Mário Hermes retomou os fundamentos da lei defendida por Alcindo Guanabara, em 1907, que fora elaborada com a assistência de seu pai, marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra na presidência Afonso Pena. Tinha ainda a vantagem de contar com formação militar e experiência de caserna²⁶³, de contar com os conselhos de seu pai (já na reserva do Exército e retirado da vida política), de poder dispor da imprensa para difundir suas ideias e não ter contra si Rui Barbosa, agora dedicado à defesa da causa aliada na guerra. Não podia contar, todavia, com a ajuda de Alcindo Guanabara que, a despeito de ainda maduro, apresentava-se em franca decrepitude política, profissional e pessoal, vindo a falecer pouco tempo depois, aos 53 anos de idade, em 1918.²⁶⁴

As tarefas a que se atribuía Mário Hermes eram: debater, elaborar projetos, emendas e discursos no Parlamento, ter conversas reservadas com o Presidente da República, solicitar sessões secretas na Câmara e redigir artigos para jornais. Seu propósito era despertar o interesse pelo tema da defesa nacional, sobre o qual percebia “uma má vontade quase geral no meio civil”, afim de “algo produzir de útil e aproveitável” às forças armadas e ao Brasil. Disse ele:

O nosso país está indefeso. É um erro pensar que viveremos sempre em paz. [...] não podemos continuar nesse regime de ilusões, a viver iludidos e a enganarmos a nação. [...] nosso estado de defesa nacional é aterrador. Em caso de uma luta externa, nossos soldados seriam conduzidos ao campo de batalha como cordeiros a um matadouro.²⁶⁵

Sobre este assunto, escreveu matérias para os seguintes periódicos: *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Commercio* (RJ), *O País*, *Correio da Manhã*, *A Rua*, *A Noite*, *A República*.

Já no começo do ano de 1916, em fevereiro, a matéria do dia 9 do jornal *A Noite*, com o título “A defesa nacional”, falava da iniciativa adotada por Mário Hermes de elaborar detalhado estudo e acompanhamento dos assuntos dos ministérios da Guerra e da Marinha,

²⁶³ Participou de cursos e de manobras militares no Brasil e na Alemanha, viajou a serviço do Exército Brasileiro pela Europa e pela América do Sul, tomou parte em comissões para avaliação e aquisição de armas e equipamentos no exterior.

²⁶⁴ Consta que, por esta época, Alcindo Guanabara mantinha uma regular relação extra-conjugal de notório conhecimento público, já raramente comparecia à redação do jornal *O País* e os artigos que apresentava na imprensa se reduziam a meras traduções, quando não eram redigidos por terceiros. (AGUIAR, Ronaldo C. *O Rebelde Esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bonfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 460, 461)

²⁶⁵ FONSECA, 1917, p. 3, 4.

inclusive fazendo “rigorosa inspeção dentro dos nossos estabelecimentos militares”. Constatou que a situação da Armada e do Exército era de tamanha tristeza e de tal gravidade que, como patriota, não poderia silenciar. Os orçamentos eram fantasiosos, mas a realidade era que o Brasil vinha fechando arsenais e depósitos de material de guerra em locais estratégicos, além de desmobilizar unidades militares nas regiões mais afastadas do Brasil. A este respeito o deputado havia tido recentemente uma longa conferência com o presidente da República, a quem expusera, “com franqueza rude”, as “condições perigosas de indefesa do país”. O senhor Venceslau Brás (1868-1966) lhe parecera bem intencionado; dissera-lhe que algo se faria a este respeito e lhe prometera todo o seu apoio a esta importante questão.²⁶⁶

Os debates na Câmara dos Deputados prosseguiram. O que a imprensa antes denunciara como assunto importante sobre o qual o parlamento não demonstrava o menor interesse, como “um ato fora da peça”, no qual o deputado Mário Hermes relatava uma tragédia diante de uma assembleia devotada a comédias, agora se tornava tema central dos debates, inclusive com reunião num sábado encerrando-se já à noite, às 18:45 horas. Ademais, cresciam as vozes em apoio à causa do sorteio para a seleção com vistas à prestação do serviço militar obrigatório. No começo de julho de 1916, o *Jornal do Commercio* descrevia a sessão realizada no dia anterior (30 de junho, uma sexta-feira) onde o deputado Mário Hermes, “considerando imperioso dever de patriotismo pela sua dupla responsabilidade de representante da nação e de membro do Exército”, expôs à Câmara, na presença de 136 parlamentares, as observações a que procedera como resultado de seus estudos quanto “à situação em que se encontravam as forças brasileiras de terra”. A este respeito, por não lhe ser lícito ocultar “a triste realidade”, denunciava o despreparo do Exército “para o cumprimento da sua cívica e honrosa missão”. Como organização, sentenciava o deputado, tinha o Exército “existência legal ou regulamentar”, mas existia apenas “no papel”, porque na realidade era desprovido de eficiência militar.²⁶⁷

Lembrava Mário Hermes neste mesmo texto, à mesma página:

A conflagração europeia, bela oportunidade para corrigirmos os nossos defeitos e suprimirmos as nossas faltas, parece-nos passar despercebida no aproveitamento dos exemplos úteis que ela nos oferece como a melhor lição que o Destino acaso nos poderia dedicar.

²⁶⁶ FONSECA, 1917, p. 4, 5.

²⁶⁷ *Jornal do Commercio* (RJ), 01 de julho de 1916 (sábado), p.4.

Citando exemplos de grandes potências europeias e de países vizinhos ao Brasil no tocante à preparação militar, chamava “a atenção da Câmara e do país para a necessidade de não continuarmos a deixar o Exército materialmente privado dos elementos da defesa nacional”. Os debates se aprofundavam, porém não mais se limitariam apenas, como outrora, às queixas de restrições orçamentárias, aos baixos salários e à obsolescência ou precariedade material.

O jornal do dia seguinte (domingo, 02 de julho), trazia matéria sobre a sessão do dia anterior (sábado, 01 de julho) ocorrida na Câmara dos Deputados, quando se debateu o projeto de fixação de forças de terra para o ano seguinte, de 1917. Naquela ocasião, o senhor Silva e Souza comentou os equívocos existentes sobre o tema. Todos estavam de acordo quanto à necessidade de assegurar a defesa do País e não seriam demasiados os esforços para firmar uma doutrina de política nacional no que dizia respeito à nossa defesa militar e naval. Contudo, diferentes entendimentos quanto ao significado da defesa nacional geravam desconfianças que dificultavam se chegar às soluções. “Para muita gente, defesa nacional é sinônimo de militarismo; não pequeno número nela enxerga mais do que o egoísmo de uma vaga casta de agaloados em busca de vantagens pessoais para viverem parasitariamente a custa dos seus concidadãos”, dizia ele. Seria preciso, antes, dissipar mal entendidos para que “a grande massa da opinião adquirisse a compreensão do problema da defesa do país” para, então, se dispor a resolvê-lo. Adiantava ele o seu entendimento a este respeito:

[...] não significa Exército grande nem grandes armamentos; significa, tão somente, proporcionar ao maior número possível de cidadãos a instrução prática adequada para que se torne apto a defender a sua terra, a sua casa, a sua prole, quando expostos aos horrores da guerra.²⁶⁸

O parecer do deputado Ildefonso Pinto, como membro da Comissão de Diplomacia e Tratados, dizia:

[...] não se pode deixar de ocupar-se muito atentamente com os assuntos militares, pois o dever capital da Diplomacia é uma inteligente e ininterrupta vigilância em coisas da defesa nacional. [...] Não pode haver boa diplomacia sem a afirmação do terreno prático da soberania nacional.

Nesses termos, inexistiria soberania “sem os elementos da ação militar” que a assegurassem. “Nenhum prestígio diplomático pode existir sem a força necessária para apoiar suas iniciativas; o primeiro dever da política internacional é, pois, perscrutar e determinar as

²⁶⁸ *Jornal do Commercio* (RJ), 01 de julho de 1916 (sábado), p.4.

condições da segurança nacional”. Concluía dizendo que não atentar para este propósito era levar a nação à ruína.²⁶⁹

Ainda nesta matéria do periódico, à mesma página, o deputado Souza e Silva dizia-se espantado com a indiferença do povo brasileiro a respeito de tão relevante tema. “O Brasil dá a impressão de ignorar que uma conflagração quase geral devora o mundo, e parece desconhecer os perigos a que está exposto, tal é a sua apatia em face das convulsões que estão sacudindo as velhas nações e destruindo os fracos”. Via nos brasileiros indícios de degenerescência cívica, de lirismo mórbido, de inconsequência e petulância com o entusiasmo demonstrado em favor dos países estrangeiros e pelas vitórias de uns sobre os outros, enquanto esqueciam de devotar amor e um pouco de solidariedade ao Brasil. Segundo ele, era preciso sacudir os brasileiros de sua apatia, incutir-lhes o sentimento de dever para com a pátria, mostrando-lhes os perigos a que todos estavam expostos. Em sua ótica, a campanha para a preparação militar do país devia se basear não no aumento de recursos materiais, mas na instrução militar do cidadão. As linhas de tiro e as companhias de escoteiros eram, no seu entender, meios subsidiários e somente o sorteio bem realizado para o cumprimento do serviço militar obrigatório viabilizaria a formação de bons recrutas.

Em conclusão aos seus argumentos, o deputado disse que a solução do nosso problema militar não exigia, como se vinha advogando, aumento de despesas, mas sim novos procedimentos de organização e de preparação de modo a assegurar que passassem pelas fileiras o maior número possível de cidadãos capazes de constituir reservas numerosas e instruídas. Fazia-se necessário, para tanto, “um grande movimento de propaganda, levado a efeito por homens de autoridade, em todo o país, desde as grandes cidades até as pequenas localidades”. Nessa campanha, era essencial que se dissipasse o preconceito contra o serviço nas fileiras das forças armadas. Apelava para que a imprensa tomasse para si “esta grande obra de construção nacional, levando ao espírito público a convicção da necessidade do esforço e da boa vontade de cada um [...] em todos os campos da atividade nacional”: organização militar do país; educação dos analfabetos; disciplina nos serviços administrativos; ordem na vida pública; educação no tocante à previsibilidade; economia e responsabilidade; congregação de energias e de sentimentos em prol de elevados objetivos morais, de justiça, de defesa do território e dos lares. A sessão se estendeu até próximo das

²⁶⁹*Jornal do Commercio* (RJ), 02 de julho de 1916 (domingo), p.3.

19:00h. Neste debate, percebe-se o amadurecimento do tema e a confluência de ideias, objetivos e interesses amalgamando as ações de políticos, intelectuais, imprensa, militares, cidadãos comuns.

Mário Hermes promovia, no Congresso, os debates sobre a necessidade de reerguer as defesas do país e a imprensa os repercutia na classe pensante, mas o serviço das armas enfrentava, ainda, resistência da opinião pública. O andamento do projeto de soerguimento das defesas do Brasil só seria possível mediante apoio popular, para o que se fazia necessário uma ampla propaganda com intensa campanha cívica a partir de uma voz eloquente, capaz de falar às massas e empolgar a juventude do País. Precisava-se de um grande orador. O capitão do Exército Gregório da Fonseca, assistente do ministro da Guerra marechal José Caetano de Faria, sugeriu o nome de Olavo Bilac (1865-1918), seu velho amigo e também amigo de Rui Barbosa, ambos membros da Academia Brasileira de Letras e da Liga Brasileira pelos Aliados.

Olavo Bilac e a Defesa Nacional

Olavo Bilac começou pregação a favor da Defesa Nacional discursando aos jovens nas escolas, colégios e faculdades. Sua campanha cívica se iniciou formalmente a 09 de outubro de 1915, na Faculdade de Direito de São Paulo, local e curso de formação acadêmica de Rui Barbosa, senador da República, presidente de honra da Liga Brasileira pelos Aliados e porta-voz no Brasil da causa aliada na Grande Guerra, situação que mais ainda aumentava a sua já grande notoriedade. São Paulo tinha a seu favor, além do vertiginoso crescimento econômico e demográfico pelo qual passava, o fato de ter sido a cidade por onde Rui Barbosa iniciara a famosa “campanha civilista” de 1909 a 1910, pela eleição à Presidência da República. A escolha da cidade e do auditório pareciam providenciais: havia a preocupação de desvincular a campanha em favor do serviço militar obrigatório da ideia impopular de militarismo e associá-la à imagem do culto a valores cívicos, patrióticos.

Os discursos de Bilac se mostraram repletos de afirmativas categóricas simples com abordagens unilaterais, mas capazes de inflamar os sentimentos adormecidos. Em sua oração inicial, que foi breve (cerca de trinta minutos), Bilac comparou a apatia cívica do Brasil ao estado de saúde de um organismo enfermo para o qual “o único providencial remédio”

contra seu definhamento era a lei do sorteio militar, que surgira como “uma promessa de salvação” em 1908, mas que permanecia sem aplicação até aquela data. O serviço militar extensivo a todos seria “o triunfo completo da democracia” e sob ele os jovens de todas as classes sociais seriam nivelados na mesma escola para aprender, praticar e adquirir hábitos de ordem, de higiene, de disciplina, de coesão, de exercícios físicos, de regeneração psíquica, de instrução e de patriotismo.²⁷⁰ Ele via nos quartéis a esperança de salvação dos “ociosos descalços, maltrapilhos”, “animais brutos” que de homens tinham apenas “a aparência e a maldade”, desde que fossem devidamente orientados pela palavra convincente da oficialidade e arrastados pelo exemplo de outros jovens bafejados pela sorte, melhor aquinhoados pela formação pessoal e pela posição social.

A 14 de outubro Bilac dava prosseguimento a sua campanha, agora falando aos jovens da Faculdade de Medicina e da Escola de Farmácia e Odontologia. Convidava-os a participarem desse movimento de entusiasmo e de fé pregando o patriotismo por todos os lugares. Segundo ele, era preciso amar o Brasil educando sua juventude por todos os meios: em escolas primárias, em escolas profissionalizantes, nas linhas de tiro, nos batalhões de escoteiros, nos quartéis. O Brasil teria que ser forte e armado, com jovens educados e conscientes. Em suas falas e escritos, Bilac associava frases que expressavam os anseios patrióticos e cívicos à necessidade de defesa do País pelas armas, por meio de treinamento nas linhas de tiro e no serviço militar.

Evidentemente o discurso de Bilac apresentava falhas e lacunas que não escaparam às críticas. O deputado Eduardo Ramos, por exemplo, escrevendo no jornal *O País* sob pseudônimo de Deaudor Mosar, disse haver exagero no cenário de mazelas descrito por Bilac cujo ideal parecia ser o de corrigir todas as misérias do Brasil com o serviço militar obrigatório, armando o país.²⁷¹ Em oposição integral ou parcial a Bilac destacaram-se os artigos do jornalista, escritor e político Humberto de Campos (1886-1934), do jornalista, professor, advogado e político Irineu Machado (1872-1942), do sociólogo, historiador, jurista e professor Oliveira Viana (1883-1951) e do advogado, político e ministro do Supremo Tribunal Federal Alberto Torres (1865-1917), dentre outros. A maioria deles, ainda que não atacassem frontalmente as ideias de Bilac, discordavam, em parte, de seus

²⁷⁰MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 367.

²⁷¹MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 371.

argumentos ou da prioridade de sua causa. Em defesa de Bilac destacaram-se o escritor, professor e político Coelho Neto (1864- 1934), o jornalista, professor e poeta Carlos de Laet (1847- 1927), o farmacêutico, professor e poeta Alberto de Oliveira (1857-1937) e o oficial de gabinete do ministro da Guerra, tenente Estêvão Leitão de Carvalho (1881-1970), além do apoio de ampla maioria da alta oficialidade do Exército.

Por seu trabalho em São Paulo, Bilac recebeu correspondência de apoio do ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, do chefe do Estado-Maior do Exército, general Bento Ribeiro, do ministro Pedro Lessa (do STF) e da Associação Brasileira de Imprensa. Em sua homenagem, o Clube Militar ofereceu um banquete de 250 talheres presidido pelo ministro da Guerra, que teve Bilac à sua direita e, à sua esquerda, o senador Antônio Azeredo (vice-presidente do Senado Federal e vice-presidente da Liga Brasileira pelos Aliados). A cabeceira da mesa foi composta ainda pelo ministro da Relações Exteriores (general Lauro Müller), pelo ministro da Marinha (almirante Alexandrino de Alencar), pelo ministro da Fazenda (Pandiá Calógeras), além de generais e almirantes. Estiveram presentes ao evento outros oficiais que viriam a ser personagens de destaque na História do Brasil.²⁷² Tomaram parte ainda do banquete diversos jornalistas e escritores como Félix Pacheco e Coelho Neto, membros da Liga Brasileira pelos Aliados. Após discursos muito aplaudidos, o ministro da Guerra anunciou que o governo iria reerguer as linhas de tiro no País, implantar a instrução militar nos estabelecimentos de ensino público e privado e colocar em vigor a lei do sorteio militar para preencher as vagas ociosas nas fileiras do Exército.

Apenas duas semanas depois, no dia 19 de novembro, quando se celebra o Dia da Bandeira do Brasil, foi a vez da Marinha homenagear Bilac com um banquete de 30 talheres presidido pelo ministro Alexandrino de Alencar. O evento festivo foi grandioso em publicidade. A recepção, na sede do Batalhão Naval, na Fortaleza de São José (Ilha das Cobras, no Centro da cidade do Rio de Janeiro), programada para acolher 700 convidados, teve que recepcionar 3.000 pessoas. Estiveram presentes à solenidade o Presidente Venceslau Brás e o embaixador da Argentina, doutor Lucas Ayarragaray. Após os discursos,

²⁷²Entre os generais citam-se as presenças de Tito Escobar, Ilha Moreira, Müller de Campos, Pedro Bittencourt. Estiveram presentes os almirantes Gustavo Garnier e Gomes Pereira. Citam-se, entre os oficiais superiores, os coroneis Tasso Fragoso e Isidoro Dias Lopes, personagens de destaque na Revolução de 1930. Compareceu ao evento o tenente Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República meio século mais tarde, uma das personalidades centrais da Revolução de 1964. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 376, 377)

o homenageado fez seus agradecimentos e, oportunamente, proferiu a sua célebre Oração à Bandeira.²⁷³

O debate em torno do serviço militar, levado ao parlamento e noticiado pela imprensa com a iniciativa do deputado Mário Hermes, ganhava agora as ruas com a repercussão da campanha de Bilac. Nele envolviam-se, com “excepcional vivacidade”, intelectuais, jornalistas, militares, professores, estudantes e populares. Apoiavam as ideias de Bilac artigos do *Jornal do Commercio*, do *O Estado de São Paulo*, do *O Imparcial*, contraditados por matérias do *A Noite*, do *O País*, do *Correio da Manhã* e do *A Época*. Não raro, porém, um mesmo jornal apresentava, num dia, um artigo em ataque à causa e, no outro, um em defesa seguido de contra-ataque. Desta forma, não faltava assunto para discussão e os antagonismos se acirravam aumentando a tiragem dos periódicos. A dialética gerada trouxe “contribuições críticas valiosas, suscitando outros problemas e falhas de organização a serem enfrentadas”.²⁷⁴ Apesar dos argumentos imprecisos, Bilac obteve apoio de uma maioria expressiva de homens ilustres em São Paulo, no Rio de Janeiro e por onde veio a passar em sua campanha nacional. E, em atendimento aos seus apelos, para enfrentar os problemas que os discursos de Bilac suscitavam, foram surgindo ligas, centros e associações como a Liga de Defesa Nacional, a Sociedade dos Homens de Letras, a Liga Nacionalista, a Liga Brasileira contra o Analfabetismo e outras tantas.

A Liga de Defesa Nacional, segundo o *Jornal do Commercio*, foi idealizada por Olavo Bilac, Miguel Calmon e pelo primeiro-tenente do Exército brasileiro Gensérico de Vasconcelos, com apoio do ministro Pedro Lessa (do Supremo Tribunal Federal) e a feliz acolhida do ministro da Guerra marechal José Caetano de Faria. Em 07 de agosto de 1916, Bilac, Calmon e Lessa foram recebidos em audiência pelo presidente da República Venceslau Brás, para tratar do assunto. Venceslau se impressionou com as intenções do grupo logo aceitando ser presidente da honra da Liga que se pretendia formar. Um grupo de ricos empresários a patrocinaram seguindo-se adesões de personalidades ilustres como o Cardeal Arcoverde, cujo gesto atraiu para a Liga um séquito de religiosos.²⁷⁵

²⁷³MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 372- 375.

²⁷⁴MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, 381.

²⁷⁵Cândido Gaffrée, Afonso Vizeu, Guilherme Guinle, Miguel Calmon e outros financiaram a Liga. Aderiram prontamente a ela o ex-presidente da República Rodrigues Alves, o ministro da Fazenda Pandiá Calógeras, os senadores Rui Barbosa, Alfredo Ellis e Bernardo Monteiro, o ex-ministro da Marinha Júlio de Noronha, Félix Pacheco, Coelho Neto, dentre outros. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 390, 391)

Enquanto isso, Bilac, a despeito das oposições, intrigas e ofensas que sofria na imprensa, prosseguia em sua campanha fazendo conferências, discursos, declamando poesias. Viajou a Belo Horizonte, em agosto de 1916, onde falou aos jovens em grupos escolares, na Escola Normal, na Academia Mineira de Letras e em sessão solene no Teatro Municipal. Em setembro esteve no sul do País discursando em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, além de visitar várias cidades, onde era sempre recepcionado com festas.²⁷⁶ Na capital gaúcha a recepção a Bilac foi apoteótica. Preparada e promovida pela imprensa, com apoio de autoridades locais, a chegada do poeta foi saudada com formatura do Tiro de Guerra nº 4, de batalhões do Colégio Militar e de outros estabelecimentos escolares, animada com a participação de bandas de música da Brigada Militar. Inflamando os ânimos, oposicionistas insinuaram que Bilac estava sendo regamente financiado por verbas secretas para propagandizar o serviço militar obrigatório. João Lage, no jornal *O País*, veio em sua defesa justificando:

Tomei a defesa de Bilac, porque ele é digno da admiração dos seus contemporâneos [...] incutindo na juventude o amor da Pátria e concitando-a a promover o levantamento moral do Brasil, pelo culto ao civismo e pela eficiência do seu poder militar, base da grandeza e da intangibilidade das nações, aproveitando para isso as lições que estamos colhendo com a guerra européia.²⁷⁷

A Liga teve sua primeira reunião na data magna de 07 de setembro de 1916, em solenidade presidida pelo presidente da República Venceslau Brás, no edifício da Biblioteca Nacional, com formatura de voluntários do Tiro de Guerra nº 7, do Leme (bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro). Dentre suas tarefas constavam: propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; defender a paz, a liberdade, o trabalho, a história, a geografia e o porvir do Brasil.²⁷⁸ Seu objetivo principal, a exemplo de associações similares de outros países, como os Estados Unidos da América, era: “aproveitar-se das lições da conflagração europeia e tratar de organizar militarmente o país”, precipuamente implantando o serviço militar obrigatório com a função de educar os jovens para o civismo e de preparar todo cidadão para a defesa e segurança do País. Seu procedimento operacional consistiria em fazer conferências por todo o Brasil para despertar no povo o sentimento nacionalista.

²⁷⁶ Alegrete, Santa Maria, Bagé, Pelotas, Rio Grande, São Gabriel e outras.

²⁷⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 392, 394, 395.

²⁷⁸ *Jornal do Commercio* (RJ), de 08 de setembro de 1916 (sexta-feira), p.3.

Constavam, dentre seus membros, autoridades civis e militares e indivíduos notáveis que, via de regra, pertenciam também à Liga Brasileira pelos Aliados ou a organizações similares em outras cidades e em outros Estados da federação.²⁷⁹ Naquela ocasião, Bilac discursara sentenciando: “Inaugura-se hoje a vitória da inteira e verdadeira independência da nossa nacionalidade”.²⁸⁰

A questão do serviço militar era novamente discutida na Câmara dos Deputados, mas desta feita tendo por base a campanha difamatória contra Bilac. O deputado Maurício de Lacerda acusava o poeta de fazer sua campanha se beneficiando de verbas públicas secretas, sendo, por isso, indigno de ser recepcionado por uma comissão de parlamentares, como propusera o deputado Vespúcio de Abreu. O deputado Joaquim Osório veio em defesa de Bilac dizendo que ele se envolvera no referido movimento patriótico desinteressadamente, sem ter recebido dos cofres públicos “um vintém de auxílio”. O deputado Antônio Carlos se pronunciou em apoio a iniciativa de homenagear o poeta, que se mostrava merecedor da distinção em vista dos serviços de real valia prestados à nação com suas idéias nobres e elevadas.²⁸¹

Chegando ao Rio de Janeiro, de regresso do sul do País, Olavo Bilac foi recepcionado pela comissão parlamentar, por autoridades civis e militares e por uma grande número de populares. Pouco tempo depois, a 10 de dezembro de 1916, executava-se o primeiro sorteio para o serviço militar obrigatório, no Quartel-General do Exército, na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, cumpria-se o desejo de D. Pedro II, o sonho acalentado pelo marechal Hermes da Fonseca, tornado lei pela iniciativa do deputado Alcino Guanabara. Retornado oito anos mais tarde pelo deputado Mário Hermes, o tema contou com a união de autoridades em torno de ligas (principalmente da Liga de Defesa Nacional), na voz de lideranças como Olavo Bilac, cujos esforços só alcançaram êxito duradouro no contexto do clamor da grande conflagração mundial. O ambiente propício para a renovação da seiva vital da instituição militar, seu elemento humano, formou-se com o debate público de temas de interesse nacional e com o destaque, a projeção e a difusão destas ideias pela imprensa.

²⁷⁹Constituíam sua Direção Central: Pedro Lessa (Presidente), Miguel Calmon (Vice-Presidente), Olavo Bilac (Secretário Geral), Félix Pacheco (1º Secretário), Affonso Vizeu (Tesoureiro). Constavam como membros personalidades de destaque, escritores, jornalistas, políticos e grandes empresários.

²⁸⁰*Jornal do Commercio* (RJ), de 23 de julho de 1916 (domingo), p.4.

²⁸¹MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 394- 397.

O aumento da procura pelos Tiros de Guerra, pelas sociedades de tiro e pelo recrutamento para o serviço militar deveu-se, além da divulgação na imprensa, ao trabalho de Olavo Bilac. Em reconhecimento ao seu labor, a Academia Brasileira de Letras rendeu-lhe homenagem num banquete para setenta talheres no Salão Trianon, no dia 02 de abril de 1917 (segunda-feira). No discurso de oferta, Alfredo Pujol enalteceu o trabalho de Olavo Bilac destacando a visita do poeta ao Estado de São Paulo e suas viagens pelo Sul do país em “propaganda de reerguimento e robustecimento da nacionalidade”. Olavo Bilac, em resposta, discorreu sobre a campanha patriótica dos últimos tempos e do papel que nela a cidade de São Paulo tinha desempenhado. Falando da impressão que tivera por ocasião de uma visita a um dos quartéis paulistas, destacou o “sagrado entusiasmo dos voluntários” e a “boa vontade disciplinar dos sorteados”. Disse ele:

Das inúmeras lições que já nos deu a primeira expressão deste regulamento, uma avulta, que devemos cuidadosamente guardar. Dos sorteados que vieram dos mais distantes pontos do Brasil, muitos são analfabetos, ignorantes da nossa geografia e da nossa história, leigos da vida administrativa, econômica e política do país, inconscientes do seu valor moral como cidadãos.

O poeta observava que, graças à instrução no quartel, aqueles jovens se tornariam “bons e dignos brasileiros”.²⁸²

Com o agravamento do cenário para a política externa do País, aumentava a preocupação com a defesa nacional. A diretoria da Liga de Defesa Nacional se reuniu e deliberou suprapartidariamente, levando em conta, acima de tudo, os interesses do País. Em razão do torpedeamento do navio mercante *Paraná*, na noite de 04 de abril de 1917, deu-se uma semana depois, a 11 daquele mês, o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha. Mesmo sendo remoto ou pouco provável o risco de atentado alemão contra o território nacional, sabia-se que aquela decisão se tratava de um passo significativo em direção à beligerância entre os dois países. Com isso, tornou-se perceptível, no meio político e na imprensa, o aumento da preocupação com a segurança externa do país. Criou-se o sentimento de urgência quanto à necessidade da adoção de medidas mais incisivas no tocante ao fortalecimento das forças armadas nacionais. O ministro da Guerra determinou o reaparelhamento das fortificações litorâneas brasileiras e o ministro da Marinha redistribuiu seus navios em patrulhamento pela costa do País, agora dividida em setores (central, norte e

²⁸²*Jornal do Commercio* (RJ), 04 de abril de 1917 (quarta-feira), p.2.

sul). O ministro da Guerra recomendou ainda aos comandantes militares que fossem “intensificados os exercícios das linhas de tiro situadas nas suas respectivas regiões” e todos os alistados, embora não sorteados para a prestação do serviço militar, deveriam se exercitar “ou nas linhas de tiro locais ou nos corpos de exército, o maior número de vezes possível cada mês”.²⁸³ O Brasil preparava-se para a guerra.

Por ocasião do rompimento das relações comerciais e diplomáticas com o Império Alemão por parte do Governo brasileiro, a Liga de Defesa Nacional assim se expressou:

A Comissão Executiva da LIGA DE DEFESA NACIONAL apresenta a V. Ex.^a os seus protestos de aplauso e completa solidariedade pelos atos com que o Governo Federal acaba de desafrontar a nação brasileira pelo rompimento das relações diplomáticas com o Império da Alemanha e confia que V. Ex.^a saberá manter sua ação enérgica até a cabal reparação do ultraje feito à nossa bandeira. A Liga de Defesa Nacional [...] desde já põe a disposição de V. Ex.^a todos os serviços que pode e deve prestar na situação grave em que se acha o Brasil.²⁸⁴

Naquele contexto, a Liga de Defesa Nacional, por meio da Comissão Executiva de seu Diretório Central, levando em consideração “a gravidade da situação” em que se encontrava o Brasil, tornava pública a orientação encaminhada a seus Diretórios Regionais para que intensificassem e ampliassem, em suas áreas de influência, dentro de suas alçadas, as atividades de propaganda constantes do programa de seu estatuto.

Prosseguia o texto, na mesma página:

Arrastados por motivos que não dependeram de sua imprudência ou imprevidência a uma atitude de digna firmeza e enérgica resistência, o Brasil, definindo o seu papel e a sua posição no conflito que se generaliza em toda a extensão da terra civilizada, mantém sem desvios a tradição da sua política nacional e internacional e baseia-se na imprescindível defesa de suas necessidades materiais e morais. (Grifos nossos)

Os termos empregados, ficou evidente, tinham apelo emocional, mas as justificativas podiam não corresponder plenamente à realidade, merecendo análise mais detalhada e julgamento equilibrado. É questionável a prudência e a previdência de nossas autoridades ao permitir que nossos navios trafegassem, sem escolta, em áreas conflagradas, sujeitas à bloqueio submarino, onde ocorriam sucessivos e numerosos naufrágios por torpedeamento, quando tripulações de navios mercantes se recusavam a seguir viagem por aquelas zonas

²⁸³ *Jornal do Commercio* (RJ), 12 de abril de 1917 (quinta-feira), p.4.

²⁸⁴ *Jornal do Commercio* (RJ), 13 de abril de 1917 (sexta-feira), p.3.

conflagradas. Da mesma forma, com a atitude tomada, contrariamente ao que afirmava a mensagem, o Brasil se desviava de sua política de privilegiar a diplomacia e a busca da solução pacífica de controvérsias, conduta estabelecida em sua Carta Magna.

No parágrafo seguinte consta:

Demonstra a nossa história que nunca, até hoje, desde o tempo da independência, [...] apelamos para as armas, senão quando as nossas liberdades e os nossos brios foram ofendidos, ou quando graves divergências ameaçaram a integridade do nosso território ou a observância da nossa constituição política.

O rompimento das nossas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha era um dever que a nossa defesa e a nossa dignidade impunha. Depois do torpedeamento do navio brasileiro “*Paraná*”, vitimado pela desumana guerra submarina sem restrições com que o Governo alemão está afrontando e indignando todo o mundo culto, a nossa neutralidade seria o aniquilamento da existência moral do país. [...] A desafronta era inevitável.²⁸⁵

Procedendo-se à análise da mensagem em confronto com as circunstâncias e com os fatos, podemos depreender entendimento diverso daquele constante do texto tornado público pela Liga de Defesa Nacional. O afundamento de um navio mercante que forçava um bloqueio naval ou submarino em águas internacionais ou em águas territoriais estrangeiras conflagradas não representava ameaça ao território brasileiro. Não houve, por parte do suposto agressor, ameaça à nossa constituição política ao torpedear um navio mercante nacional. Tampouco o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha devido ao alegado sinistro marítimo se tratava de imposição moral. Outros países, nesta guerra, amargaram maiores perdas de mercantes do que aquelas sofridas pelo Brasil, buscaram o entendimento pela intensificação da via diplomática, recorreram aos tribunais para a reparação de danos e mantiveram-se neutros no conflito, sem que isso tenha significado mácula em sua dignidade no cenário político internacional, menos ainda “o aniquilamento moral do país”.

Levanta-se a dúvida se o ato justificaria, como resposta, cercear os canais de entendimento diplomático e dar-se passos rumo às incertezas e custos decorrentes da experiência de tomar parte numa aventura bélica envolvendo grandes potências. Isto só não teria sido uma insensatez, cabe-nos especular, caso já houvessem cálculos prévios com expectativas bastante favoráveis de benefícios futuros, respaldados por entendimentos

²⁸⁵ *Jornal do Commercio* (RJ), 13 de abril de 1917 (sexta-feira), p.3. (*Grifos nossos*)

secretos com o governo de pelo menos uma grande potência beligerante avalizadora que se imaginava, com elevado grau de probabilidade, sairia vencedora no embate. Ao que tudo indica, foi esse o caso do Brasil ao declarar guerra à Alemanha aliando-se aos Estados Unidos da América. Desconhecendo grande parte dos dados envolvidos na questão, desprovida dos elementos necessários a uma análise mais apurada e equilibrada do incidente envolvendo o vapor *Paraná*, a Liga de Defesa Nacional julgou com parcialidade e de maneira apressada, segundo o fluxo ditado pelo Governo brasileiro e reforçado pela imprensa, tendo em mente o melhor para os interesses do Brasil, procurando se justificar retoricamente com base nos preceitos do direito, da moral e do patriotismo.

O trecho seguinte da comunicação da Liga de Defesa Nacional convocava o povo brasileiro a se preparar, “com energia e calma”, com vistas a “toda e qualquer eventualidade”, pois “acontecimentos mais sérios” poderiam decorrer da posição que o país adotara. O missivista apelava aos Diretórios Regionais da Liga de Defesa Nacional para que direcionassem a opinião pública em todo o país em prol da causa que o governo brasileiro abraçava, nestes termos:

Dirige-se, por isso, a Comissão Executiva aos Diretórios Regionais pedindo-lhes que, por todos os meios ao seu alcance, com a sua sabedoria e o seu patriotismo, encaminhem a corrente da opinião pública em toda a extensão do território nacional, procurando manter e desenvolver nos espíritos a evidência da justiça da nossa causa e a confiança que deve inspirar-nos a certeza da nossa força e do nosso direito.²⁸⁶

Por fim, como inolvidável papel destinado à imprensa naquela ocasião, a Liga apelava por uma “propaganda contínua e entusiasta” por “todas as cidades dos Estados” para que “todos os homens válidos”, não deficientes ou incapacitados, procurassem os quartéis do Exército e as Sociedades de Tiro para se exercitarem “no manuseio das armas” e adquirissem “a saúde, a destreza e a disciplina” com vistas à defesa eficaz da Pátria. A mensagem²⁸⁷, datada de 13 de abril de 1917, acrescia como *post scriptum*: “A Liga de Defesa Nacional pede a todos os jornais do Brasil que transcrevam o texto desta nota”.²⁸⁸

²⁸⁶*Jornal do Commercio* (RJ), 14 de abril de 1917 (sábado), p.5.

²⁸⁷Assinada pelos membros da Comissão Executiva: Pedro Lessa (Presidente), Miguel Calmon (Vice-Presidente), Olavo Bilac (Secretário Geral), Félix Pacheco (1º Secretário), Affonso Vizeu (Tesoureiro).

²⁸⁸*Jornal do Commercio* (RJ), 14 de abril de 1917 (sábado), p.5.

A Liga de Defesa Nacional cada vez mais adquiria notoriedade e influência na sociedade e na política nacionais. Pouco tempo depois o *Jornal do Commercio* noticiou a criação de Diretórios Regionais em Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Bahia além de crescer, entre seus novos membros, nomes de destaque como Delfim Moreira, Nereu Ramos e Nilo Peçanha.²⁸⁹ Não sem razão o Ministro da Fazenda Antônio Carlos fez elogio à atuação dos dirigentes da referida Liga atribuindo-lhes a “*obra grandiosa*” de soerguimento da defesa nacional “pelo revigoração das condições físicas e morais do povo brasileiro”. Em continuação, disse que a paz vindoura com o fim da Grande Guerra não haveria de assegurar, por si só, os destinos do Brasil. Seria necessário ao país ter uma liderança capaz de fazer bom uso de seu potencial e de suas riquezas. Assim se expressava ele: “É, pois, mister que um homem de coragem, de honestidade e de competência tenha a direção suprema das forças que devem dedicar ao aproveitamento sensato das riquezas de nosso país para que possamos enfrentar os perigos e dominá-los”.²⁹⁰ Palavras sensatas e com validade para os dias atuais, ditas num contexto de aproximação de ano eleitoral, deixando subentendida uma alusão ao nome de Rui Barbosa, presidente da Liga Brasileira pelos Aliados e membro da Liga de Defesa Nacional, potencial candidato ao cargo máximo do País nas eleições vindouras.

O discurso apregoado pela Liga de Defesa Nacional reverberava pelo País estimulando a criação de novos diretórios regionais. Em São Paulo, o próprio governador do Estado, senhor Altino Arantes, posicionou-se à frente do movimento da referida Liga designando pessoalmente os membros do seu Diretório Regional, em 22 de abril de 1917, e apelou a que todos os brasileiros, sem distinção, a ela se filiassem. Um mês depois, em nota, o Diretório estabelecia como sua tarefa “ampliar e desenvolver a ação de propaganda” em prol do fortalecimento da defesa e da soberania do país aconselhando “a todos os brasileiros válidos que se inscrevessem nos quartéis das guarnições do Exército e das associações de tiro a fim de receberem a instrução militar para, no momento preciso, defenderem eficazmente a

²⁸⁹*Jornal do Commercio* (RJ), 27 de abril de 1917 (Sexta-feira), p.2. **Delfim Moreira** da Costa Ribeiro (1868-1920) foi advogado e político tendo exercido a presidência da República do Brasil de 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919. Nereu Ramos (1888-1958) foi advogado e político exercendo mandatos de deputado estadual e deputado federal. Assumiu a presidência da República de 11 de novembro de 1955 até a posse de Juscelino Kubitscheck, em 1956. **Nilo Procópio Peçanha** (1867-1924) foi bacharel em Direito e político. Foi presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906) e, com a morte de Afonso Pena, assumiu a presidência da República (de 1909 a 1910). Foi chanceler em substituição a Lauro Müller, de 1917 a 1918.

²⁹⁰*Jornal do Commercio* (RJ), 29 de abril de 1917 (domingo), p.7.

Pátria”.²⁹¹ Estas ações e discursos de idêntico teor se reproduziam pelo Brasil despertando na população o interesse pela defesa nacional, atraindo jovens para as atividades militares, o que concorria para a renovação das forças armadas do País.

Durante a instalação da sede da Liga de Defesa Nacional no Rio Grande do Norte, por exemplo, seu diretor, o doutor Ferreira Chaves, disse que vivíamos um “grave momento da vida soberana de nossa pátria” sendo previsível que “novas complicações” viessem a agravar a situação internacional do Brasil até ao extremo de sermos “forçados à defesa armada dos nossos brios e da nossa soberania”. Por isso, lembrava aos ouvintes “ser o primeiro dever de todo cidadão” defender a liberdade de sua pátria, se necessário, com o sacrifício da própria vida. Mas advertia que tal defesa só seria efetiva mediante “o preparo prévio de todos os homens válidos, capazes de pegar em armas na emergência de uma agressão estrangeira”. Era preciso estar pronto “para afirmar e garantir perante o mundo a soberania do nosso direito e repelir com vantagem uma possível violação do nosso solo”. Conclamava “todos os moços válidos, todos os homens fortes”, a se exercitarem no uso das armas, “quer organizando associações e grupos de atiradores na própria localidade” em que residiam, “quer procurando instrução militar completa” nos locais onde fosse possível obtê-la. Alertava para a urgência com que cada um devia “se habilitar para a defesa do seu lar, da sua terra, dos seus bens integrantes da Pátria”. Com vistas a esse “fim supremo”, pedia “o auxílio do patriotismo” de seus ouvintes para que todos se habilitassem a empunhar armas, pois a ideia da Pátria ameaçada significava, “sob mil aspectos”, perigo para cada um dos brasileiros e defender a Pátria seria defender a nós próprios.²⁹² Exortações similares a esta se multiplicaram pelo País. O Brasil se mobilizava para a Guerra reavivando o elemento vital de seu aparelho militar.

O ano de 1918 começou alvissareiro para a Liga de Defesa Nacional. A edição de 01 de janeiro (terça-feira) do jornal *O Estado de São Paulo*, na página 3, anunciava que a Liga recebia, quase diariamente, ofícios comunicando a fundação de novas sociedades de tiro. Uma delas, a Sociedade de Tiro Brasileiro, informava já ter incorporado 125 de seus sócios ao Tiro de Guerra para a formação dos mesmos como reservistas. Com vistas a intensificar seus treinos afim de melhorar a instrução militar de seus associados, aquela sociedade

²⁹¹Jornal *O Estado de São Paulo*, 23 de maio de 1917 (quarta-feira), p.10.

²⁹²*Jornal do Commercio* (RJ), de 21 de maio de 1917 (segunda-feira), p.3.

enviava à Liga o projeto de seu *stand* de tiro contendo a planta, o cronograma e o orçamento da obra, solicitando autorização para muito em breve iniciar sua construção e dar imediato início aos treinos. O *Jornal do Commercio*, na mesma época, destacava que só o Tiro 7, do Leme (na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro), havia qualificado 227 reservistas no último exame, realizado no mês anterior (dezembro).²⁹³ Aliás, o Tiro 7 era destaque frequente nas páginas dos jornais. No dia 30 de abril do ano findo (1917), por exemplo, na Quinta da Boa Vista (na cidade do Rio de Janeiro), dera-se o exercício do referido Tiro 7, com “temas de combate de guerra” e execução de tiro real do qual participaram 250 instruídos.²⁹⁴ A ele se filiara o filho do Presidente da República e dele fazia parte, como instruído, “uniformizado e demonstrando muito interesse”, o empresário Miguel Calmon, vice-presidente da Liga de Defesa Nacional e membro da Liga Brasileira pelos Aliados.

A campanha iniciada por Bilac ganhara espaço, projetara-se pelo País inteiro fazendo adeptos nas diversas camadas da sociedade brasileira. Dava-se a aproximação afetiva e efetiva entre lideranças políticas, povo e forças armadas por meio da atuação da imprensa. Criou-se, por fim, o ambiente fértil para a implantação das mudanças estruturais, a tanto tempo sucessivamente postergadas, necessárias ao fortalecimento de suas expressões de poder, em especial de seu vetor militar, suporte fundamental de sua política externa de projetar e reposicionar o País na nova ordem mundial que se delineava.

²⁹³ *Jornal do Commercio* (RJ), de 03 de janeiro de 1918 (quinta-feira), p.2.

²⁹⁴ *Jornal O Estado de São Paulo*, 01 de maio de 1917 (terça-feira), p.1.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi a análise do papel dos intelectuais e da mídia impressa no Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tomando como base os jornais de maior circulação na Capital política do País (a cidade do Rio de Janeiro) e na capital financeira (a cidade de São Paulo). Recorremos, principalmente, às matérias publicadas no *Jornal do Commercio* (RJ) e no jornal *O Estado de São Paulo*. No período a que se refere o presente trabalho, o Brasil era um país com cerca de 24 milhões de habitantes (ou seja, tinha menos de um décimo de sua população atual), sua estrutura política era oligárquica, de baixa mobilidade social e com acentuadas desigualdades. Sua economia, pautada basicamente na exportação do café e subsidiariamente em outros produtos primários, enfrentava seguidas crises financeiras e vivia sob constante instabilidade política. Predominava, grosso modo, a “política do café-com-leite” nas eleições para o cargo máximo do País e a “política dos governadores” para a eleição do cargo de líder do poder executivo estadual. As eleições para cargos políticos regionais ou locais se caracterizavam pelos “currais eleitorais”. Praticavam-se as chamadas de “eleições a bico de pena” e vigorava ainda o modelo da “degola” como último recurso para aceitação ou não do candidato escolhido no pleito. Há de se realçar, desse modo, o descompasso entre as pretensões apregoadas retoricamente e a prática possível dentro das reais circunstâncias em que se vivia.

No contexto sul-americano, o Brasil a pouco havia concluído a demarcação de suas fronteiras sob a chancelaria do Barão do Rio Branco, mas ainda perduravam resquícios de rivalidades por disputas territoriais e pela liderança regional com a Argentina, contra quem ensaiamos uma corrida armamentista contrabalanceada pelo Chile. De qualquer forma, já no atrasado Brasil do quadriênio da Primeira Grande Guerra, as Forças Armadas nacionais foram tema de especial interesse para a imprensa e para os seus mais proeminentes intelectuais, que as consideraram indispensáveis à defesa do país, à sua soberania e à instrumentalização da sua política externa.

Nossas lideranças políticas, que também se confundiam com nossa elite intelectual, tinham interesses vinculados aos Estados Unidos da América, nosso principal parceiro comercial, e os olhos voltados para a Europa, tida como centro cultural do mundo civilizado. Por certo não se ignorava o que ali se passava: os encantos de *Belle Époque* anestesiando a

realidade das disputas por mercados, a hegemonia da Inglaterra nos mares do mundo, o imperialismo, a corrida armamentista, o progresso do “Colosso Americano”, a ascensão política, econômica, industrial, científica e militar da Alemanha, o revanchismo da França com a derrota sofrida na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a política de alianças diplomático-militares entre as grandes potências. Desse modo, a ocorrência da chamada Guerra da Europa já era esperada, por vezes até desejada; surpresa foi apenas o que parecia imponderável: sua abrangência territorial, sua duração, suas consequências e a profundidade das mudanças que provocaria em todo o mundo, em todas as sociedades, cujas consequências se estendem até à atualidade.

Sem se aperceber dos verdadeiros propósitos ou desígnios dos acontecimentos, nossa intelectualidade seguia os modismos praticados na Europa, tão somente sob a perspectiva de que se tratava de sinal de desenvolvimento, de evolução e de progresso. Eram adotados os mesmos conceitos e idéias, imitavam-se os gostos, a etiqueta, o estilo do vestuário, a música e a arquitetura cultuados nos grandes centros europeus. A moda que se usava aqui era aquela trazida pelo mais recém-chegado navio com sortimentos de Paris. As reformas urbanísticas pelas quais passavam nossas maiores cidades visavam ao afrancesamento de nossas paisagens. Nossa intelectualidade era formada segundo o modelo educacional francês, cultuando a literatura, as artes e a história da França. Desta forma, a influência cultural predominante no Brasil era marcadamente francesa, fruto ainda de nossa herança colonial, pois Portugal dependia historicamente da Inglaterra em termos políticos, econômicos e militares, razão pela qual aproximava-se culturalmente da França como artifício para mitigar sua incômoda situação político-estratégica.

Aderia-se à prática de esportes nos clubes, especialmente o remo, e à ginástica nas escolas. A filosofia do *mens sana in corpore sano* ganhou adeptos, particularmente entre os membros das classes mais abastadas, que difundiam os valores sociais e as práticas a serem cultuadas. Depois viria o futebol que, gradualmente, popularizou-se atraindo novos praticantes e admiradores. Fora dos clubes e das grandes fábricas, o futebol e as práticas desportivas para adultos tornaram-se acessíveis nos quartéis, através do serviço militar, iniciativa já adotada na Europa e nos Estados Unidos da América. O prestígio dos esportes e das Forças Armadas junto à população passou a crescer com a ampla divulgação, pela mídia,

das competições e torneios envolvendo o Exército, a Marinha e as equipes dos grandes clubes sociais e desportivos.

O escotismo foi outra iniciativa importada da Europa que frutificou no Brasil. Destinada a jovens e adolescentes, baseava-se em adaptação, com métodos lúdicos, da estrutura, dos princípios e das práticas das organizações militares. Por meio de atividades e jogos ao ar livre, aos escoteiros (do sexo masculino) e às bandeirantes (do sexo feminino) eram transmitidos valores e práticas como civismo, higiene, boas maneiras, companheirismo, primeiros socorros, técnicas de sobrevivência, princípios éticos, religiosos e morais. Os grupos de escoteiros participavam ainda de atividades e cerimônias públicas em datas cívicas e nas festas religiosas, que atraíam grande audiência dando-lhes notoriedade e prestígio. Tais atividades aproximavam e afeiçoavam o público ao *modus vivendi* castrense, fator favorável à boa aceitação do serviço militar obrigatório no seio da sociedade.

Também da Europa procurávamos copiar as doutrinas, as técnicas, táticas, armamentos e equipamentos militares. As linhas de tiro, os clubes de tiro e as sociedades de tiro foram iniciativas oriundas da Europa e trazidas para o Brasil, notadamente pelos imigrantes alemães que fundaram colônias de povoamento nas nossas longínquas pairagens. Ali, diante dos problemas a serem enfrentados, da carência de recursos e da ausência de órgãos do Estado, os colonos desenvolveram seus próprios meios de organização para atender suas necessidades de saúde, educação, segurança e defesa. Aproveitando-se da ideia, o marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra na presidência de Afonso Pena (1906-1909), apoiado pela campanha desenvolvida pelo deputado Alcindo Guanabara no plenário da Câmara e nos jornais, aprovou a lei do serviço militar que, entre outras medidas, valia-se das linhas de tiro para disseminar a instrução militar básica aos cidadãos válidos. Com a Guerra da Europa, as linhas de tiro, que na presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914) haviam sofrido redução, voltaram a se expandir pelo país com o apoio do então ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria (que lhes facilitava o acesso às armas, às munições e às instruções), e da imprensa (que lhes proporcionava publicidade e destaque).

Outro modismo importado da Europa para o Brasil foi o de proferir palestras que tratavam dos mais diversos temas: moral e civismo; o caráter; a liberdade; a defesa da pátria; a saúde; o vigor físico; as eleições; o respeito às leis; o culto à língua portuguesa; a

importância de conhecer a história e a geografia do país, dentre outros. Eram as “conferências patrióticas”, adjetivo aplicado a praticamente tudo que se desejasse valorizar ou enaltecer. Buscava-se despertar a sociedade e conscientizar nossas lideranças quanto à urgência em atender necessidades prementes, sanar problemas há tempos postergados e fortalecer suas instituições. Com a Guerra da Europa, ganhou destaque crescente na sociedade brasileira tudo o que se relacionava à defesa nacional, assunto tratado textualmente como “defesa da Pátria”. Estimulavam-se os indivíduos à preparação em seus preceitos morais (cultuados desde a adolescência na prática do escotismo), a habilidade no manejo de armas (obtida como treinamento nas linhas de tiro e tiros de guerra), o culto à preparação física (com a prática de esportes e a ginástica) e o zelo com a saúde (por meio dos cuidados com a higiene e com a prática de atividades ao ar livre).

Proliferavam por várias cidades do Brasil as ligas e as associações sem fins lucrativos destinadas, precipuamente, a sanar as deficiências dos serviços e da assistência dos órgãos públicos: apoio à saúde pública, redução do analfabetismo, estímulo à formação profissional, instrução pública (educação), saneamento, etc. No contexto de agitação com a Grande Guerra, duas destas associações tiveram especial destaque e influência: a Liga de Defesa Nacional e a Liga Brasileira pelos Aliados. A primeira se dedicou a movimentar a sociedade em apoio e estímulo à implantação do serviço militar obrigatório; a segunda buscava mobilizar a opinião pública e as massas em apoio à causa dos aliados na guerra. Uma se destinava a despertar a sociedade para a importância da defesa externa do País com a implantação do serviço militar obrigatório; a outra visava a que o Brasil entrasse na Guerra da Europa em favor da causa dos Aliados, contra a Alemanha. Aquela permanece em atividade até os dias atuais; esta se extinguiu ao fim da Grande Guerra, quando cessaram os motivos que justificavam sua existência. Uma teve como principal porta-voz o poeta Olavo Bilac; a outra contou com a proeminente figura de Rui Barbosa.

A entrada do Brasil na Grande Guerra foi a evidência de nossa subserviência diplomática, de nossa dependência econômica e do nosso senso de oportunismo político. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi a prova cabal do nosso despreparo militar. A pequena força naval que a Marinha do Brasil enviou para auxiliar a esquadra britânica no patrulhamento da Costa Ocidental Africana entre Dakar (no Senegal), Gibraltar (Reino Unido) e as Ilhas de Cabo Verde (Portugal), a despeito do tradicional zelo que os

homens do mar devotam à conservação e manutenção dos seus meios, levou sete meses para deixar o litoral brasileiro rumo ao teatro de operações e demorou quatro meses para chegar ao seu porto de destino. Sofreu uma série de panes durante toda a travessia. Aportou em Gibraltar, sua base de operações, no dia anterior à assinatura do armistício.²⁹⁵ Quanto ao Exército, sua notória incapacidade operacional inviabilizou o envio de tropas para o *front* sendo designados apenas pequenos grupos de militares destinados a observar a guerra e avaliar os materiais a serem adquiridos para o reaparelhamento das forças terrestres nacionais. Ainda uma pequena equipe de aviadores brasileiros foi designada para se instruir na Inglaterra.

A mais significativa contribuição do Brasil ao esforço de guerra aliado deu-se no campo logístico, tanto na área comercial, com a venda de gêneros de primeira necessidade, quanto na área diplomático-militar, com a missão de assistência médica que instalou e operou um hospital em Paris e prestou serviços de saúde em diversas localidades da França. Com essa colaboração, o Governo brasileiro visava angariar prestígio junto aos aliados de modo a obter maiores dividendos nas negociações de paz e pleitear melhor posicionamento na nova ordem internacional como membro fundador da Liga das Nações, organização a ser criada no imediato pós-guerra, hipoteticamente destinada a evitar novos conflitos armados regulando, dali por diante, as relações internacionais.

As mudanças necessárias à modernização das Forças Armadas brasileiras eram profundas exigindo tempo e recursos para serem implementadas. Não poderiam ser executadas num único mandato presidencial. Venceslau Brás, por sua moderação, discrição e comedimento, era o homem providencial para acomodar tantas reivindicações e propostas numa época de agitação e de incertezas que pairavam num mundo em guerra. Teve a sorte de não contar com a oposição ferrenha de Rui Barbosa e de não sofrer interferências políticas dos ex-presidentes da República. Pelo contrário, Rui e o ex-presidente Rodrigues Alves teriam papel de destaque como conselheiros de Venceslau Brás e do chanceler Nilo Peçanha em momentos decisivos. Hermes da Fonseca, ao deixar a presidência da República, foi residir na Europa deixando nas mãos de seu filho, o deputado Mário Hermes, a atribuição de representar e defender os interesses do Exército em plenário, enquanto coube a Olavo Bilac ser a voz eloquente a acender a chama dos sentimentos cívicos no Brasil.

²⁹⁵ Trabalhos específicos sobre este tema se encontram em ALMEIDA (2008) e MENDONÇA (2012).

Nestas circunstâncias, as linhas de tiro e o sorteio para o serviço militar obrigatório eram apenas o começo. As grandes e profundas mudanças requeridas pelas Forças Armadas ficariam como atribuições da presidência de Epitácio Pessoa (1922-1926), chefe da delegação brasileira que participou dos debates para o Tratado de Versalhes. Nesta ocasião, considerando-se como tendo sido de pouca relevância a contribuição brasileira no esforço de guerra aliado e levando-se em conta a evidente fragilidade de nossa expressão militar e o nosso inexpressivo peso na política internacional, a delegação do Brasil não teve lugar de destaque à mesa de negociações vendo se frustrarem seus mais significativos intentos. As transformações operadas na Marinha, mostraria o futuro, seriam de pequena monta por não contarem com o apoio do persistente e personalista ministro Alexandrino de Alencar, que assumiria novamente o cargo após um breve período da gestão de ministros civis durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922). Pandiá Calógeras, que realizara minucioso estudo sobre as Forças Armadas nacionais no último ano da Grande Guerra²⁹⁶ e integrou a delegação brasileira à Conferência de Paz de Paris, foi designado ministro da Guerra. O Brasil, para inserir-se entre as grandes potências no cenário internacional, não poderia estar a reboque de outro país; teria que ser robusto em termos econômicos, atuante em termos diplomáticos e forte em sua expressão militar.

Mas a tentativa de inserção internacional do Brasil no cenário político mundial, aproveitando-se do momento de estabelecimento de uma nova ordem internacional, somente se daria com a entrada do Brasil numa guerra que não nos dizia respeito, quando o País não dispunha de expressão política, econômica, diplomática e militar significativa no cenário internacional. Para atender a estas exigências (apoio aos Aliados e participação na Guerra) era indispensável a criação de um ambiente favorável às mudanças por meio da conquista da opinião pública. Este papel competiu à imprensa, com a atuação dos intelectuais.

Foi com este pano de fundo que a tese percorreu seu destino. Na introdução, buscamos situar o assunto a ser estudado no ambiente de sua época, dentro de um contexto sócio-político internacional e nacional. Destacamos a Guerra da Europa de 1914 a 1918²⁹⁷

²⁹⁶ CALÓGERAS, João Pandiá. *Problemas de administração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p.5.

²⁹⁷ Só mais tarde, na década de 1940, a Guerra da Europa (depois chamada de Grande Guerra) ficaria conhecida como Primeira Guerra Mundial (ou Primeira Grande Guerra), quando o Mundo vivenciava outra grande conflagração, que se denominou de Segunda Grande Guerra ou Segunda Guerra Mundial.

como fenômeno demarcador de um novo período na História da Humanidade, em razão das transformações que provocou. A questão a que se propôs o presente trabalho foi a reconstituição do clima formado no Brasil, nas décadas iniciais do século passado, depreendido pela atuação de dois dos principais intelectuais brasileiros na grande imprensa da época: Rui Barbosa (1849-1923) e Olavo Bilac (1865-1918).

No primeiro capítulo, destacamos o embate de ideias dos intelectuais da época que, por meio da imprensa, demonstraram se posicionar a favor de um ou de outro dos lados em luta na Grande Guerra (Tríplice Aliança e Tríplice Entente), refletindo-se, em suma, na preponderância das simpatias pela França e pela Bélgica, por um lado, e na oposição e discriminação da Alemanha, por outro. Tal fato se deu, originariamente, em razão da longa e profunda influência cultural francesa na formação educacional de nossas elites. Naquele contexto, destacaram-se as vozes de Rui Barbosa e de Olavo Bilac que, a despeito de estarem do mesmo lado na questão, visavam objetivos distintos e defendiam trajetórias diferentes para o Brasil.

No segundo capítulo, destacamos a atuação de Rui Barbosa em sua defesa para que o Brasil ingressasse na Guerra da Europa em apoio aos aliados. Rui, na época senador da República, foi presidente de honra da Liga Brasileira pelos Aliados e valeu-se, principalmente, do *Jornal do Commercio* para a propagação de suas ideias. Na verdade, Rui propagava no Brasil as ideias veiculadas nos jornais dos países aliados da Europa segundo as quais aquela conflagração se tratava de um embate da civilização contra a barbárie, do direito contra a injustiça, da cultura latina contra a *kultur* germânica. Para ele, o Brasil não poderia se furtar ao dever de prestar apoio moral, diplomático, político e material à causa aliada que seria, em suma, uma causa em defesa do futuro da humanidade.

O terceiro capítulo aborda o papel de Olavo Bilac como propugnador da necessidade de, naquelas circunstâncias, reerguer as instituições nacionais. Era chegado o momento oportuno e inadiável do Brasil se fazer forte em suas bases cívicas e em valores morais, soberano em sua grandeza política e próspero economicamente. Como porta-voz da Liga de Defesa Nacional, defendia que a educação era fator de transformação do país a partir dos ensinamentos obtidos durante o serviço militar obrigatório. Ao formar um novo homem, teríamos as condições básicas para as demais transformações de que o Brasil carecia.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatórios do Ministro de Estado da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Capital Federal: Imprensa Militar, 1913 a 1920.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatórios do Ministro de Negócios da Marinha ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Capital Federal: Imprensa Naval, 1913 a 1920.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatórios do Ministro das Relações Exteriores ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Capital Federal: Imprensa Nacional, 1913 a 1921.

_____. *Documentos Diplomáticos. Guerra da Europa: Attitude do Brasil (1914-1917)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

_____. *Documentos Diplomáticos. Guerra da Europa: Attitude do Brasil (1918)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

_____. *Dossiê fornecido pelo Ministério do Exterior - 1916/1919*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicações da Secretaria, 1920.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1914-1919.

Jornal O Estado de São Paulo. S. A guerra (1914-1918): boletins semanais. (Quatro Volumes). São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

_____. LIMA, Manoel de Oliveira - Coluna "Ecos da Guerra". São Paulo, 1915-1916.

Jornal Correio da Manhã, 1914-1919. (Exemplares avulsos)

Jornal do Brasil, 1914-1919. (Exemplares avulsos)

Jornal O Imparcial, 1914- 1918. (Exemplares avulsos)

Jornal O Paiz. Rio de Janeiro, 1914- 1919. (Exemplares avulsos)

Fontes Secundárias

a) Livros

ABRANCHES, João Dunshee de. *A ilusão brasileira (justificativa de uma atitude)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

AGUIAR, Ronaldo C. *O Rebelde Esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bonfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *“Tudo pela Pátria”: a Grande Guerra no mar e o poder naval brasileiro de 1914 a 1917*. (Dissertação). Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de História, 2007.

AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

ARBIVOHN (Raimundo Correia de Sousa Bandeira). *O perigo prussiano no Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1914.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARACUHY, Braz. *Vencer ao Perder: a Natureza da Diplomacia Brasileira na Crise da Liga das Nações (1926)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

BARBOSA, Rui. *A Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. 2 ed. São Paulo: Escala, s.d.

_____. *Diário Íntimo- Fragmentos*. 2ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

_____. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *Vida Urbana*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>

BERTONHA, João Fábio. *A Primeira Guerra Mundial: o conflito que mudou o mundo (1914-1918)*. Maringá: EdUEM, 2011.

BILAC, Olavo. *A defesa nacional (discursos)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

BILAC, Olavo. *Registro: Crônicas da Belle Époque carioca*. Campinas: Unicamp, 2011.

BLOWER, Berbard David. *História do Escotismo Brasileiro: os primórdios do escotismo no Brasil*. Vol. I. Tomo – 1910- 1924. Rio de Janeiro: CCME, 1994.

BRANDÃO, Avelino. *Olavo Bilac e o serviço militar: o homem, o artista e o patriota*. Rio de Janeiro: s. ed., 1969.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Problemas de Administração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Serviço Militar Obrigatório- "Discursos"*. Pronunciado na sessão de 14 de novembro de 1907, pelo Deputado Alcindo Guanabara. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

CANCELLA, Karina. *O esporte e as forças armadas na Primeira república: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

CARDIM, C.H. & Almino, J. *Rio Branco e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC- Edições, 2002.

_____. *A Raiz das Coisas. Rui Barbosa: O Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Afonso de. *Bilac: o homem, o poeta, o patriota*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

CARVALHO, Antonio Gontijo. *Calógeras*. São Paulo: Nacional, 1935.

CARVALHO, Delgado. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrick. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAVALCANTI, Pedro. *A Presidência de Wenceslau Braz (1914-1918)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DARÓZ, Carlos R. C. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: A longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da república à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DIMAS, Antônio (org.). *Vossa Insolência (crônicas)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

DINES, Alberto (org.). *Diários Completos do Capitão Dreyfus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

_____. “O Brasil Republicano”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. São Paulo: Difusão Editorial Ltda., 1975.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão e ZENHA, Celeste. *O Século XX: O Tempo das Certezas- Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA NETO, Cicinato. *1915: A história dos sertanejos cearenses no ano da seca*. Fortaleza: Premius, 2015.

FONSECA, Mário Hermes. *Pela defesa nacional* (Conferências, artigos e entrevistas). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

FONSECA FILHO, Hermes. *Marechal Hermes: dados para uma biografia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1961.

FLORES, Hilda A. Hübner; NEUBERGER, Lotário. (org.) *1ª Guerra Mundial: reflexos no Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2014.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

GARAMBONE, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. 2ª ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GENTIL, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. São Paulo: Nacional, 1932.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1976 (v. 3).

GUANABARA, Alcindo. *Serviço militar obrigatório: discurso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

HAYES, Robert A. *Nação Armada: A Mística Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HAYTHORNTHWAITE, Philip J. *The World War One Source Book*. London: Brockhampton, 1994.

- HOBBSBAUM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Schwarcz, 1995.
- KEEGAN, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2003 (2ª edição).
- KEITH, Henry Hunt. *Soldados Salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924 em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.
- KLINGER, Bertholdo. *Parada e desfile de uma vida de voluntário no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950.
- LEITE, Pedro da Costa. *Rui Barbosa e o Exército (conferência às classes armadas)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil: A Comparative History of Cultural Conflict During World War I*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987.
- LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: A República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- LOPES, Murilo Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953.
- MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Americana, 1974.
- _____. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MAIA, Prado. *DNOG: uma página esquecida da história da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.
- MANGABEIRA, João. *Ruy, o estadista da República*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, sd.
- MARINHA DO BRASIL. *História Naval Brasileira*. Terceiro Volume. Tomo I. Rio de Janeiro: SDGM, 2002.

- MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, forças armadas e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- MCCANN, Frank D. *A Nação Armada: Ensaio sobre a história do Exército Brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982.
- _____. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.
- MCMEEKIN, Sean. *The Russian Origins of the First World War*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- MENDONÇA, Valterian Braga. *O Brasil na Guerra da Europa (1914-1918): derrotas ao vencer*. Monografia (Especialização em História das Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2006.
- _____. *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008.
- _____. *De Natal a Gibraltar: A Divisão Naval Brasileira na Primeira Guerra Mundial*. (Monografia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2012.
- MONTEIRO, Marcelo. *U-93: A entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Porto Alegre: BesouroBox, 2014.
- MESSENGER, Charles. *A guerra de trincheiras. França e Flandres, 1914-1918*. Rio de Janeiro: Rennes, 1978.
- MIRANDA, Veiga. *Quatorze meses na Pasta da Marinha*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982 (2ª edição).
- MONTEIRO, Tobias do Rego. *As origens da guerra. O dever do Brasil*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.
- NABUCO, Carolina. *8 Décadas. Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- NORMANO, João Frederico. *A luta pela América do Sul*. São Paulo: Editora Atlas, 1944.
- PEREGRINO, Humberto. *Significação do Marechal Hermes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.
- PESSOA, Epitácio. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

- PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. *História da vida privada: da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. Vol. 5. São Paulo: Schwarcz, 2009.
- RÉMOND, René. *O Século XX: De 1914 aos Nossos Dias*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996
- RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. *Toda Crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berços de Heróis: o papel das Escolas Militares na formação de “Salvadores da Pátria”*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais: Dois Séculos de História*. Vol. I. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SENADO FEDERAL. “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)”. In: *Constituições do Brasil (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações)*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986 (v. I).
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1985.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Núcleo, 1992.
- SIMÕES JR, Álvaro Santos (Org.). *Registro: crônicas de Belle Époque carioca*. Campinas: Unicamp, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: História Completa*. São Paulo: Contexto, 2013.
- TOLEDO, Roberto P. *A capital de vertigem: uma história da cidade de São Paulo de 1900 a 1954*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2015.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização social*. Brasília: INL, 1978.

TOWNSHEND, Charles. *The Oxford Illustrated History of Modern War*. New York: Oxford University, 1997.

TREVISAN, Lauro. *O Pensamento Militar Brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e Morte no Sertão: história das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ática, 2001.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Primeira Guerra Mundial*. Coleção Relações Internacionais do Século XX, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996 (Primeira Parte).

WILLMOTT, H.P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

b) Artigos de livros

BECKER, Jean-Baptiste. “Opinião pública”. **In:** RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

BILAC, Olavo. “Inauguração da Avenida”. Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, de 19 de novembro de 1905. **In:** DIMAS, Antônio (org.). *Vossa Insolência: Crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. **In:** CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. 12ª Tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Celso. “Revoltas de soldados contra a República”. **In:** CASTO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrick. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

DÖPCKE, Wolfgang. “Apogeu e colapso do sistema europeu (1871-1918)”. **In:** SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações Internacionais - Dois séculos de história: Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1871-1947)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001 (Volume I).

- GIORGIS, José Carlos T. “A Grande Guerra na Imprensa de Bagé”. **In:** FLORES, Hilda A. Hübner; NEUBERGER, Lotário. (org.) *1ª Guerra Mundial: reflexos no Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2014.
- GUEDES, Max Justo. “O Barão do Rio Branco e a Modernização da Defesa”. **In:** CARDIM, Carlos H. & ALMINO, João, *Rio Branco e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2002.
- JACOBSEN, Rafael B. “Apontamentos sobre campos de guerra”. **In:** FLORES, Hilda A. Hubner; NEUBERGER, Lotário. *1ª Guerra Mundial: reflexos no Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2014.
- JEANNENEY, Jean-Nöel. “A mídia”. **In:** RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.
- LIMA, Oliveira. “O Sr. Lauro Müller”. **In:** SOBRINHO, Barbosa. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971.
- LUCA, Tania Regina de. “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. **In:** PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARTINS, Hélio Leôncio. “Forças Combatentes”. **In:** *História Naval Brasileira*. (Quinto volume, tomo II). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. “Cultura e Sociedade”. **In:** PINHEIRO, Paulo S. M. S.; VILLALOBO, André M. P.; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *História do Século 20: 1914/1919*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. **In:** SEVCENKO, Nicolau(org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. **In:** RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV.
- ZILBERMAN, Regina. “Da pena à espada: divergências ideológicas de Rui Barbosa e Monteiro Lobato na Primeira Guerra Mundial”. **In:** FLORES, Hilda A. Hubner; NEUBERGER, Lotário. *1ª Guerra Mundial: reflexos no Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2014.

c) Artigos em revistas acadêmicas

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Venturas e desventuras de uma experiência singular: a Divisão Naval Brasileira na África em 1918*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Nº 66, 2006.

SCHUCK-PAIM, Cynthia et al. *Exceptionally high mortality rate of the 1918 influenza pandemic in the Brazilian naval fleet*. Bethesda: National Institutes of Health, 2012.

SILVA, André F. Cândido da. *Nas trincheiras do front intelectual: Henrique da Rocha Lima e a Primeira Guerra Mundial no Jornal do Commercio*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57.

SILVA, Maria e RICCIOPPO, Paulo (Redatores). “A Primeira Guerra Mundial: A luta entre os aliados e as potências centrais”. In: *História das Civilizações*. Nº52. São Paulo: Abril Cultural, [s.d.] (tradução de Lenberg Criscuolo Filho).

d) Sites

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial e a DNOG*. Disponível em: <http://www.grandesguerras.com.br>. Acesso em 20 de maio de 2012.

KROEFF, Mário. *Missão Médica Militar em França na Guerra de 1918*. Disponível em: <http://www.grandesguerras.com.br/artigos>. Acesso em 28 de julho de 2012.

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/.pdf>.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>

<http://www.dominiopublico.gov.br>.

<http://www.europeanhistory.about.com/library/weekly/b/www1countriesint.htm>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>.

<http://www.firstworldwar.bham.ac.uk>

<http://www.firstworldwar.com/source/uboaat-brazil.htm>

<http://infograficos.estadao.com.br/public/especiais/100-anos-primeira-guerra-mundial/>

[http://www.portalsaofrancisco.com.br/biografias/henrique-da-rocha-lima.](http://www.portalsaofrancisco.com.br/biografias/henrique-da-rocha-lima)

<http://www12.senado.leg.br>